

#/6

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

VOLUME I



LISBOA
1 9 3 4



BIBLIOTECA

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA
N.º 5179
DATA 27/7/87

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL

VOLUME I



LISBOA
1 9 3 4

A Associação dos Arqueólogos Portugueses abre com o presente número a 7.ª série das suas publicações scientificas, que tendo sido iniciadas em 1865, isto é, dois anos depois da sua fundação, com o título «Arquivo de Architectura Civil», alterado de 1874 até 1903 para «Boletim de Architectura e Archeologia», denominações harmónicas com a constituição que a Associação durante êsse período tinha, passaram de 1910 a 1921 a ser lançadas a público só sob a designação de «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses», em virtude de alteração de título que a Associação sofreu, e eram últimamente apresentadas sob o nome de «Arqueologia e História», de que o último volume, o X, foi publicado em 1932.

Na 7.ª série, agora iniciada, terão por título «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses».

Os estudiosos e quem se der ao trabalho de folhear as páginas dêste repositório scientifico, avaliando bem do labor — e não é todo — em que desinteressadamente se empenham os sócios desta Associação no desvendamento, na interpretação e na conservação dos

monumentos que, sob os mais variados aspectos, têm podido resistir à desagregação pelo Tempo e à incúria, maldade, ou ignorância dos homens, e que constituem trechos indeléveis de estágios de civilizações cujas reminiscências a nossa terra tem guardado sob o lento caminhar dos séculos.

Labor que, se não se integra no mercantilismo que constitui a característica quasi dominante da ideologia moderna, reveste, no entanto, uma forma de interesse e de valor espiritual que concorre sob mais um aspecto para nos assegurar, a nós, portugueses, o justo título, o devido lugar nos meios científicos mundiais.

As dificuldades materiais com que a nossa Associação luta não permitem quanto desejaríamos, no entanto procurámos melhorar o aspecto gráfico da nova publicação e envidaremos todos os esforços para a regularidade do seu aparecimento.

A DIRECÇÃO



PROFESSOR HUGO OBERMAIER

Quís o nosso presidente, Sr. Dr. Xavier da Costa, encarregar-me de dizer a V. Ex.^{sa}, meus queridos confrades, algumas palavras sôbre a obra científica do nosso sábio hóspede de esta noite, o meu grande amigo e Mestre, Senhor professor doutor Hugo Obermaier. É o que vou procurar fazer.

O Professor Obermaier é, há muito, um dos maiores pre-historiadores do mundo. Autoridade das mais competentes, êle tem tido um papel de maior relêvo na brilhantíssima carreira que a pre-história tem percorrido nos últimos anos. Dotado de uma grande bagagem de naturalista, pôde dêste modo desempenhar cabalmente a sua missão. Com vastos conhecimentos de geologia, paleoantropologia e etnografia, Obermaier tem assim conseguido, com estas ciências auxiliares da arqueologia pre-histórica, dar aos seus primorosos trabalhos uma base sólida e perfeita.

É vastíssima a sua obra, e não a poderemos examinar aqui senão a traços muito rápidos.

Os seus estudos sôbre os eólitos, sôbre o poleolítico inferior dos

Alpes, Baviera e Austria, haviam-no acreditado como um grande arqueólogo; por último, a publicação do seu livro *Der Mensch der Vorzeit* deu-lhe uma autoridade científica de grande relêvo.



É na Península Ibérica que êste ilustre professor vem exercendo, há mais de 20 anos, a sua actividade de investigador. É que a nossa Península era uma vasta incógnita a desvendar na arqueologia pre-histórica e as premissas descobertas em Espanha, e principalmente em Portugal, prometiam óptimos resultados para uma melhor compreensão da pre-história europeia. Os kjœkkenmœddinger de Mugem, o paleolítico e neolítico da Furninha e Cesareda, as antas de Belas e do Alentejo, as grutas de Cascais e Palmela, as citanias de Sabroso e Briteiros, etc., etc., no nosso país, e a estação clássica do paleolítico inferior de Santo Isidro, as pinturas murais de Altamira, os achados da Cueva Lobrega e da Cueva de los Murciélagos, as navetas das Baleares e os dolmens de Antequera, etc., etc., em Espanha, lá estavam a atestá-la. Era ocupa uma situação geográfica magnífica. Colocada muito ao Sul, gozando por isso de um clima privilegiado, banhada fartamente pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo, em cujas margens se desenvolveram grandes civilizações, rica em minas de estanho, ponto de passagem entre a Europa e a África, fatalmente deveria ter desempenhado importante papel nesses tempos tão recuados.

O descobrimento e estudo de Altamira, assim como o de outras grutas no Sul da França, atraíam o mundo culto pelo que de inédito elas tinham: as suas pinturas e gravuras murais representando animais desaparecidos em tais latitudes e outros mesmo da superfície da terra. É então que o príncipe Alberto I, de Mónaco, generosamente, funda em Paris o Instituto de Paleontologia Humana e consegue fazer ingressar ali as melhores autoridades sôbre êstes assuntos. O nosso homenageado de esta noite entra como um dos seus primeiros colaboradores; a Espanha foi o principal campo de acção do Instituto. E se os achados magníficos, que essas pesquisas

deram já, bem merecem a atenção do mundo culto, aos seus descobridores, Breuil e Obermaier, se ficou devendo, e especialmente a êste último, o ressurgimento extraordinário que os estudos de paleontologia humana tiveram nos últimos anos no país vizinho. Data de 1912 a publicação dos primeiros resultados das explorações feitas de 1909 a 1911 em Espanha por Obermaier e Breuil. Daí em diante, êste nunca mais deixa de se ocupar da arqueologia da Península. Por último, circunstâncias especiais da política europeia surpreendem-no no país vizinho, fixa-se em Madrid, onde é acolhido pelos cientistas espanhóis com entusiasmo, e por fim nomeado professor da sua Universidade, aonde se conserva, felizmente para nós, peninsulares. Declinou há pouco o honroso convite que lhe foi feito para ir reger uma cátedra na Universidade de Berlim.

*
* *

Seria muito longo se procurasse analisar tóda a obra do Professor Obermaier. Focarei aqui sòmente alguns dos seus mais importantes trabalhos; êles nos bastam para bem conhecermos o seu alto valor científico.

Disse que o Professor Obermaier é um pre-historiador, mas afirmo também que é um geólogo notável. E da geologia é o capítulo do glaciário quaternário aquele que o preocupa para uma melhor compreensão do meio em que viveu o Homem de então. Em 1905 estudou os Pirinéus franceses sob êste aspecto e pôde notar que havia quatro aluviões flúvio-glaciárias, isto é, pôde verificar que a classificação feita por Penck e Brucker para os Alpes se pode adoptar perfeitamente à vertente francesa dos Pirinéus. Estudou depois o glaciário quaternário da Península Ibérica (Guadarrama, Picos de Europa, Gredos e Nevada), e chegou à conclusão de que os centros glaciares de Espanha são pequenos. Êles encontram-se, no entanto, na maior parte das montanhas do país vizinho. São simples vestígios de uma única glaciação, que se observa na maior parte delas. E como êsses vestígios estão em bom estado de conservação, supõe Obermaier que êles serão da última

investida dos gelos quaternários. No entanto, pôde êste professor marcar dois períodos glaciários na Península (nos Picos de Europa e na Serra do Guadarrama) e êles seriam devidos às duas últimas fases do glaciamento europeu. É importante notar que Fleury, na Serra da Estrêla, pôde também verificar vestígios de duas glaciações.

Nesta montanha a acção dos gelos foi muito notável, e êste facto é explicado, pelo nosso illustre hóspede desta noite, pelo clima húmido da Serra, devida à sua proximidade do Atlântico. Por isso êle afirma e prova que o limite das neves perpétuas no quaternário peninsular sobe «constantemente do Atlântico até ao interior, tornando-se o clima progressivamente continental».

E assim Obermaier explica a razão porque a Rena só chegou à costa cantábrica e à província de Gerona, em Espanha, o Mamute não passou muito além dos Pirinéus e o Antílope Saiga não viveu na nossa península.

Os estudos do glaciamento do quaternário peninsular, devidos a Obermaier, são muito importantes e êles puderam dar-lhe a possibilidade de uma cronologia respeitante ao Homem quaternário na Península. Por isso êle afirma dever êste nosso antepassado ter visto os altos e aguçados «cumes dos Picos da Europa cobertos de gelos e as suas geleiras descerem lentamente até aos vales». Foi talvez devido a isto que o Homem não penetrou «no interior desta montanha senão muito tarde. As estações ao ar livre de Muquesa e Panes, que pertencem à época Achelo-musteriense, estão situadas muito exteriormente em relação a esta cordilheira, e por outro lado a estação, também ao ar livre da Hermida, já mais próxima da serra, contendo uma indústria do magdalenense final ou aziliense, pertence a um período post-glaciário durante o qual a geleira mais próxima (a de Urdon) estaria muito reduzida ou talvez mesmo desaparecida».

*
* *
*

Como arqueólogo, Obermaier tem também uma obra notabilíssima.

Já os seus óptimos estudos de pré-historiador sôbre o Oriente

europeu o tinham acreditado. Lembremo-nos, por exemplo, dos seus trabalhos sôbre a célebre estação de Krapina, na Croácia. Na Península recordemos a óptima exploração da gruta de Castillo (provincia de Santander). O estudo minucioso do quaternário antigo europeu, da Ásia e da África que Obermaier fêz perfeitamente, levaram-no a admitir que entre o oriente da Europa e a sua parte ocidental há diferenças importantes, e permitiu-lhe estabelecer roteiros e a cronologia das várias estações dêstes continentes. Assim parece que o chelense veio da Ásia Menor pela Síria, África do Norte para a Europa através das penínsulas itálica e ibérica. É uma indústria a coups-de-poing. Na parte levantina do nosso continente, a indústria é a de um pré-musteriense, a qual invade o centro da Europa (Krapina, com o *Rhinoceros Merckii*; Taubach, com uma fauna de clima quente, e a cova de Wildkirchli na Suíça, com uma fauna de clima suave). É uma indústria sem coups-de-poing.

O acheulense invadiu a Europa pelo ocidente e oriente, mas o musteriense veio do Norte, provávelmente por evolução do pré-musteriense do oriente europeu.

Os modernos descobrimentos de Reygasse em S'baikia e Bir el Ater, no continente africano, com a sua indústria típica, mostram que, a-pesar-da grande uniformidade do paleolítico antigo em todo o mundo (e Obermaier chama bem a atenção dos investigadores sôbre êste assunto, fazendo salientar o valor dos achados do P.^o Theillard de Chardin no Sul da Mongólia e Norte da China, onde há um musteriense de fácies europeia), a-pesar-da uniformidade de tipos, dizíamos, há variações locais.

Os baikiense e aterense são dêste género, e êles estenderam-se até à Península Ibérica. Obermaier deu-lhe mesmo o nome de musteriense ibero-mauritânico, depois das belas pesquisas dêste nosso consócio, Wernet e Perez de Barradas nos arredores de Madrid, cujo quaternário é estudado proficientemente no magnífico tratado *El Hombre fossil*, da autoria do ilustre visitante desta noite.

No paleolítico superior, Obermaier mostra como houve também uma invasão europeia, vinda do Norte de África através da Península Ibérica, é o capsense inferior; o capsense superior, solutrense e magdalenense chegou à Península vindo do Norte.

*
* *
*

É sabido por todos que no paleolítico superior se encontra em vários pontos uma arte rupestre extremamente curiosa. É uma arte realista de que nos restam gravuras e pinturas, muitas delas de uma perfeição inexcelsível. Em 1903, Cabré descobre no levante da Península Ibérica os primeiros exemplares de uma arte realista diferente da conhecida até então. Enquanto na região franco-cantábrica o Homem do paleolítico superior gravou ou pintou animais seus contemporâneos, e raríssimamente figuras antropomorfas (mesmo estas extremamente mal desenhadas), no levante espanhol aparece muitas vezes a figura humana, só ou em grupos cheios de impressionismo e de beleza. O estudo cuidado dessa arte, feita por vários investigadores e entre êles Obermaier, leva à conclusão de que se tratava de uma arte também do paleolítico superior, mas diferente da conhecida na região franco-cantábrica.

Várias razões obrigaram Obermaier e outros a esta conclusão (fauna representada, técnica das gravuras, camadas de concreções calcáreas que as cobriam, etc.). Estas conclusões foram refutadas por alguns cientistas espanhóis, e Obermaier combateu e demonstrou como era errónea tal conclusão na sua monografia *Las pinturas rupestres del Barranco de Valltorta*. É principalmente o estudo da fauna que o levou a essa classificação, pois entre as espécies animais representadas figuram o rinoceronte no abrigo de Minateda, o onagro em Albarracim e o alce em Alpera e Minateda, espécies tipicamente quarternárias. Com razão afirma êste nosso querido Mestre que a grande abundância de representação da cabra montês em regiões tão meridionais do levante espanhol se deve ao facto de uma climatologia diferente da actual, «de um clima fresco do final da última glaciação».

Recentemente, os magníficos achados da gruta de Parpalló (Gandia), vieram mostrar como estas conclusões eram certas, pois encontraram-se em camadas estratigráficas placas de pedra com pinturas semelhantes às que se tinham descoberto na região levantina do país vizinho.

Mas não é só a arte do levante espanhol que lhe deve serviços; a da região franco-cantábrica também lhe mereceu a sua atenção. Menciono, por exemplo, a boa monografia publicada por Obermaier e o conde de la Vega del Sella sobre a Cueva del Buxu, nas Astúrias. Nesta monografia, aonde se publicam vários desenhos e pinturas desta gruta, que, graças à amabilidade do nosso ilustre consócio pude visitar antes da publicação do trabalho a que aqui se faz referência, estuda êle, como de resto já o havia feito no seu artigo *Trampas quaternárias para espíritos malignos*, os enigmáticos sinais conhecidos entre os arqueólogos por tectiformes, muitas vezes representados nas grutas da região franco-cantábrica.

*
* * *

Mas não é só o Homem paleolítico e as suas manifestações artísticas que têm merecido as atenções de Obermaier. A arte post-paleolítica também lhe deve serviços valiosos. Basta recordar o seu óptimo livro sobre a caverna de La Pileta (serra de Ronda), onde, ao lado de representações naturalística de animais, há um grande número de pinturas post-paleolíticas, com figuras humanas e de animais completamente esquematizadas, sinais semelhantes a sóes, estrêlas, combinações rectilíneas, arcos, etc.».

E já que estou falando de quanto a arte rupestre deve aos trabalhos de Obermaier, saltemos de tempos tão recuados para épocas mais recentes. Refiro-me à primeira tentativa de sistematização das gravuras rupestres do Noroeste da Península, feita por êste nosso consócio; essas gravuras enigmáticas insculpidas em grandes superfícies rochosas e que tanto abundam na Galiza como em Portugal. Com aquela grande prudência que êle põe em todos os seus trabalhos, não deixa de frisar que existe talvez uma certa analogia entre as insculpturas galegas e algumas das pinturas da Serra Morena e da Extremadura espanhola, mas também não quis datá-las sem que mais amplos estudos sejam feitos sobre o assunto, ainda que as suponha talvez da idade do bronze.

Num trabalho recente procurou interpretar alguns dêsses sinais

enigmáticos da arte rupestre do Noroeste da Península; refiro-me aos desenhos conhecidos pelo povo com o nome de cantinhos. Obermaier, como de resto Breuil, Cabré e eu próprio, supõe-os esquematizações do ídolo que tantas vezes aparece representado nas nossas placas de lousa e em cilindros de calcáreo.

Deve-se ainda, para se ser justo, fazer-se uma referência à contribuição que êste cientista deu ao estudo do conhecimento do período de transição do paleolítico superior para o neolítico; quero referir-me à questão do asturiense. O discípulo de Obermaier, o conde de la Vega del Sella, descobriu nas Astúrias uma indústria especial feita sobre calhaus rolhados de quartzite — o pico asturiense —, no meio de *concheros* e em posição estratigráfica bem definida, acima do aziliense. Era uma fácies industrial local bem das Astúrias. E como V. Ex.^{sa} sabem, ela é também conhecida em Portugal. Foi Obermaier que lhe deu o nome de asturiense.

*
* * *

As monografias sobre os dolmens de Soto (Huelva) e de Matarubilla (Sevilha), são também dois trabalhos primorosos. No primeiro estudo as gravuras ali encontradas e o seu espólio são interpretadas com uma proficiência inexcelável. No segundo encontrou uma grande pia sepulcral, e isto permitiu-lhe fazer um confronto importante entre êste achado e as pias sepulcrais dolmênicas que são conhecidas na Irlanda.

*
* * *

Dizia-me há dias, e com justa razão, Obermaier, que o estanho foi para o Homem de outras eras um metal mais precioso do que o ouro é actualmente para nós. Na verdade, sem o estanho, não teria sido possível o bronze. Eis outro problema que trata numa obra, que convém frisar. Sendo a Península rica em minas de estanho, o estudo desta questão impunha-se. Êle permitiu-lhe notar várias rotas

comerciais em tempos tão recuados e mostrou a importância que teve a Galiza neste assunto. E assim, depois de ponderar razões de ordem arqueológica e histórica, admite que as famosas Cassiterides se devem primeiro localizar no Noroeste da Península, e é só mais tarde, depois da chegada dos cartagineses, que as Cassiterides se perdem mais ao Norte sob o céu nubloso da Inglaterra.

*
* *

Já acima assinaliei outro aspecto dos conhecimentos da obra de Obermaier : o do paleoantropologista. Examinemos mais detalhada ainda que rapidamente, este lado da sua actividade scientifica.

A sua estadia em Espanha permitiu-lhe, com Hernandez Pacheco, o estudo da célebre mandíbula neandertaloide de Bañolas (Gerona). Os achados de Gibraltar provam também como a Península Ibérica foi povoada por esta raça, hoje bem conhecida e espalhada por várias partes do mundo. As leituras do capítulo 1 do seu livro *El Hombre fossil*, e do recente trabalho do mesmo investigador, *Urgeschichte der Menschheit*, traduzido em espanhol, e onde analisa já os ossos fósseis do *Sinanthropus pekinensis*, são extremamente proveitosas debaixo deste ponto de vista.

O cuidado meticoloso com que estuda e passa em revista todos os achados de ossos humanos fósseis, é perfeito. A leitura dos capítulos destes dois livros é imprescindível para quem queira conhecer esta questão.

*
* *

Examinei rapidamente alguns dos aspectos mais notáveis da obra deste sábio pre-historiador, permitido me seja que fale do Homem.

Quem conhece Obermaier sabe bem como o seu feitio é acolhedor e quantos discípulos tem feito. A todos que o procuram com um problema científico da sua especialidade dá, sem reservas, os

seus ensinamentos. E para vincar bem a sua bondade, permitam-me V. Ex.^{as} que lhes conte uma história.

Um dia um professor da Faculdade de Medicina de Lisboa visita Madrid, onde vai estudar a organização da *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*. Por acaso é apresentado a Obermaier, que lhe pergunta por Joaquim Fontes, que em Portugal escreve uns artiguinhos sôbre o paleolítico da nossa terra. São-lhe dadas as indicações pedidas e mostrada a falta de meios com que êste luta para fazer os seus estudos. Tempos passados o Professor Hernandez Pacheco convida êste pesquisador a fazer uma viagem de estudo em Espanha, subsidiado pela Junta.

E quantos exemplos poderia dar a êste respeito.



Veiu o Professor Obermaier agora, pela primeira vez, a Lisboa, estudar as nossas colecções. A pré-história portuguesa deveu-lhe sempre as maiores referências. O cuidado com que no seu livro *El Hombre fossil* se refere aos achados e bibliografia sôbre o paleolítico português, é primoroso. Por isso êle bem merece a nossa gratidão.

Eis, meus senhores, alguns dos aspectos mais brilhantes da alta individualidade que hoje temos a honra de receber na nossa Associação.

JOAQUIM FONTES

SAUDAÇÃO AO PROFESSOR OBERMAIER

QUANDO há anos tive a honra de acompanhar o ilustre Professor Hugo Obermaier na Galiza, em Madrid e em Altamira, longe estava eu de pensar que mais tarde me havia de ser dado o gôsto de o saudar nesta Associação dos Arqueólogos Portugueses. Aqui o temos hoje honrando com a sua visita a nossa Associação. O Professor Obermaier, que conhece profundamente a nossa pre-história, desejava desde há muito estudar as nossas colecções arqueológicas. A êsse desejo acaba êle de consagrar os últimos dias destas férias do Natal, que mais haviam de ser de descanso que de estudo, em vista do enorme trabalho que lhe acarretam as suas investigações scientificas e o seu curso da Universidade. Poucos haverá, ou talvez nenhum, que conheçam mais perfeitamente a pre-história da Península Ibérica. Criada em 1922, a cátedra de «História primitiva do Homem» na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid, foi-lhe confiada a sua direcção, pois única e exclusivamente por causa dêle havia sido instituída. Desde então vem formando o ilustre Professor uma pléiade de especialistas que hoje honram verdadeiramente a Espanha e a

sciência. Bastará apontar dois nomes, de sobejo conhecidos: Pérez de Barradas e Martínez Santa-Olalla. Do interêsse e até do carinho com que desempenha o seu munus de professor na capital espanhola é boa prova o facto seguinte: tendo-lhe sido oferecida há pouco tempo a cadeira de pre-história da Universidade de Berlim, pelo falecimento do Professor Max Ebert, o Professor Obermaier preferiu permanecer em Madrid. É mais um motivo da nossa gratidão para o sábio Mestre, pois somos nós os que lucrámos com a sua presença na península.

Eu sinto, minhas Senhoras e meus Senhores, verdadeiro orgulho em confessar-me públicamente discípulo de tão grande mestre. De pouco ou nada valem os meus ensaios científicos, mas é-me grato declarar aqui, nesta brilhante sessão, que êles nos seus primeiros passos não tiveram melhor nem mais seguro guia que o Professor Obermaier. Peço licença para recordar apenas duas das minhas descobertas pre-históricas na Galiza: a da indústria de tipo asturiense, e a das gravuras rupestres de Villadesuso-Oya. Pois bem: ambas elas devo-as em certo modo ao Professor Obermaier.

Em 1922, ao visitar a interessante inscrição romana da pia de Mougás, hoje recolhida no Museu Provincial de Pontevedra, prenderam a minha atenção certos sinais gravados num penedo de granito, situado não longe do caminho campestre que tomara à volta. Tomei a decisão de mandar tirar dêles uma cópia, que remeti ao Professor Obermaier. A resposta não tardou. Êsses caracteres gravados eram, segundo a opinião do douto Professor, verdadeiras gravuras rupestres pre-históricas, talvez da Idade do Bronze. Aconselhava-me êle a investigar mais demoradamente a região, pois julgava fácil encontrarem-se nela outros penedos com gravuras. O resultado dessas investigações foi o ter deparado com mais de quarenta rochedos, cujas «insculturas» venho publicando há anos em revistas da especialidade. Se não fôsem as primeiras indicações do Professor Obermaier, não me teria animado a percorrer demoradamente essa região galega em demanda de mais gravuras rupestres.

A outra descoberta, que também com justiça devo atribuir principalmente ao Professor Obermaier, é a da indústria de tipo asturiense em terras galegas. Convidado por êle amavelmente no

varão de 1925 a tomar parte nas escavações levadas a cabo na gruta de Altamira, em Santander, sob a sua magistral direcção, lá passei algumas semanas, de que conservo ainda hoje as mais gratas e perduráveis recordações. Levei comigo um instrumento de quartzite, colhido por mim nos arredores da vila de La Guardia, e que na sua técnica fazia lembrar um pico das grutas cantábricas, da indústria asturiense. O Professor Obermaier, ao vê-lo, não ocultou a sua satisfação por eu ter encontrado na Galiza um artefacto dessa indústria pre-histórica, e predisse-me a existência de núcleos importantes da mesma região que eu me propunha explorar. Passaram dois anos sem que a sua «profecia» se cumprisse; mas os factos vieram confirmá-la em 1927, com a descoberta, em primeiro lugar, da importante estação de La Guardia, e mais tarde de todas as estações pre-históricas que se estendem, pode dizer-se, de Vigo até ao Pôrto.

E com a recordação destes factos, permiti-me, Ex.^{mos} Consórcios, que neste momento eu ponha também em relêvo outra nota característica, e não das menos notáveis, do Professor Obermaier: a de animar e guiar com os seus conselhos não só de mestre acabado mas de sincero e leal amigo aos que dêle estamos tão distantes neste campo da sciência. Até os mesmos operários que trabalham sob as suas ordens nas escavações que freqüentemente dirige, sentem por êle a mais afectuosa simpatia. Disso fui testemunha ocular nas escavações da gruta de Altamira, pois todos os dias nos reuníamos fraternalmente, como se fôssemos membros da mesma família.

Ao dirigir-vos, querido Mestre, estas breves mas afectuosas palavras na sede da nossa Associação, eu desejaria formular-vos um pedido. Que não seja esta a vossa última visita a Portugal! Não vereis, é certo, nos nossos museus, aquelas riquíssimas colecções que há uns dez anos quisestes ter a bondade de me mostrar em Madrid, nem também vos encontrareis entre os numerosos discípulos que seguem com tanto interêsse e proveito as vossas admiráveis aulas de pre-história; mas achareis sempre em cada um dos portugueses, posso affiançá-lo, e mais ainda nos membros desta Associação dos Arqueólogos Portugueses, um dedicado amigo e um sincero admirador.

EUGÉNIO JALHAY

CARTA PALEOLÍTICA E EPIPALEOLÍTICA DE PORTUGAL (*)

PORTUGAL começou pròpriamente a figurar nos anais do paleolítico europeu em 1880, quando da reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas. O nosso geólogo Nery Delgado apresentou àquela sessão científica uma vasta e bem elaborada comunicação das explorações por êle realizadas na gruta da Furninha, em Peniche, onde encontrou, além de variada fauna, um *coup-de-poing* e outros instrumentos do paleolítico inferior (1).

Até aí apenas se falara nos tão discutidos «eólitos» de Ota, estudados pelo geólogo Carlos Ribeiro e por êle levados a diversos congressos (2), sem que conseguisse convencer o mundo científico do pretenso trabalho humano executado pelo «Homosimius Ribeiroi» de Mortillet.

Aquele mesmo congresso apresentou o engenheiro Vasconcelos

(*)Comunicação lida na Assembleia Geral Administrativa e de Estudo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de 30 de Junho de 1932.

(1) Nery Delgado, I.

(2) Bruxelles, 1872; Paris, 1878; Lisboa, 1880.

Cabral alguns objectos líticos dos arredores do Pôrto, a que se não ligou importância de maior, por os não considerarem de talhe paleolítico (1). Porém, em estudos posteriores, o Sr. Dr. Joaquim Fontes achou talhe chelense nalguns dêles (2), e últimamente o engenheiro Dr. Rui de Serpa Pinto notou que outros eram de civilização tipo asturiense (3).

Nesse congresso, Muge, foi estudado no neolítico.

É certo que antes da sessão de Lisboa, em 1879 e 1880, se tinham feito escavações importantes na Mealhada, mas o seu paleolítico, bem diminuto, não merecera até essa ocasião estudo especial.

Posteriormente, Cartailhac descobriu um *coup-de-poing* em Leiria, que descreveu nas «Ages Prèhistoriques...». Nesta localidade já Carlos Ribeiro tinha achado um outro que se encontra no Museu da Comissão do Serviço Geológico e foi estudado pelo Sr. Dr. J. Fontes. (4).

Outras descobertas se seguiram em diversos pontos do país, como Santo Antão do Tojal, Belas, Tôrres Vedras, Vimeiro, Caneças, Monsanto, Alcântara, Brunheiro, etc., até que em 1909 os Rev.^{os} P.^{os} Bouvier Lapierre e Luisier chamaram a atenção dos arqueólogos portugueses para Monsanto, onde tinham encontrado alguns objectos líticos.

De 1909 a 1912, os Professores Joaquim Fontes e Vergilio Correia, então alunos da Universidade de Lisboa, lançaram-se com grande entusiasmo nos estudos do paleolítico, percorrendo os arredores da capital, onde encontraram algumas dezenas de estações de superfície e recolheram abundante material, principalmente no Casal do Monte e Monsanto.

Em 1914, o Sr. Dr. Felix Alves Pereira descobriu estações paleolíticas em Óbidos e Alveijar, em 1915 o Sr. Dr. Vergilio Correia encontrou um *coup-de-poing* em Oriola, no Alentejo, e em 1916 o Professor H. Breuil uma estação em Arronches.

(1) F. de Vasconcelos Pereira Cabral, II.

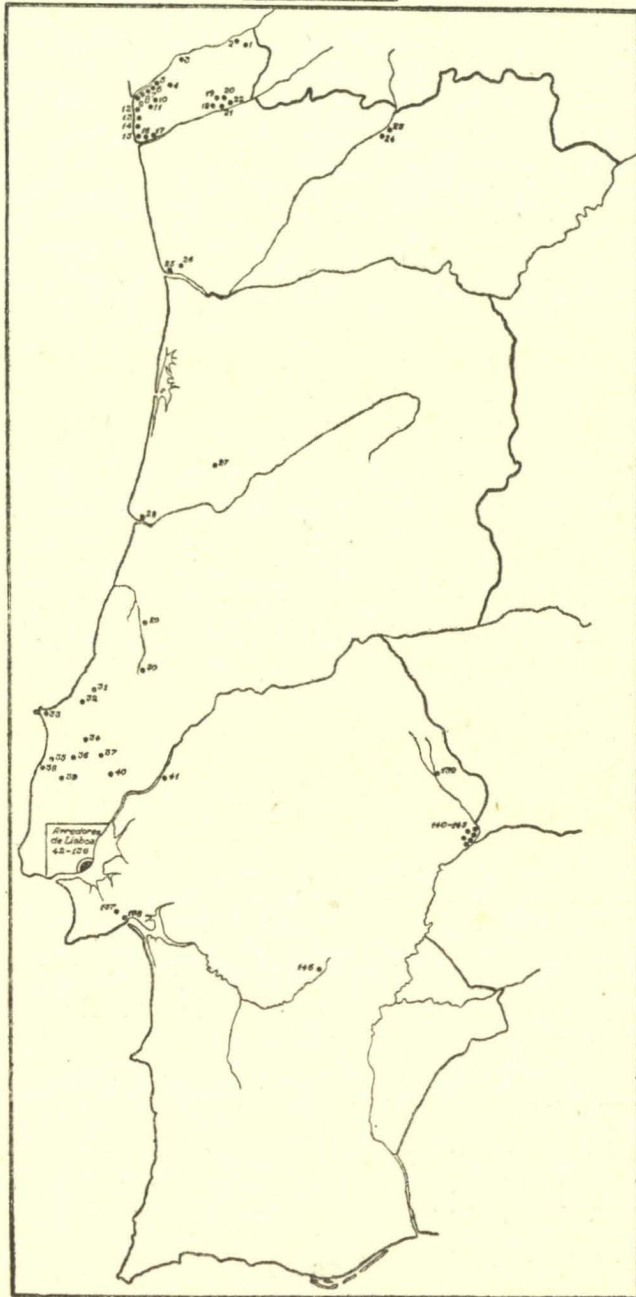
(2) Joaquim Fontes, III, IV.

(3) Rui de Serpa Pinto, V.

(4) Joaquim Fontes, XVIII.

CARTA PALEOLÍTICA E EPIPALEOLÍTICA DE PORTUGAL

ESCALA = 1:1.250.000



Reduzida a $\frac{1}{4}$

Em 1922, o Sr. Dr. Vitor Fontes trouxe um *coup-de-poing* de Viana do Castelo, e pouco tempo depois o Sr. P.^o Saraiva de Miranda localizou uma série de estações na margem direita do rio Lima, próximo dos Arcos de Val-de-Vez. O engenheiro Sr. Lerenio Antunes determinou cinco locais com abundância de paleolítico nos arredores de Elvas, e os Srs. Luiz Chaves e engenheiro Alves Costa fixaram uma série importante de novas estações nos arredores de Lisboa. O Sr. Dr. Rui de Serpa Pinto encontrou um *coup-de-poing* em Âncora, o Sr. Abel Viana descobriu paleolítico na Areosa e numa série de povoações da margem esquerda do rio Minho, e o Sr. Dr. Xavier da Costa trouxe dois *coups-de-poing* de Ganfei.

O autor destas linhas achou paleolítico em Carreço, o Rev. Loução em Gondarem, o Sr. Simões Viana na Abelheira, e o Sr. Dr. Rozeiro nos arredores de Lisboa.

O Sr. Professor Mendes Correia, com os seus assistentes, Drs. Santos Júnior e R. de Serpa Pinto, realizou escavações proveitosíssimas em Muge, sendo digna de maior renome a campanha de 1930 para os visitantes do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistórica.

Últimamente foi encontrado paleolítico inferior em Fiães, próximo de Castro Laboreiro. (1)

Vejamos agora a localização das diferentes estações na carta de Portugal:

MINHO

Nesta provincia encontram-se as seguintes estações, tôdas de superficie e de material talhado em quartzites roladas:

- 1 — FIAES: — Próximo de Castro Laboreiro. Material tipo che-lense. Está fazendo o seu estudo o Sr. Dr. Rui de Serpa Pinto.

(1) Ultimamente também foi encontrado paleolítico pelo Sr. Engenheiro Lerenio Antunes em Beja e nas margens do Sado, pelo Sr. P.^o Saraiva de Miranda, em Ponte do Lima, e Sr. Hipólito Cabaço, em Alenquer.

- 2 — PÊSO: — Junto das termas de Melgaço. Contém raros instrumentos tipo chelense de talhe muito imperfeito.

Abel Viana, VI.

- 3 — GANFEI: — Um pouco ao norte de Valença, num antigo terraço do rio Minho. Tipo chelense.

Afonso do Paço, VII.

- 4 — FONTOURA: — Junto da igreja desta povoação apareceu um *coup-de-poing* tipo chelense.

Abel Viana, VI.

- 5 — CERVEIRA: — Próximo da estação do caminho de ferro encontrou-se um *coup-de-poing* tipo chelense.

Abel Viana, VI.

- 6 — GONDAREM: — Próximo do castro existente nesta povoação. Tipo chelense.

Abel Viana, VI.

- 7 — LANHELAS: — Nas faldas do monte de Góios, próximo de antigos terraços do rio Minho. Tipo chelense e acheulense.

Abel Viana, VI.

- 8 — VILAR DE MOUROS: — Não muito longe da anterior. Material tipo chelense, acheulense e mustierense.

Abel Viana, VI.

- 9 — SEIXAS: — Encontrou-se nesta povoação, junto ao rio, um *coup-de-poing* tipo chelense que se presume tivesse vindo da estação anterior, que lhe fica próxima.

Abel Viana, VI.

- 10 — ARGELA: — Apareceram nesta povoação alguns instrumentos dum tipo chelense bastante duvidoso.

Abel Viana, VI.

- 11 — VILARELHO: — Contém alguns instrumentos que, como os anteriores, são dum chelense mal definido.

Abel Viana, VI.

- 12 — MOLEDO: — Junto da costa do Atlântico. Contém raros instrumentos tipo chelense (1).

Abel Viana, VI.

- 13 — ÂNCORA — Forneceu um *coup-de-poing* tipo chelense (2).

R. de Serpa Pinto, VIII.

- 14 — CARREÇO: — Junto à costa oceânica como as duas anteriores, deu alguns belos instrumentos de tipo chelense, acheulense e mustierense (3).

Afonso do Paço, VII, IX, X, XI.

(1) Contém material tipo asturiense de permeio com paleolítico.

(2) *Idem.*

(3) *Idem.*

- 15 — AREOSA: — Ao norte de Viana do Castelo, junto à costa, forneceu algum material tipo chelense (1).

Abel Viana, VI.

- 16 — ABELHEIRA: — A leste de Viana, na margem direita do Lima, tem fornecido instrumentos de tipo chelense (2).

T. Simões Viana, XII.

- 17 — PORTUZELO: — *Coup-de-poing* chelense. Foi o primeiro instrumento paleolítico descoberto na província do Minho.

Joaquim Fontes, XIII.

- 18 — GIELA: —

- 19 — GRADE: —

- 20 — S. JORGE: —

- 21 — CABANA MAIOR: —

- 22 — ERMELO: — A nordeste dos Arcos de Val-de-Vez, na margem direita do Lima, contém material tipo chelense e acheulense.

P.ª Saraiva de Miranda, XIV.

TRÁS-OS-MONTES

- 23 — BRUNHEIRO: — Da serra dêste nome, situada nos arredores de Chaves, existe no Museu Etnológico uma ponta de sílex classificada de paleolítica pelo Professor Dr. J. Leite de Vasconcelos.

(1) Idem.

(2) Idem.

- 24 — MONTE DE CONDEIXA: — Também próximo de Chaves, forneceu alguns instrumentos paleolíticos, segundo informação do Sr. Luiz Chaves.

DOURO

- 25-26 — CASTELO DO QUEIJO: —
— VALE DA ERVILHA: —
— PAÇOS: —
— ARREDORES DO PORTO: —
— PORTO: — Todos estes nomes têm sido dados aos dois locais onde se encontraram instrumentos líticos de quartzites roladas nos arredores do Pôrto. Apresentados, como disse, pela primeira vez ao Congresso de 1880 reunido em Lisboa, não se lhes reconheceu trabalho humano. Posteriormente, os Srs. Drs. Joaquim Fontes e R. de Serpa Pinto, acharam que entre eles havia chelense e tipo asturiense, êste último numa praia elevada.

Frederico de Vasconcelos Cabral, II.

Joaquim Fontes, III, IV.

R. de Serpa Pinto, V.

- 27 — MEALHADA: — Estação com estratigrafia. Explorada em 1879 e 1880, foram nela encontrados alguns objectos líticos de silex e quartzite, do tipo chelense, além da variada fauna da época em camadas estratigráficas bem definidas, conforme afirmação do Sr. Dr. Joaquim Fontes.

Joaquim Fontes, XIII, XV.

- 28 — FONTELA: — Desta localidade, situada nos arredores da Figueira da Foz, encontram-se no museu desta cidade alguns objectos líticos mal definidos, talhados em silex.

EXTREMADURA

- 29 — LEIRIA: — À superfície do solo, nos arredores desta cidade, têm sido encontrados alguns instrumentos líticos de quartzite, tipo chelense, entre os quais um *coup-de-poing* achado por Cartailhac, e que vem descrito nos «Ages prèhistoriques...»

Emile Cartailhac, XVI.

Francisco Tavares de Proença Júnior, XVII.

Joaquim Fontes, XVIII.

J. Leite de Vasconcelos, XIX.

- 30 — SERRA DE MOLIANOS: — Próximo de Turquel (Alcobaça), na serra daquele nome, explorou Vieira Natividade algumas grutas de depósitos quaternários que forneceram raros objectos de silex. O Professor H. Breuil, que examinou os seus espólios, diz haver paleolítico superior numas e mustierense noutras.

Vieira Natividade, XX.

- 31 — SERRA DE BOURO: — No sitio do Forno Velho ou Forno de El-rei, situado naquela serra, foram encontrados alguns jaspes lascados.
- 32 — CALDAS DA RAINHA — Próximo de Santo Isidro e da lagôa de Óbidos foram encontrados à superfície do solo alguns instrumentos de quartzite, tipo chelense.

Felix Alves Pereira, XXI.

- 33 — FURNINHA: — A exploração da gruta dêste nome, situada na península de Peniche, deve-se a Nery Delgado, e o estudo da fauna e indústria encontradas nas diferentes

camadas estratigráficas, cuja leitura os congressistas de 1880 em Lisboa ouviram, é uma obra de valor.

Todavia, posteriormente, Harlé, num trabalho que fêz sôbre a fauna quaternária desta gruta, negou talhe intencional a muitos dos objectos paleolíticos encontrados por aquele nosso arqueólogo. Mais tarde, o Sr. Dr. Joaquim Fontes, no desejo de pôr as coisas no seu devido lugar, pois Nery Delgado não era vivo e Harlé tinha julgado apenas por desenhos, visitou os referidos objectos no Museu da Comissão dos Serviços Geológicos, concluindo que, posto nem todos tivessem trabalho humano, alguns o tinham, além do *coup-de-poing* citado por Cartailhac. Seis sílex e uma pedra de funda não eram «éólitos», como afirmara Harlé, mas instrumentos mustierenses, ficando assim demonstrada a contemporaneidade do homem e da hiena raiada na Furninha, que Harlé negara, pois aqueles instrumentos líticos foram encontrados em camadas estratigráficas com ossos do referido quadrúpede.

Nery Delgado, I.

Harlé, XXII, XXIII.

Joaquim Fontes, XXIV.

- 34 — BOMBARRAL: — Desta localidade, sítio de Famões-Casal de Segolim, há alguns sílex no Museu Etnológico, encontrados à superfície do solo.
- 35 — VIMEIRO: — Encontram-se desta povoação alguns sílex no Museu da Comissão dos Serviços Geológicos, colhidos à superfície da terra, não se podendo fazer dêles uma classificações egura.
- 36 — CESAREDA: — Fica no planalto dêste nome, entre a serra de Monte Junto e a costa marítima. Nery Delgado escavou aí várias grutas, das quais a mais importante é a Cova da Moura, aberta num calcáreo do jurássico inferior.

O depósito inferior desta gruta continha além de sílex, ossos, alguns dos quais trabalhados. Estes foram julgados quartenários e aqueles classificados de magdalenenses.

O Professor Breuil considera uns e outros como típicos desta fase industrial.

O Professor Obermaier inclina-se para que haja nela capsence final.

Nery Delgado, XXV.

Paula e Oliveira, XXVI.

H. Breuil, XXVII.

Joaquim Fontes, XIII.

- 37 — FONTAÍNHAS: — Na gruta dêste nome, também situada na serra de Monte Junto, encontraram-se pedaços de sílex trabalhados, conjuntamente com ossos fósseis.
- 38 — SANTA CRUZ: — Na praia dêste nome também se encontraram à superfície do solo sílex trabalhados.
- 39 — TORRES VEDRAS: — Foram encontrados nesta localidade alguns sílex paleolíticos, sôbre os quais se não pode fazer uma classificação segura.
- 40 — OTA: — Os sílex lascados desta localidade, atribuídos por Mortillet ao suposto «Homosimius Ribeiroi», e que Carlos Ribeiro tanto defendeu, foram sempre vivamente combatidos por muitos arqueólogos e classificados no grupo dos «eólitos». Por isso Ota nunca foi incluída no número das nossas estações paleolíticas.

Em escavações recentes a que se procedeu no Vale das Lajes, junto de Ota, foram encontrados pelo Professor Mendes Correia sílex do tardenoisence e capsence final.

Carlos Ribeiro, XXVIII, XXIX, XXX.

Nery Delgado, XXXI.

José Fortes, XXXII.

Mendes Correia, XXXIII, XXXIV, XXV.

41 — MUGE: — As escavações nos *kjokkenmoeddinger* desta localidade datam de 1863, e são notáveis os estudos antropológicos feitos sobre esqueletos humanos neles encontrados.

Não são, é certo, da época dos seus similares dinamarqueses. Segundo o Professor Obermaier, pertencem ao capsence final e tardenoisence, pela sua abundância de restos de cozinha, pequenos sílex lascados de formas geométricas, especialmente trapesoidais e triangulares. O Professor H. Breuil, porém, diz que a ausência de buris os afasta do capsence final e azilense, para os aproximar do tardenoisence (1).

De todas as escavações realizadas em Muge são dignas de menção as de Paula e Oliveira, em 1864 e 1865, e as do Professor Mendes Correia e seus assistentes Drs. R. Serpa Pinto e Santos Júnior, em 1930 e 1931.

Pereira da Costa, XXXVI.

Paula e Oliveira, XXXVII, XXXVIII.

Carlos Ribeiro, XXXIX.

Costa Ferreira, XL.

Mendes Correia, XLI, XLII.

H. Vallois, XLIII (2).

42 — BUCELAS: — Com esta indicação existem alguns sílex no Museu da Associação dos Arqueólogos, em Lisboa.

43 — ZAMBUJAL: —

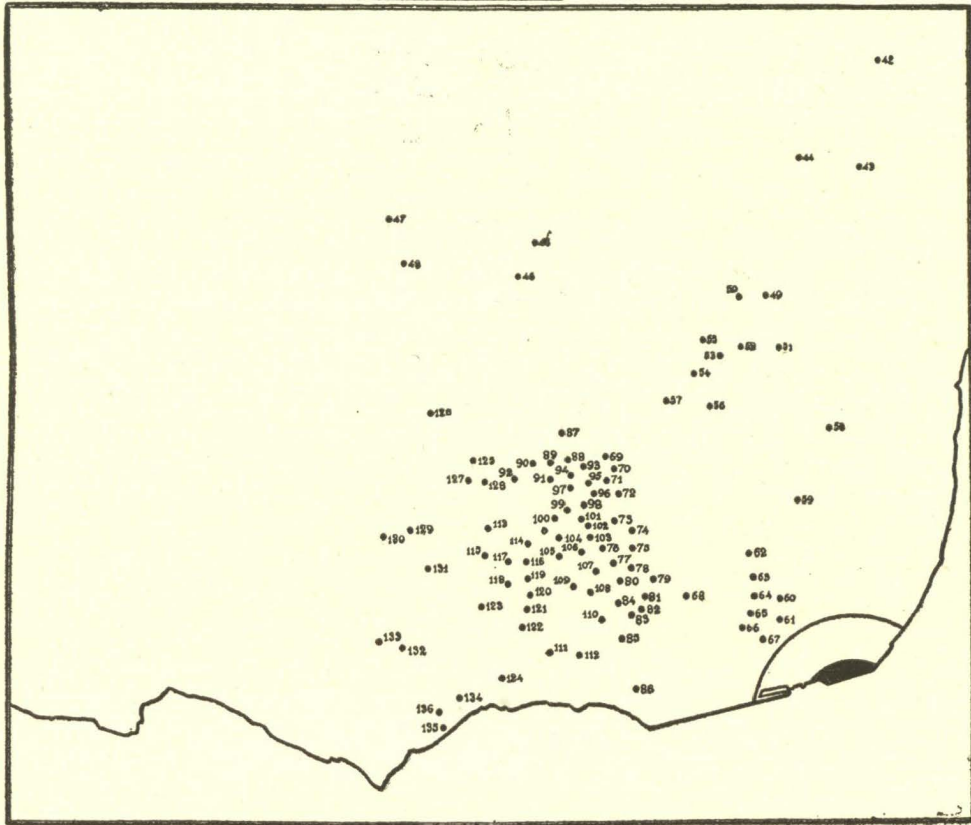
— SANTO ANTÃO DO TOJAL: — À superfície do solo, entre

(1) O arqueólogo alemão Dr. Eckard Mencke, que estudou a indústria de Muge em Fevereiro de 1934, encontrou algumas dezenas de buris.

(2) Para estudos antropológicos e bibliografia mais completa veja-se: *H. Vallois*, XLIII.

CARTA PALEOLITICA E EPIPALEOLITICA DOS ARREDORES DE LISBOA

ESCALA = 1:150.000



Reduzida a 1/3

estas duas localidades, foram recolhidos alguns objectos trabalhados de sílex e quartzite.

- 44 — CHÃO DE MINAS: — À superfície dos terrenos desta localidade, alargando-se para o norte e sul, até Ameixoeira e Pintéus, encontrou-se abundância de material tipo chelense, acheulense e mustierense.

Vergílio Correia, XLIV.

- 45 — ALVEIJAR: — Próximo de Almargem do Bispo. Estação de superfície. Os seus objectos são talhados em sílex, uns do tipo acheulense, outros do aurinhacense.

Felix Alves Pereira, XLV.

- 46 — RIBEICHELOS: — Próximo de Almornos, concelho de Loures. Estação de superfície e com paleolítico inferior.
- 47 — CASAL DOS GOSMOS: — Próximo de Montelavar. Estação de superfície, com paleolítico inferior.
- 48 — PALMEIROS: — Ao norte do Sabugo. Existem desta localidade objectos paleolíticos no Museu Etnológico.
- 49 — MOÍNHOS DA AGONIA: — Estação de superfície, ao sul de Loures, contém material chelense e acheulense, talvez mesmo paleolítico superior.
- 50 — CASAL DO MUNTAL OU MORTAL: — Também estação de superfície, fica próxima da anterior.
- 51 — CASAL DO MONTE: — De todas as estações paleolíticas dos arredores de Lisboa, esta é a melhor estudada, mesmo a mais citada. De superfície como todas as outras, o seu material é talhado na grande maioria em sílex, havendo, porém, bastantes objectos de quartzite. O Professor Joaquim Fontes, classificou-o de chelense, acheulense e mustierense, dizendo ser possível haver mesmo algum do paleolítico superior.

O Professor Obermaier, concordando com o

Sr. Dr. J. Fontes, diz haver no Casal do Monte chelense típico e algo de acheulense e mustierense. O Professor H. Breuil admite a existência de paleotítico superior nesta estação, tendo classificado de aurinhacense um típico raspador «carené».

Algumas das pontas desta estação, diz o Sr. Dr. J. Fontes, parecem marcar a transição do mustierense para o solutrense.

Muitos dos *coup-de-poing* do Casal do Monte não são trabalhados na face inferior.

Joaquim Fontes, XIII, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L.

J. Leite de Vasconcelos, LI.

H. Breuil, XXVII.

52 — CASAL DE PARADELA DE CIMA: — Estação de superfície, com alguns objectos de paleolítico inferior.

53 — AMOREIRA: —

54 — PEDREIRAS: — Entre Odivelas e Caneças. Estações de superfície, com alguns objectos de paleolítico inferior.

55 — BICA: — Próximo das anteriores. Também de superfície com raros instrumentos do paleolítico inferior.

56 — QUINTA DOS ALVITOS: — Estação de superfície com pouco material.

57 — FAMÕES: — Idem.

58 — BOTICÁRIA: — Idem.

59 — CAMPO GRANDE: — Junto da Alameda das Linhas de Tôres encontraram-se à superfície do solo alguns sílex com aspecto de trabalho humano.

60-61 — CAMPOLIDE: — Chamo aqui Campolide aos dois locais onde apareceu paleolítico na margem esquerda da Ribeira de Alcântara, exceptuando o de Sete Moínhos, que já fica longe do bairro daquele nome.

Os primeiros achados de Campolide devem-se a Fonseca Cardoso não se sabendo ao certo o local em

que se realizaram, presumindo-se que a tão falada Rabicha seja à entrada do actual túnel do Rossio. A autenticidade de alguns destes objectos tem sido discutida, tendo-se negado trabalho humano a um *coup-de-poing* de calcáreo silicioso existente no Pôrto. Todavia, alguns arqueólogos do congresso Coimbra-Pôrto de 1930, inclinaram-se para que êle fôsse verdadeiro.

Também nesta localidade, na Calçada dos Mestres, se encontraram objectos do acheulense e mustiense, todos de superfície.

Fonseca Cardoso, LII.

62-67 — MONSANTO: — Designo com êste nome os locais da margem direita da ribeira de Alcântara onde apareceu paleolítico, como: Cruz da Pedra, Moínho das Cruzes, Poente do Aqueduto das Águas Livres, Santana, Vila Pouca e Sete Moínhos, êste último na margem esquerda, como atrás disse.

Durante muitos anos só se conheceu de Monsanto a faca encontrada por António Mendes. As descobertas dos P.^{os} Bouvier Lapierre e Luisier, a que outras se seguiram, tornaram Monsanto, estação de superfície, uma das mais conhecidas dos arredores de Lisboa. Os seus objectos são talhados em silex esbranquiçado e pertencem ao paleolítico inferior. Em Vila Pouca apareceram algumas «limandes».

Joaquim Fontes, L.

Vergílio Correia, LIII.

H. Breuil, XXVII.

Mesquita de Figueiredo, LIV.

68 — QUINTA DO TORES: — Estação paleolítica de superfície.

69 — MOÍNHOS DO BOBA: — Idem.

- 70 — CASTELO: — Idem.
71 — MONTE DO PENEDO: — Idem.
72 — FALAGUEIRA: — Idem.
73 — CASAL DO BRANDÃO: — Idem.
74 — A-DAMAIA: — Estação de superfície, muito rica em paleolítico inferior, presumindo-se que contenha mesmo superior.

Joaquim Fontes, LV.

- 75 — NEUDEL: — Na A-Damaia. Estação de superfície com alguns objectos paleolíticos.

Felix Alves Pereira, LVI.

- 76 — CASAL DA SERRA: — Estação de tipo do paleolítico superior. Os buris, diz o Sr. Dr. Joaquim Fontes, fazem pressupôr a existência de gravuras, não aparecendo estas talvez por se tratar de uma estação de superfície.

Joaquim Fontes, LV.

- 77 — CASAL DO GAROTO: — Estação de superfície.
78 — QUINTA DE ALFRAGIDE: — Idem.
79 — CASAL DAS OSGAS: — Estação de superfície, contém paleolítico inferior e talvez superior, talhado em sílex e quartzite.

Joaquim Fontes, LV.

- 80 — CASAL DAS CANAS: — Estação de superfície.
81 — AO PÉ DA ESTRADA: — Estação de superfície. Contém paleolítico inferior.

Joaquim Fontes, LV.

- 82 — SALREGOS: — Igualmente estação de superfície com paleolítico inferior.

Joaquim Fontes, LV.

- 83 — MAMA-SUL: — Estação de superfície.
84 — QUINTA DO ALFRAGIDE DE BAIXO: — Estação de superfície com paleolítico inferior talhado em silex.

Joaquim Fontes, LV.

- 85 — MONTE DOS BARRINHOS: — Estação de superfície.
86 — ALTO DO DUQUE: — Idem.
87 — CASAL DO PELÃO: — Idem.
88 — CASAL DE VILA CHÃ: — Idem.
89 — CARENQUE: — Idem.
90 — MONTE DA PEÇA: — Idem.
91 — PENDÃO: — Idem.
92 — MONTE ABRAÃO: — Idem.
93 — CASAL DOS BAHUTAS: — Idem.
94 — CAMELAS: — Idem.
95 — BAIRRO DA MINA: — Idem.
96 — AMADORA: — Idem.
97 — VENTEIRA: — Idem.
98 — CASAL DA BARROCA: — Idem.
99 — CASAL DO QUINTELAS: — Idem.
100 — PORTAS DE QUELUZ: — Idem.
101 — MOÍNHOS DAS SOIRAS: — Idem.
102 — CAMPO DE AVIAÇÃO: — Idem.
103 — CASAL DO BOREL: — Idem.
104 — QUINTA DO ARAÚJO: — Idem.
105 — QUINTA DO PAIZINHO: — Idem.
106 — CASAL DOS ADAIÕES: — Idem.
107 — VINHA DO MULATO: — Idem.
108 — ALFRAGIDE 1.º — Idem.

- 109 — SERRA DE CARNAXIDE: — Idem.
110 — MONTE DA BARRONCHADA: — Idem.
111 — LINDA-A-PASTORA: — Idem.
112 — LINDA-A-VELHA: — Idem.
113 — OLIVAL: — Idem.
114 — QUELUZ DE BAIXO: — Estação de superfície, de paleolítico superior, com abundância de micrólitos de cristal de rocha de secção triangular e trapesoidal.
115 — TERCENA: — Estação de superfície.
116 — MOÍNHOS DA REVINHEIRA: — Estação de superfície em que predominam microlíticos, como os de Queluz de Baixo.
117 — POR DO SOL: — Estação de superfície.
118 — MOÍNHOS DO CARTAXO: — Idem.
119 — VALEJAS: — Idem.
120 — CABEÇO DE PAIMÃO: — Idem.
121 — MONTE DA CRUZ: — Idem.
122 — MOÍNHOS DO MOITA: — Idem.
123 — LICEA: — Idem.
124 — LAVEIRAS: — Idem.
125 — ESTRIA: — Idem.
126 — PEDREIRA DO CARRASCAL: — Idem.
127 — COLARIDE: — Idem.
128 — CASAL DO BOROTA: — Idem.
129 — VARGE MEIRINHO: — Idem.
130 — ASFAMIL: — Idem.
131 — ALTO DOS CASAMENTOS: — Idem.
132 — PENAS ALVAS: — Idem.
133 — OUTEIRO: — Idem.
134 — QUINTA DA FIGUEIRINHA: — Idem.
135 — FONTAÍNHAS: — Idem.
136 — ALTO DO PEIXE FEIXE: — Idem.
137-138 — SETÚBAL: — Nas grutas do Casal do Pardo, situadas nos arredores daquela cidade, foram encontrados alguns objectos paleolíticos.

À superfície do solo também foi encontrada em Cambres uma peça que se presume mustierense e junto do Castelo de São Jorge vários instrumentos de silex.

Marques da Costa, LVII.

ALENTEJO .

- 139 — ARRONCHES: — Fica situada junto do cemitério desta vila. Os instrumentos líticos aparecem no meio do barro que se extrai do solo para o fabrico da telha, nas margens do Caia, num antigo terraço que domina em cêrca de 20 metros a ribeira actual. Os seus objectos, que pertencem ao paleolítico inferior e são de quartzite, encontram-se no Museu Etnológico e em Paris. Foi descoberta pelo Professor H. Breuil.

H. Breuil, LVIII, LIX.

J. Leite de Vasconcelos, LX.

- 140-145 — ELVAS — O que geralmente se chama paleolítico de Elvas não é constituído por uma só estação, mas por um grupo de estações: Bota-Fogo, Ribeira do Monte Campo, Freguesia do Caia, Alfarófia e Comenda, entre outras, situadas não longe da estrada que de Elvas conduz a Badajoz e junto da nossa fronteira.

Os instrumentos líticos que foram colhidos à superfície do solo e em camada estratigráficas são de quartzite e silex, do chelense, acheulense e mustierense.

Lereno Antunes, LXI.

- 146 — ORIOLA — Numa herdade do Sr. Conde da Ervideira encontrou-se à superfície do solo um *coup-de-poing* de quartzite.

Vergilio Correia, XLIV.

*

*

*

Fazendo um rápido exame ao que atrás dissemos, nota-se que, infelizmente para nós, dos locais em que apareceu paleolítico, raros são os que contêm estratigrafia, facto êste que lhes diminui consideravelmente o valor. Alguns mesmo, como Mealhada, estão imperfeitamente estudados, necessário se tornando escavações metódicas, feitas com o maior critério científico, por pessoas que saibam ler conscienciosamente nas camadas sobrepostas da terra para que, levados pela simples mira da recolha de objectos, não destruam irremediavelmente e para todo o sempre as fôlhas do livro aberto da Natureza, que os séculos pacientemente escreveram.

Também se nota que as nossas estações são na quási totalidade do paleolítico inferior, sendo poucas as que o contêm superior. Estão as cavernas do País pouco estudadas. Se algumas escavações nelas se realizassem, certamente se havia de modificar o estado actual dos nossos conhecimentos científicos, pois algumas em que se realizaram explorações mostraram que foram habitadas pelo homem depois do paleolítico inferior.

Também ressalta à vista um grande aglomerado de população nos arredores de Lisboa, outro núcleo importante nas margens do Minho e Lima. Lacunas, por carência de explorações certamente, em Trás-os-Montes, Beiras, parte do Alentejo e Algarve.

O material empregado é a quartzite a norte e leste, e o silex principalmente nas imediações de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- I — *Nery Delgado*: «La grotte de Furninha à Peniche». *C. R. du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques — IX Session*. Lisbonne, 1880.
- II — *Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral*: «Resumée d'une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro. Présence de l'homme, vestiges d'action glaciaire». *C. R. du Congrès Int. d'Anthropologie et d'Arch. Préhistoriques. IX Session*. Lisbonne, 1880.

- III — *Joaquim Fontes*: «Instruments paléolithiques des environs de Porto». *Bolletín de la Sociedade Portuguesa des Sciences Naturelles*. Tome VII. Lisbonne, 1915.
- IV — *Joaquim Fontes*: «Instruments paléolithiques des environs de Porto». «Comunicações» du *Service Geologique du Portugal*. Tomo XII, Lisboa, 1916.
- V — *R. de Serpa Pinto*: «Nótulas asturienses, III». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. V, fasc. II, Pôrto, 1931.
- VI — *Abel Viana*: «Estações paleolíticas do Alto Minho». *Portucale*, Vol. II. Pôrto, 1930.
- VII — *Afonso do Paço*: «O paleolítico no Minho». *C. R. XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, IV Session de l'Institut International d'Anthropologie*. Coimbra-Pôrto, 1930.
- VIII — *R. de Serpa Pinto*: «O asturiense em Portugal». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. IV, fasc. I. Pôrto, 1928.
- IX — *Afonso do Paço*: «Estação paleolítica de Carreço». *Brotéria*, Vol. IX, fasc. III. Lisboa, 1929.
- X — *Afonso do Paço*: «Note sur les industries paléolithiques et mésolithiques de la province de Minho». *C. R. XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, V Session de l'Inst. Intern. d'Anthropologie*. Paris. 1931.
- XI — *Afonso do Paço*: «Nota sôbre o paleolítico de Carreço». *Congresso da Associação Portuguesa e Espanhola para o Avanço das Ciências*. Lisboa, 1932.
- XII — *Tomás Simões Viana*: «O homem prehistórico no aro de Viana do Castelo». Inédito.
- XIII — *Joaquim Fontes*: «O homem fóssil em Portugal». Lisboa, 1923.
- XIV — *Padre José António Saraiva de Miranda*: «Premices du paléolithique à Arcos de Val-de-Vez (Minho).» Inédito.
- XV — *Joaquim Fontes*: «Station paléolithique de Mealhada». «Comunicações» du *Service Geologique du Portugal*. Tome XI, Lisboa, 1916.
- XVI — *Emile Cartailhac*: «Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal». Paris, 1886.
- XVII — *Francisco Tavares de Proença Júnior*: «Paleolítico de Leiria». *Materiais para o estudo das antiguidades portuguesas*. Vol. I, n.º 2, Leiria, 1910.
- XVIII — *Joaquim Fontes*: «Instruments paléolithiques dans la collection de prehistoire du Service Geologique; Les instruments paléolithiques de Leiria». «Comunicações» du *Service Geologique du Portugal*. Tome XII. Lisboa, 1916.

- XIX — *J. Leite de Vasconcelos*: «Instrumento paleolítico de Leiria». *O Archeólogo Português*. Vol. XXV. Lisboa, 1922.
- XX — *Vieira Natividade*: «Grutas de Alcobaça». *Portugália*, Vol. I. Lisboa, 1912.
- XXI — *Felix Alves Pereira*: «Indústrias lithiques sur les rives de la lagune de Obidos». *Bulletin de la Société Portugaise de Sciences Naturelles*. Vol VII. Lisboa, 1916.
- XXII — *E. Harlé*: «Faune de la grotte à hyènes rayées de Furninha et d'autres grottes du Portugal». *Bulletin de la Société Geologique de France*. 4eme. série, 1909.
- XXIII — *E. Harlé*: «Les mammiferes et les oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal». *Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Tomo VIII. Lisboa, 1910.
- XXIV — *Joaquim Fontes*: «Instruments paleolithiques dans la collection de prehistoire du Service Geologique; Note sur le depôt quaternaire de Furninha». «*Comunicações*» du *Service Geologique du Portugal*. Tome XII, Lisboa, 1916.
- XXV — *Nery Delgado*: «Noticia acêrca das grutas de Cesareda». *Estudos Geológicos*. Op. I. Lisboa, 1867.
- XXVI — *Paula e Oliveira*: «Caracteres descriptivos dos crâneos de Cesareda». *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, Vol. II. Lisboa. 1892.
- XXVII — *H. Breuil*: «Impressions de voyage paleolithique à Lisbonne». *Terra Portuguesa*, Vol. III. Lisboa, 1918.
- XXVIII — *Carlos Ribeiro*: «L'homme tertiaire en Portugal». *C. R. du Congrès Int. Anthropol. et Arch. Préhistoriques*. IX Session. Lisbonne, 1880.
- XXIX — *Carlos Ribeiro*: «Descrição de alguns silex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado». Lisboa, 1871.
- XXX — *Carlos Ribeiro*: «Sur les silex taillés découverts dans les terrains miocène e pliocène du Portugal». *C. R. du Congrès Int. Anthropol. et Arch. Préhistoriques*. VI Session. Bruxelles, 1872.
- XXXI — *Nery Delgado*: «Les silex tertiaires d'Ota». *C.R. du Congrès Int. Anthropol. et Arch. Préhistoriques*. Paris, 1889.
- XXXII — *José Fortes*: «Les eolithes du Portugal». *Bulletin de la Société Préhistorique de France*. Le Mans, 1905.
- XXXIII — *Mendes Correia*: «A sepultura neolitica do Vale das Lages e os «eolithos» de Ota». *Bull. de la Ass. Cat. d'Anthropol. et Etnol. Preh.*, III. Barcelona, 1925.
- XXXIV — *Mendes Correia*: «O homem terciário em Portugal». *Lusitânia*. Vol. III. Fasc. IX. Lisboa, 1926.
- XXXV — *Mendes Correia*: «Nouvelles recherches sur l'homme tertiaire en

- Portugal». *III Session de l'Institut International d'Anthropologie*. Amsterdam, 1927.
- XXXVI — *Pereira da Costa*: «Noticia sôbre esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda». Lisboa, 1865.
- XXXVII — *Paula e Oliveira*: «Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne». *C. R. du Congrès Int. d'Anthr. et Arch. Préhistoriques. IV Session*. Lisbonne, 1880.
- XXXVIII — *Paula e Oliveira*: «Nouvelles fouilles faites dans les Kiokkenmoeddings de la vallée du Taje». *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico*. Tomo II. Fasc. I. Lisboa, 1886.
- XXXIX — *Carlos Ribeiro*: «Les Kiokkenmoeddings de la vallée du Taje». *C. R. Congrès Int. Anthr. et Arch. Préhistoriques. IX Session*. Lisbonne, 1880.
- XL — *A. Costa Ferreira*: «Negroides préhistoriques en Portugal». *Anais Científicos da Academia Politécnica do Pôrto*. Vol. II. Pôrto, 1907.
- XLI — *Mendes Correia*: «A Lusitânia pré-romana». *História de Portugal — Edição Monumental*. Vol. I. Barcelos, 1928.
- XLII — *Mendes Correia*: «Sur les brachycéphales préneolithiques et leur culture». *Bulletin de la Société portugaise de sciences naturelles*. Vol. 8. Lisboa, 1917.
- XLIII — *Henry V. Vallois*: «Recherches sur les ossements mesolithiques de Mugem». *L'Anthropologie*, Tome XI. Paris, 1930.
- XVIV — *Vergílio Correia*: «O paleolítico portuguguês, — descobrimentos». *Terra Portuguesa*. Vol. II. Lisboa, 1917.
- XLV — *Felix Alves Pereira*: «Antiquitus: XI-XII. Estação paleolítica de Alveijar». *O Archeólogo Português*. Vol. XXI. Lisboa, 1916.
- XLVI — *Joaquim Fontes*: «Note sur le chelleen de Casal do Monte». *Bul. Soc. Port. Sciences Naturelles*. Tome VII. Lisboa, 1915.
- XLVII — *Joaquim Fontes*: «Estação paleolítica do Casal do Monte». Lisboa, 1910.
- XLVIII — *Joaquim Fontes*: «Estação paleolítica do Casal do Monte». *O Archeólogo Português*. Vol. XV. Lisboa, 1910.
- XLIX — *Joaquim Fontes*: «Indústrias paleolíticas do Casal do Monte». *Materiais...* Vol. I, n.º 2. Leiria, 1910.
- L — *Joaquim Fontes*: «Sôbre três *coups-de-poings* do Casal do Monte e Moinho das Cruzes». *Revista de História*. Vol. I, n.º 4. Pôrto, 1912.
- LI — *J. Leite de Vasconcelos*: «Objectos paleolíticos do Casal do Monte». *Boletim da 2.ª classe da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo VII*. Coimbra, 1915.
- LII — *Fonseca Cardoso*: «Nota sôbre uma estação cheleana do Vale

- de Alcântara». *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Pôrto, 1895.
- LIII — *Vergílio Correia*: «Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto». *O Archeólogo Português*. Vol. XVIII. Lisboa, 1912.
- LIV — *António Mesquita de Figueiredo*: «Nota sôbre duas estações paleolíticas». *Revista de Guimarães*, XXXII, n.º 2. Guimarães, 1922.
- LV — *Joaquim Fontes*: «Subsidios para o estudo do paleolítico português». *O Archeólogo Português*. Vol. XVII. Lisboa, 1912.
- XVI — *Felix Alves Pereira*: «Miscelânea arqueológica. I — Achados arqueológicos na Damaia (Arredores de Lisboa)». *O Archeólogo Português*. Vol. XXI Lisboa, 1916.
- LVII — *A. J. Marques da Costa*: «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal». *O Archeólogo Português*. Vol. VII. Lisboa, 1902. Vol. XII, Lisboa, 1907.
- LVIII — *H. Breuil*: «Glans paléolithiques dans le bassin du Guadiana». *L'Anthropologie*. Tome XXVIII. Paris, 1917.
- LIX — *H. Breuil*: «La station paleolithique ancienne d'Arronches (Portalegre)». *O Archeólogo Português*. Vol. XXIV. Lisboa, 1920.
- LX — *J. Leite de Vasconcelos*: «Objectos paleolíticos de Arronches remetidos ao Museu Etnológico pelo Sr. Padre Henry Breuil». *O Archeólogo Português*. Vol. XXIV. Lisboa, 1920.
- LXI — *Lereno Antunes*: «Paleolítico de Elvas». *O Archeólogo Português*. Vol. XXVII. Lisboa, 1929.

AFONSO DO PAÇO

UM SINETE INTERESSANTE

A comunicação, acêrca de matrizes sigilares, apresentada na Assembleia Geral de 3 de Março de 1932 pelo Sócio Efectivo Sr. Dr. Luciano Ribeiro e publicada no Volume X da «Arqueologia e História», que li pouco depois de receber um estudo semelhante, no n.º 1 do tómo 5.º da «Feira da Ladra», da autoria do Sr. Garcês Teixeira, coincidiu quási com a sugestão do nosso Secretário Geral Sr. António Machado de Faria para dar forma à consulta que dirigi à Associação sôbre um valioso sinete antigo, encontrado aqui perto no Monte da Franqueira e sítio do celebrado Castelo de Faria, teatro do *feito* dos Alcaides em 1373, narrado por Fernão Lopes e recordado por Alexandre Herculano nas «Lendas e Narrativas».

Encontro também incitamento («Arquivo Nacional de Ex-Libris») nos trabalhos dos Srs. Pedro Vitorino e Carlos Passos, cuja lição me orienta no sentido de satisfazer a sugestão a que me referi.

Tanto mais que a peça é na verdade merecedora de estudo e divulgação, tão perfeito é o seu estado e tão curioso ó seu gravado, com a circunstância de se tratar de uma *matriz* e, portanto — ao que leio — de uma raridade.



Encontro que os documentos eram *selados* por três formas : *chapa*, *suspensão* e *estampagem*.

De *chapa* quando a matriz (anel, sinete, etc.) se reproduzia no corpo do documento por meio de substâncias fixantes tendo por base a cêra.

Por *suspensão* se o selo ficava fora do documento, mas dêle *pendente* por tiras, cordões ou fitas.

Em *estampagem* se se utilizava tinta, servindo a matriz de carimbo.

Os selos de chapa são os mais antigos pois já existiam no século décimo (antes de Cristo); seguiram-se os selos de suspensão a partir do século onze e por fim vieram os estampados no século dezassete, aquêles medievais e estes modernos.

Afigura-se-me, pois, que provoca confusão o uso do termo *de suspensão*, aplicado tanto às *matrizes* que se traziam suspensas por cadeias ou cordões, etc., em colar ou ligados a cintos, como aos *sêlos* pendentes dos documentos por formas diversas.

Seria talvez preferível chamar de *suspensão* sòmente às *matrizes* e *pendentes* só aos *sêlos*, que o fòsem umas e outros.

Em razoavel fixidez de termos, apenas, porque me parece que não teria sido sòmente a dificuldade de fixar a pasta de selagem antiga em pergaminho, a origem dos *sêlos pendentes*; acaso as *matrizes de suspensão* é que lembraram aquella disposição de selagem e delas ainda nós vemos hoje o reflexo em certos ornatos das cadeias e «*châtelainnes*» dos relógios de bôlso. Eu mesmo conheci uma suspensão de relógio — jóia de familia do século XVIII — com um pequenino sinete cinzelado em berloque, lindíssimo por sinal !

Mais me parece ainda genérica a denominação *matriz*; poderíamos talvez dividir as matrizes em *anéis*, *sinetes*, *prensas* e *carimbos*. E também aqui encontro dúvida porque vejo chamar *sinete* aos *selos secretos*, a meu ver outra confusão de causa com efeito.

Estes detalhes teriam talvez a vantagem da clareza, tão necessária na linguagem e na escrita descritivas.

E assim eu teria a certeza do acôrto ao escrever: no Monte da Franqueira, sítio do histórico Castelo de Faria medieval, perto de Barcelos, foi encontrado um *sinete medieval de suspensão* deveras interessante e valioso.

*
* *
*

Para o estudo do sinete, os elementos de comparação que obtive — neste recanto de província do qual raríssimas vezes me desloco — são por certo deficientes. Mas, coincidência interessante, apareceram-me quási na mesma ocasião da descoberta da matriz sigilar no sítio do Castelo de Faria.

Êsses elementos são: a matriz encontrada pelo Sr. Garcês Teixeira, as duas de Alenquer descritas pelo Sr. Dr. Luciano Ribeiro e um sêlo existente na «Biblioteca Nacional de Lisboa», do qual tenho uma fotografia, que devo à amabilidade do meu antigo camarada e contemporâneo tenente-coronel Sr. Costa Veiga.

Dessas quatro marcas sigilares duas, em forma de escudo, são vincadamente heráldicas, pelo que prefiro as outras duas: a segunda do trabalho do Sr. Dr. Luciano Ribeiro e o sêlo da «Biblioteca» de Lisboa.

Ambas essas peças têm a forma dum triângulo sôbre os lados do qual estão traçados semi-círculos; o sinete do Castelo de Faria é um quadrado com semi-círculos sôbre os lados na mesma forma de desenho daqueles. Esta figura com *arcos plenos* acaso traduzirá uma influência *românica*, estilo que como se sabe ultrapassou em Portugal os primeiros tempos da passagem para o gótico, apenas iniciado aqui quando já estava muito espalhado por fora.

Tôdas as três matrizes em comparação são epigrafadas em caracteres *unciais*; estes — conforme a «Epigrafia» do Sr. Cordeiro de Sousa — foram usados a partir da segunda metade do século XII até ao princípio do século XV e em alfabeto completamente constituído mantiveram-se no espaço de tempo que decorreu desde o fim da primeira metade do reinado de D. Denis até o de D. João I.

Portanto, se posso considerar mais ou menos contemporâneas



as três peças sigilares comparadas e se sei a época precisa duma delas (a da «Biblioteca» que *sela* um documento de cêrca de 1320 a. D.), posso talvez também aventar a hipótese — pela bem visível perfeição dos caracteres da legenda da matriz do Castelo de Faria — de que êste sinete é da segundã metade do século XIV, isto é do período da perfeita constituição do alfabeto-uncial (1) e seu uso, também perfeito, no nosso país.

Mais claro: o sinete encontrado no Monte da Franqueira (Barcelos) e sítio do histórico Castelo de Faria, é, provàvelmente, da segunda metade do século de 1300.

*
* *
*

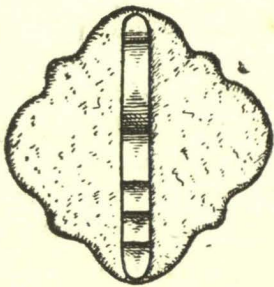
Anexa a estas considerações está uma reprodução do sinete facilitando seu estudo.

Para leitura e interpretação, tratando-se duma *matriz*, a cópia exacta do anverso daria desenho invertido; pareceu-me vantajoso ter um figurado ao seu direito e obtive-o firmando o sinete em lacres que, por tentativas repetidas, saíram razoáveis.

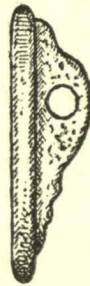
Ofereci uma dessas provas à «Associação», por intermédio do nosso Secretário-Geral, e outra ao «Museu Municipal do Pôrto», por intermédio do Engenheiro Sr. Rui de Serpa Pinto, Assistente à Universidade e Instituto de Antropologia da mesma cidade. Ambos já visitaram Barcelos, com ambos tive o vivo prazer de tomar conhecimento pessoal e ainda mais a satisfação de ouvir delicadas lições, que me penhoraram pela forma como foram dadas.

O desenho que apresento é, pois, apenas uma cópia minha de lacres (o que seria o *sêlo* proveniente do *sinete*), no detalhe para decifração da legenda e das figuras centrais. E junto-lhe uns «croquis» do aspecto da matriz, para sua figuração tanto quanto possível completa.

(1) *Uncial* (do baixo latim *uncia*, ϖ) parece-me forma preferível a *oncial* que, a meu ver, tem ressaibos de galicismo.



I



II



III

I — Reverso e II — Perfil (nas dimensões próprias)

III — Reprodução aumentada, a direito, do anverso

A matriz é de bronze, conforme exame feito por um contraste aqui de Barcelos, com 0,^m036 por 0,^m036 de dimensões exactas, 0,^m005 de espessura por tôda ela e no reverso tem um orifício circular (0,^m003) *de suspensão*, praticado numa espécie de refôrço, trabalhado por forma que dá a impressão duma peça destinada ao uso do sinéte (Figuras I e II).

Já notei que a figura geométrica da matriz é um quadrado sôbre os lados do qual estão traçados semi-círculos; no quadrado está mais inscrita umâ circumferência completa.

Dentro da circumferência está gravada a figura dum boi, carneiro ou cabra, encimada por uma vieira, em perfeita forma heráldica, isto é, com a parte convexa para fora e a charneira para cima (Figura III).

É evidentemente um conjunto simbólico a compreender.

A legenda, disposta por forma bastante original, é constituída por uma cruz e catôrze letras — dispostas quatro junto dos vértices do quadrado e as restantes em grupos de três dentro dos semi-círculos exteriores — fazendo-se a leitura da esquerda para a direita e de fora para dentro.

Essa decifração — feita pelos Srs. Conde de Tovar e Cordeiro de Sousa — deu:

+S G ARC I ACA R NEI R

estando o E e o I, do último grupo de três caracteres, em geminação que, embora apenas ligeiramente indicada, se vê bem num pequeno prolongamento, da extremidade da curva superior do E, podendo valer por um til.

O dizer da legenda é pois:

Sêlo (*sigillum*) GARCIA CARNEIR

e ao lado da cruz, em simetria com o S, vê-se um espaço em liso que, instintivamente, se pode apontar como o lugar do O final da palavra *Carneiro*, letra que não chegariam a gravar, talvez propo-

sitadamente, ficando assim só com dois caracteres êsse grupo da série dos inscritos nos semi-círculos exteriores.

Entendo que o gravador procurou vincar bem o comêço da legenda, por desnecessário o O, visto que tendo-se:

Sêlo Garcia Carneiro

a omissão da letra final está — para a leitura completa — compensada na figura simbólica de animal que, evidentemente, é, portanto, *um carneiro*.

E a vieira? Suponho-a um simbolo de peregrino; o falecido heraldista Sr. Santos Ferreira (*Armorial Português* — III — 162) escreveu que as *vieiras* são, genêricamente, uma reminiscência das cruzadas e grandes peregrinações à Terra Santa; mas na nossa península têm particular ligação com o Santuário de Compostela ou com as Ordens monástico-militares, portuguesa e espanhola, de Santiago. E aqui, no nortenho luso-calaico, em tal época afigura-se-me admissível a hipótese de que alude a um devoto de Santiago, a um peregrino a Compostela.

Supondo aceitáveis os raciocínios, até aqui apresentados, restaria, para conclusão, um detalhe importante: identificar a matriz, descobrindo quem era Garcia Carneiro.

O sinéte apareceu perto do circuito muralhado, que parece formava o recinto que envolvia a tórre medieval do Castelo de Faria (1); nessa zona foram encontrados muitos pelouros de catapulta, pontas de dardos, ferros de setas, acicates de cavaleiro, pedaços de malha de cervilheira, fragmentos do punho duma espada mediêva, tecidos de lã semi-queimados, lâminas de arnezes (bra-

(1) Está provado que o histórico Castelo de Faria ocupava o local dum castro romano e que êste se instalou numa povoação castreja pre-romana; estão a descoberto os alicerces das habitações circulares típicas dêsses povoados, a dupla muralha em pedra sôlta, inúmeros exemplares cerâmicos, cereais (*a fava céltica* por exemplo), mós manuais, uma colecção variada de cossoiros, uma conta em vidro azul, talvez mesmo um *coup-de-poing*, etc.

çais, coxótes, etc.), botões de carrêto em latão, fivelões do mesmo metal, chaves, uma delas interessantíssima, moedas fernandinas (em especial uma *barbuda* perfeitíssima e *pilartes* de billão, etc.), formando êsse conjunto uma recolha valiosa que se me figura coeva do cêrco do Castelo em 1373 pelo Adelantado da Galiza Don Pedro Sarmiento.

Quere-me parecer, pois, que o possuidor do sinête teria sido *alguém* que tomou parte nesse cêrco, cuja narração a prosa arcáicamente colorida de Fernão Lopes converteu (já o escrevi algures) num dos episódios mais comoventes das suas narrativas, salientando *o feito* dos Alcaides do Castelo de Faria na História Nacional.

Quem seria ?

Em primeiro lugar, por certo, pessoa de categoria, visto que usava um sinête próprio, simbólico e até artístico. Um cavaleiro, portanto, um nobre.

Português, fazendo parte da guarnição do Castelo de Faria, ou acolhido a êle para a campanha defensiva da Pátria ?

Galego, vindo na hôste do Adelantado e tendo perdido o sinête nas tentativas *de filhar* o castelo, o que não conseguiram ?

Só pelo exame da matriz tanto podia ser um cavaleiro português como galego: *carneiro* escreve-se e pronúncia-se da mesma forma em ambas as línguas.

É, pois, um problema de genealogia; para sua solução não satisfazem os elementos de que disponho; seria indispensável uma investigação nos nobiliários nacionais e nos espanhóis.

Ainda tentei procurar nas genealogias portuguesas, consultando o notável «Nobiliário de Felgueiras Gaio», guardado aqui na Misericórdia de Barcelos e recorrendo ao saber do meu Mestre Sr. Dr. José de Sousa Machado, residente em Braga.

Em Felgueiras Gaio, volume 13.º título de «Carneiros» — que compreende 178 parágrafos ocupando 97 fôlhas da pequena e típica letra do manuscrito — verifiquei não haver um único indivíduo chamado *Garcia*.

O Sr. Sousa Machado respondeu-me, com data de 29 de Dezembro de 1932, o seguinte: — *deitei abaixo os livros genealógicos mas não achei o Carneiro do sinête; é um problema interessante mas*

extremamente difícil; os nobiliários nas gerações anteriores a D. João I são manifestamente defeituosos.

No campo das hipóteses — e neste particular só nêle estou — inclino-me para que fôsse um cavaleiro galego; o nome Garcia, a viera do devoto ou peregrino a Santiago e (deixem-me confessá-lo) o *entusiasmo* de supôr vencido, derrubado, um categorizado inimigo no investimento inútil do heróico Castelo de Faria levam-me a essa suposição.

*
* *
*

Estou escrevendo em fins de Fevereiro, princípios de Março de 1933; em tal época do ano de 1373 — era de 1411 — se cobriram de imorredoura glória dois *Escudeiros* da nobre raça portuguesa à qual pertencemos.

Tento, com êste insignificante estudo dum pequeno sinete encontrado no sítio do *feito*, comemorar a data provável dum dos mais belos gestos, de leal firmeza à *palavra dada*, que ornamentam a História de Portugal.

JOSÉ DE MANCELOS SAMPAIO

DAMIÃO DE GOES NA LIVRARIA REAL DE MÚSICA

I

O famoso guarda-mor da Tôrre do Tombo não se tinha só em grande conta; chegava a nutrir certa devoção por sua pessoa. Em seus escritos, nunca deixa escapar ensejo de se enaltecer e sempre que fala de si, ou de seus actos, fá-lo com manifesto desvanecimento. Essa auto-admiração era tão do imo da alma que ainda hoje lateja.

O berço, todavia, não lhe dera êsse sentir. Tampouco a educação paçã que teve. Deve tê-lo ganho, mais que em suas demoradas viagens, na freqüência e no convívio das gentes das Universidades estranhas, onde pontificavam homens ilustres, muitos dos quais gravitavam em tôrno do movimento gerador do individualismo moderno que, levedante havia muito, adregara, por então, de fazer violenta crise. A privança que com êles manteve, deve ter sido a mãe de tal pecha.

Por sua causa alardeia saber descomedido e blasôna de conhecimentos invulgares; por isso nunca é sem prosápia que formula

parecer ou expende opinião; por isso é que, sempre que pode, busca amesquinhar os officiaes de seu officio, em cujas obras desfaz, talvez receioso que pudessem, mesmo de longe, fazer sombra a seus méritos que, aliás, se lhe antolhavam enfunados como velame de caravela com vento de feição.

Damião de Goes, porém, não era mais instruído do que qualquer dos portuguezes cultos de seu tempo e é sabido que na côrte «havia muitos varões doutos tanto na língua grega como na latina». (1)

Cuido, contudo, que devia ser, de entre todos, o que mais considerava o saber como privilégio.

A seus olhos a sciência ganhava foros de divindade. E porque sabia, encarava-se de certo modo, como levita de seu culto. Reverenciava em si o escrínio venerável que albergava algumas partículas sacrossantas — o seu cabedal de sciência.

Como os humanistas desprezavam outras línguas que não aquelas a que hoje chamamos mortas, Damião de Goes (alcandorado na tórre de marfim que a sua grande vaidade edificara e tornava inacessível) menoscabava os da sua igualha a quem tinha por menos cultos e aspirava à intimidade dos de mais elevada jerarquia — de sangue ou de intellecto.

A sua pedantaria, aliás comum em seu tempo, impele-o a cultivar com carinho relações amistosas e a deixar transluzir grande familiaridade com os maiores nomes do ambiente intellectual de antanho, o mais affectado e refalsadamente hipócrita de quantos têm havido, por seus componentes arderem no empenho de «de tóda a parte captar fama». (2) Tudo fazia para se lhes meter no coração.

A sua egolatria levava-o a julgar-se o maior de todos. Os demais ficavam a perder de vista. Não têm uma palavra para os que cultivavam as pátrias letras. Só abre excepção para os que mourejaram no amanho das crónicas e isso para indirectamente se lisonjear. À-parte Fernão Lopes todos saem mal feridos da sua pena acerada.

E como agora só podemos entrever sua figura através dos seus escritos e da nota de suas acções, ainda hoje é a sua egolatria que

faz projectar agigantadamente o seu vulto na distância de quasi quatro séculos.

Arteiro e oportunista, tendo, como ninguém em seu tempo, a noção exacta do mágico poder da palavra escrita na génese dos conceitos históricos, pois considerava «a escritura mãy de eterna memoria» (3), Goes soube amontoar, pachorrenta e intencionadamente, comparações especiosas, exageros discretos, difamações subtilísimas, auto-elogios disfarçados, malsinações capciosas, tudo embrêchado em seus escritos (com aparente imparcialidade, sábio artificio e ar de quem não quebra um prato) com mira de passar à posteridade não só como o que era, mas com maior grandeza.

Além da cultura de que qualquer bom humanista dispunha, o cronista do «rei que o mundo mandou» também era versado na arte dos sons.

Di-lo, com algumas probabilidades, êle próprio: «na musica compos muitas cousas, na qual foy taõ destro e exercitado que nas terras porque andou lhe chamaraõ o musico dalcunha.» (4)

André de Rêsende (que também pertencia à sociedade quinhestista de elogio epistolar mútuo) celebrando seus méritos musicais (e poéticos) no epigrama que Barbosa Machado reproduziu, (5) mentindo com quantos dentes tinha na bôca (6), atribue-lhe o ter introduzido o conhecimento da Música (7) em Portugal — *a quo Musica primum inventa est nobis*.

Contudo, a-pesar-de exímio na prática da arte e de haver composto muitas músicas, foi acusado no Santo Ofício por amor de certos concertos que fazia em casa, donde pode deduzir-se que não era conhecido na côrte como autor de obras musicais. Se tal autoria fôsse notória, Goes não deixaria de ter apresentado em sua defesa o rôl das composições que fizera com destino à Igreja e cuja existência, certamente, seria do domínio público.

Teria assim ensejo de reforçar a prova de sua ortodoxia, prova que fizera, entre outras coisas, com a relação das alfaias, etc., que dera ou doára a várias igrejas do reino. (8)

Também é curioso notar que se justificou de cantar coisas «que non eraõ cantigas que qua costumaõ cantar-se» dizendo que por «ser m.^{to} Musico e folgar de cantar e ser m.^{to} dado aa musica» de-

pois de jantar, com outros «se punhaõ a cantar Missas e Mottettes compostos em canto d'orgão». (9)

Tenho para mim como misterioso o facto de Goes não ter declinado a sua qualidade de compositor musical no Santo Ofício, nem no seu espaventoso epitáfio (outro fruto da sua egolatria) ter, sequer de longe, aludido ao assunto.

Foi-o sem dúvida e, por então, corriam impressas lá por fóra composições suas e cuidoo não errar afirmando que de uma delas havia, ao tempo, exemplares em Lisboa. (10)

¿Porque tão prosapientoo varão calou por sistema essa circunstância ?

¿Convir-lhe-ia não falar em tal ao Santo Ofício para não emmaranhar mais a teia que a família lhe urdira ? (11)

¿Teria receio que as suas composições pudessem dar ensanchas a que as dúvidas sôbre a sua ortodôxia adquirissem maior consistência aos olhos dos inquisidores ?

É provável, se não certo.

Como veremos, as composições de sua autoria (efectiva ou provável) que ainda subsistem têm tôdas carácter profano, embora o texto seja em latim. Mas tal não revestiria a mínima importância se o texto não houvesse sido arrancado ou haurido da Sagrada Escritura pelo próprio autor da música.

Aqui é que ardia Tróia.

Goes era sagacíssimo e farejava o perigo em que estaria se os inquisidores o suspeitassem, ou até só sonhassem. O caso seria muito mais feio e a sua integridade física talvez não tivesse sido atingida só pelo impertinente usagre de que tanto se lamentava e de que devia padecer menos pela falta de hygiene das celas, do que pelo abuso da carne de porco a que se habituara nas lutas comensais do Brabante.

Mas isto é assunto que tenciono versar com maior desenvolvimento quando tratar pròpriamente da obra musical do cronista.

Por agora apenas importa saber o que dela se guardava na Livraria Real de Música.

II

É com certa comoção que — nesta faina de carregar achegas para a História da Música em Portugal — vou iniciar uma série de estudos sôbre o recheio, ainda hoje identificável, da copiosa livraria ajuntada pelo «Restaurador».

Em verdade vos digo que não pode haver fleuma capaz de resistir ao aquilatar da tremenda responsabilidade que é concomitante de emprêsas como esta a que meto ombros.

Por mais forte, porém, que o abalo seja impõe-se vencer a natural hesitação e entrar decididamente no assunto, embora a tarefa seja dificultada — até por vezes impossibilitada — pela tristíssima circunstância do incêndio causado pelo horrendo cataclismo de 55 ter consumido em curtas horas o que fôra fruto de longos anos de porfiados e dispendiosos esforços.

A-pesar dos trabalhos do sr. Joaquim de Vasconcelos, pode dizer-se que está por fazer um estudo crítico essencialmente objectivo sôbre a Livraria Real de Música.

O benemerente reeditor da *Primeira parte do Index* preocupou-se, sobretudo, com o valôr extrínseco. Os seus estudos quasi só fixam exterioridades. Baseiam-se nas aparências. Ressentem-se do autor só conhecer de lombada as obras que lá estavam arrecadadas.

Daí o proclamar a excelência da Livraria pela abundância de autores não mencionados por Fétis em sua volumosa *Biographie universelle des musiciens et bibliographie générale de la Musique*. (12)

A tarefa que me propús é gigantesca, quer pelo número de obras catalogadas, quer pela escassez de elementos para o fazer de que, a-pesar do moderno desenvolvimento da musicologia, se pode dispor actualmente.

Creio, porém, que só depois de estudar a Livraria miudamente (quasi peça por peça) e de fazer um balanço entre o que lá se guardava e o que lá faltava, se poderá tentar um ensaio crítico de conjunto e concluir avisadamente qualquer coisa a-respeito de seu valor intrínseco.

Todavia, seja qual for a conclusão a que se chegue, ela em nada poderá diminuir — ou afectar sequer — o gigantesco vulto de seu egrégio colector, a sua munificência, o seu muito amor pela Música e a justa fama que auréola seu nome illustre.

Para o meu trabalho estribo-me na *Primeira parte do Index da Livraria do muyto alto e poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor*, na reedição feita pelo Sr. Joaquim de Vasconcelos.

Porque êste catálogo do século XVII é espécime bibliográfico único, cuido não ser despidiendo dizer o que penso acêrca da sua origem.

A Livraria foi começada a amearhar em Vila Viçosa. Há mesmo quem suponha, e quem o garanta, que o futuro fundador da quarta dinastia se limitou a continuá-la, pois fôra seu bisavô — o 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I — quem a teria iniciado.

Não o creio.

Que em Vila Viçosa já haveria muita música, é natural. A capela era importante e seus serviços tão prezados pelo 7.º Duque que êle em seu testamento a recomendava a seu filho (D. João) «como a melhor coisa que lhe deixava nesta casa». (13)

Por outro lado, o testador (D. Teodósio II) fundara — segundo se julga, em 1609 — o «Colégio dos Moços da Capela» (ao depois chamado dos Santos Reis Magos) a-fim-de educar músicos para a sua capela e não ter que os recrutar fora de seus senhorios e do reino. Foi iniciado com cinco alunos e teve por primeiro reitor o Padre Bartolomeu Couraça. (14)

Era como miniatura dos conservatórios napolitanos.

A iniciativa da Livraria deve ter sido de D. João, talvez ainda Duque de Barcelos, que, porém, fez ingressar nela tôda a música que encontrou em casa. Devia ser essa a origem de grande parte dos manuscritos — a parte mais preciosa da Livraria — que pejavam os Caixões 25.º a 36.º. Esta conjectura é plenamente confirmada pelo facto de quási não existirem na Livraria exemplares do que, para a época, devia considerar-se como raridades bibliográficas. Impresso, dos dois primeiros quartéis do século XVI, pouquíssimo lá havia.

A 3 de Dezembro de 1640, logo após a Restauração, D. João

sai de Vila Viçosa a caminho de Lisboa. A duquesa demorou-se até fim do mês, pois teve de cuidar do envio de móveis e alfaias para guarnecer os futuros paços reais. É de ver que a livraria, por não ser de necessidade instante, deve ter ficado na vila ducal.

Depois de proclamado Rei de Portugal e dos Algarves D. João só voltou duas vezes, que se saiba, à sua terra natal. Uma em Outubro de 1641, outra em 1643. (15)

Estas viagens régias, dadas as hostilidades de que a zona trans-tágana era teatro, devem ter sido feitas sob o maior sigilo, porque eram muito arriscadas. Nada mais natural que os espanhóis, sabendo-o por aquelas paragens, tentarem qualquer golpe de audácia para o haverem às mãos. Tal captura valeria tôdas as campanhas.

Parece que essas deslocações obedeceram a causas de natureza militar — desinteligências, se não desavenças, entre os generais do exército português.

É natural, porém, que as entrevistas não tenham tido lugar no solar dos Braganças, mas antes no ponto em que as tropas tivessem assentado arraiais.

Aplanadas as dificuldades e vendo-se no Alentejo, é crível que o entranhado amor pela sua Livraria tenha actuado no ânimo real.

Atraído por tão potente íman é natural que El-Rei não deixasse de aproveitar estas viagens para ir de longada até Vila Viçosa, a matar saúdaes de seus queridos cartapácios, a recrear os olhos na contemplação gulosa dos motetos predilectos...

Da segunda vez deve ter pensado em acautelar a Livraria dos precalços a que estava sujeita e que podiam ir até a destruição — nada menos inverosímil que um exército espanhol se apoderar do burgo calipolense e o recheio do paço ducal ser pôsto a saque.

Era, pois, prudente e de aconselhar a mudança.

Por isso ordenou a sua remoção para o Paço da Ribeira, onde ficaria a bom recato.

Para o efeito, o almoxarife mandou carpintear determinado número de grandes caixas que foram atulhadas de «papéis, livros escritos de mão e cartapácios impressos», e, para que pudesse saber-se que tudo chegara a pôrto de salvamento, fêz-se rôl do re-

cheio de cada caixão — inventário pelo qual se faria conferência em Lisboa, depois de estar em palácio.

Porque todo o dinheiro era pouco para custear a guerra sacrossanta da independência pátria (tanto assim que houve de vincular a Casa de Bragança em morgadio ao herdeiro do trono para se lhe poder assegurar a manutenção de seu estado e de sua casa) os livros devem ter ficado longos anos nas grandes caixas em que tinham vindo. Até mesmo se fizeram mais algumas — a título provisório — para guardar as novas aquisições feitas especialmente em Inglaterra.

Assim se explica — e com verosimilhança — o termo «caixão» que figura no *Index* e que tanto tem dado que pensar.

E porque tudo ficara tal qual viera (por não haver cabedais que pudessem arcar com a construção de armários ou estantes para a definitiva e condigna arrumação de tão prezada livraria cujo limite era, aliás, uma incógnita) os róis dos recheios dos vários caixões subsistiriam, como necessidade de se saber o que nêles estava guardado.

Tal deve ter sido a génese do *Index*.

Cuido que o que veio de Vila Viçosa foi o relacionado até fim dos manuscritos (caixão 36.º).

Com efeito, daí por diante reaparecem os livros impressos e a sua catalogação é mais minuciosa do que para os anteriores, embora mantenha o aspecto de livro de matrícula ou registo de entrada. Isto parece revelar que ia sendo feito à medida que as obras vinham vindo, ao passo que para as primeiras se fizera com relativo atabalhoamento, na lufa-lufa de as acomodar para seguirem viagem.

Quando foi iniciada a impressão do *Index* havia quarenta e dois caixões e era tenção resenhá-los todos na sua primeira parte.

Talvez porque, entretanto, aumentassem descomedidamente as aquisições, ou porque o volume já estivesse, por muito grosso, de difícil maneo, encerrou-se, porém, no quadragésimo.

Havia, com certeza, propósito de publicar a segunda (e última) parte, mas não se chegou a fazê-lo, quiçá porque o número de obras arroladas ainda estivesse longe de emparceirar com o ennu-

merado na primeira, ou porque a morte prematura de El-Rei o fêz por então adiar para oportunidade que nunca chegou.

Tenho para mim, ao contrário do que supôs Sousa Viterbo (16), que a impressão do *Index* foi feita unicamente para serviço e uso da Livraria e conhecimento de uma escassa meia dúzia de entidades a quem poderia ser de utilidade o conhecimento do que lá se continha. Por isso a tiragem deve ter sido reduzidíssima, razão por que hoje só se sabe da existência de dois exemplares: o da Biblioteca Nacional de Paris, de proveniência ignorada, e o do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, que foi pertença da Livraria de Alcobaça.

Porque, finda a guerra, só no reinado de El-Rei D. João V a situação do Tesouro foi desafogada e houve ensejo de fazer obras novas e concluir outras que estavam interrompidas havia muito, só nessa altura devem ter sido feitas as estantes a que Barbosa Machado alude, se é que alguma vez se fizeram, pois creio que o autor da *Bibliotheca Lusitana* nunca pôs os pés na Livraria Real de Música.

Em tôdas as referências que lhe faz ao longo da sua monumental obra ou se reporta ao *Index* impresso por Paulo (a quem, por vezes, chama Pedro) Craesbeck, em 1649, ou aparenta curar por informações.

É tempo, porém, de entrar em matéria.

III

Diogo Barbosa Machado teve, manifestamente, a preocupação de engrandecer as pessoas cujas biografias traçava com destino à *Bibliotheca Lusitana*.

Nesse labutar incessante, porque se servia do estilo prosopopeico que tão apreciado era em seu tempo, o bom do abade de Santo Adrião de Sever havia de enramalhetar as notícias com por-

menores mais ou menos requintados (mas sempre cheios de affectação) que bastas vezes imaginava e vinha a perfilhar por não se lhe antolharem despropositados.

Cuidava que os hábitos, usos e casos que eram moeda corrente em seus dias o haviam sido também em tempos mais recuados.

Este senão é, infelizmente, ainda hoje vulgar...

Por isso, quando abordou a pessoa de Damião de Goes sob prisma musical, disse que muitas das suas obras «que se cantavaõ com summo applauso nos Templos, se conservaõ na Bibliotheca Real de Musica em a Estante 21. n. 592. como consta do seu Cathalogo impresso». (17)

O sr. Joaquim de Vasconcelos, baseado apenas na obra do erudito abade, buscou reproduzir seus dizeres por outras palavras, mas com não menor ênfase. Não logrou, porém, furtar-se ao sestro que o velho adágio atribui a quem conta um conto...

Por seu intermédio passou a saber-se que as obras de Goes «eram muito apreciadas em Portugal, onde eram executadas nas principaes egrejas do reino». Também se faz éco do local em que estavam guardadas na régia Livraria de Música e, mais minucioso, informa que «consistiam principalmente em *Motetes a 3, 4, 5 e 6 vozes*». (18)

Por seu turno, Ernesto Vieira, mais cauteloso, limita-se a dizer que «sobre as composições musicaes do nosso chronista, temos uma vaga menção d'ellas no catalogo de D. João IV». (19)

Na *Primeira parte do Index* o nome de Damião de Goes figura uma única vez que é efectivamente a referida por Barbosa Machado — caixão 21.º, n.º 592.

Embora a *Segunda parte* nunca tenha vindo a lume impressa, é indubitável que existiu. Ora Barbosa Machado, por exame directo ou por informações, no caso de lá estar registada expressamente mais alguma coisa de Goes, tê-lo-ia dito, porque o primeiro volume da *Bibliotheca Lusitana* foi publicado em 1741, isto é, catorze anos antes que a Livraria fôsse reduzida a cinzas.

Não repugna, pois, acreditar que não havia lá mais obras musicais do cronista, salvo uma, como se verá adiante.

IV

Eis o que diz o *Index*: (20)

592 — *Mottettes & Cançoens* — Champion, Ricafort,
Jusquin, Damião de Goes & outros: a 3. 4. 5.
& 6.

No caixão 21.º estavam arrecadadas músicas impressas e manuscritas. Estas últimas, porém, são fáceis de identificar visto que na resenha estão seguidas da frase: «escritos de mão». São os números 573, 574, 576 e 577. Logo é de admitir que todos os restantes eram impressos.

Do enunciação do n.º 592 conclui-se que se tratava de uma recolla de obras de vários autores — género de literatura musical que teve muita aceitação nos séculos XVI e XVII. Tal conclusão é plenamente confirmada pelo *Index* — o n.º 592 está compreendido no ról de *Caixões e numeros em que estão obras de varios autores...* que precede a discriminação da Livraria.

As recolhas (*raccolte*) impressas são quasi tão antigas como as edições musicais. Constituem inicialmente (talvez a exemplo do que corria manuscrito) pequenas antologias quer de um mesmo género de música, quer de géneros diferentes.

Tanto podiam ser uma colectânea de madrigais ou de motetos de vários autores com aplicação (no segundo caso) a diversas festividades religiosas, como feixe de trechos litúrgicos de vária índole, musicados por este, aquê e aqueloutro, mas com aplicação conjunta — por exemplo: salmos, lamentações, etc., para as solenidades da Semana Santa.

Em qualquer dos casos, porém, eram ramilhetes dos trechos que mais agrado haviam alcançado.

Tinham grande procura e, conseqüentemente, muita saída. Por seu intermédio os amadores tinham ensejo de adquirir tais e tais trechos de determinado autor sem haverem mistér de comprar suas obras completas.

Repartido em pequenos fascículos — no geral um para cada voz — podiam ter o que lhes agradava e estava disperso por ajoujantes cartapácios *in-folio* próprios de atril.

Por cómodas e económicas tiveram, como é natural, grande aceitação quer para o género sacro, quer para o profano. Os editores organizavam-nas para medrarem no comércio e aumentarem a frèguesia. Houve-as de tal modo procuradas que tiveram várias edições, algumas delas falsificadas.

Conquanto se encontrem algumas que são autênticas antologias dos mestres mais célebres, em geral as recolhas compilavam obras de vários autores.

Com o andar dos tempos, porém, alguns compositores novatos, ou de menores recursos, valiam-se delas para pôrem suas obras à luz do sol. Faziam-no a-coberto de nomes reputados, e, assim, devinham conhecidos. Respigavam na obra dêste ou daqueloutro trechos favoritos no consenso universal (portanto de agrado certo e venda antecipadamente assegurada...), juntavam-lhes uma ou duas composições de sua lavra e com título mais ou menos sugestivo — *Amorosi Ardori, Thesaurus, Giardino novo bellissimo, Harmonia celeste, Laudi d'Amore, Sacri affetti*, etc. — vá de pôr nova recolha a correr mundo.

Até o terceiro quartel do século de seiscentos foram publicadas muitas centenas delas. Só na *Primeira parte do Index* da Livraria que foi incinerada naquele negregado dia de Todos os Santos de 1755 estão mencionadas cêrca de trezentas.

E uma delas é, como vimos, *Mottettes & Cançoens a 3. 4. 5. & 6. vazes*, de que Damião de Goes é um dos autores.

Convém salientar que as recolhas, por via de regra, só compreendiam uma composição (duas quando muito e raras vezes três) do mesmo autor, salvo quando êle era tão apreciado como Orlando Lasso ou Lucas Marenzio, ou tão desconhecido como o «pai» da recolha...

Nestas condições não podem restar dúvidas que «as muitas obras de Goes que vêm mencionadas no catálogo da Livraria de El-Rei D. João IV» são pura fantasia.

Barbosa Machado se, em vez de limitar-se a compulsar o *Index*, tivesse folheado a recolha *Motetes e Canções* (provavelmente repartida em seis fascículos) não teria escrito o que escreveu e, por isso, ninguém, em sua piugada, teria afirmado que as composições goesianas eram muito apreciadas no país e cantadas em suas principais igrejas...

No que a mim toca, creio até que os acordes de sua autoria nunca ressoaram por sob as abóbadas dos templos portugueses enquanto foi vivo. Uma das razões em que me fundamento é o facto de nem uma só composição de Goes figurar no número de obras manuscritas que faziam parte do recheio da Livraria Real de Música e, no entanto, grande número delas eram da autoria de músicos que floresceram na península e que até já haviam passado a melhor vida quando o futuro oitavo duque de Bragança e Rei de Portugal, quarto do nome, veio ao mundo em Vila Viçosa na véspera de S. José do ano de 1604.

Embora sem dados seguros a que apoiar-me incontrovertidamente, cuido que as obras musicais do famigerado guarda-mor da Torre do Tombo foram escritas com carácter profano. Não obstante o texto ser em latim, verdade é que, a-pesar-de transcrito ou haurido da Sagrada Escritura, nunca tem carácter puramente litúrgico, antes se lhe nota certo sabor madrigalesco.

Barbosa Machado afirma que Damião de Goes compunha «os versos que acomodava à Solfa» (21) e André de Resende e Nicolau Clenardo, cada qual por seu turno, celebraram sua veia poética.

Os textos sôbre que foram escritas as obras que chegaram até nós, não são, porém, de sua autoria. Quando não tirados *ipsis verbis* de livros do Antigo Testamento, são evidentemente calcados sôbre seu teor.

¿Que motete ou (mais provavelmente) que canção seria a coligida na recolha apontada? Não sei e talvez nunca se saiba...

Existem actualmente três composições identificadas como da autoria de Goes.

De duas — *Ne læteris e Surge, prospera* — pode ter-se a certeza.

A terceira — *In die tribulationis* — pode ser-lhe atribuída, embora duvidosamente.

Vejamos:

§ 1.º — NE LÆTERIS

Esta canção — a que por bulas que me são desconhecidas se tem chamado moteto e até hino!... (22) — é a mais vulgarizada das obras de Damião de Goes.

O texto é constituído pelo versículo 8.º do capítulo VII do Livro do profeta Miquêas — *Ne læteris inimica mea super me, quia cecidi: consurgam, cum sedero in tenebris, Dominus lux mea est.*

Foi publicada pela primeira vez a págs. 264 e 265 do célebre Tratado de Música de Glareano (Henrique de Loris), intitulado *Δωδεκαχορδον (Dodecachordon)* que saiu dos prelos de Henrique Petri, de Basileia, no mês de Setembro do ano (*post Virginis partum*) de 1547. Tem sido reproduzida em notação moderna por várias vezes, em diversas obras e com maior ou menor fidelidade. (23)

O texto não tem, nem consta que tivesse tido, aplicação litúrgica ou extra-litúrgica no culto católico, o que é reforçado pela circunstância curiosa de não haver notícia de ter sido musicado por outrem em tempo algum.

A *Ne læteris* é a outra composição que, como atrás disse, existia na Livraria Real de Música, embora não conste expressamente do *Index*.

É bem de ver porquê. No caixão n.º 18, cujo recheio era constituído só por obras teóricas e que também devia ser subsidiário

GLAREANI

ΔΩΔΕΚΑΧΟΡΔΟΝ

Plagij

Authentæ

A Hypodorius

D Dorius

Hypermixolydius Ptolemæi

B Hypophrygius

E Phrygius

Hyperæolius Mar. Cap.

C Hypolydius

F Lydius

Hyperphrygius Mar. Cap.

D Hypomixolyd. G Mixolydius

Hyperæolius uel Hyperionicus Mar. Cap.

Hyperlydius Mart. Cap.

E Hypoæolius

A Aeolius

Hyperdorius Mart. Capell.

G Hypoionicus

C Ionicus

Porphyrus

Hypoæolius Mart. Cap.

Iæolius Apuleius & Mar. Cap.

F Hyperphrygius

B Hyperæolius

Hyperlydius Politia. sed est error

B A S I L E Æ

1547

Frontispicio do Dodecachordon, de Glareano

(Preussische Staatsbibliothek — Berlin)

da livraria ajuntada pelo quinto duque de Bragança, D. Teodósio I, sob o n.º 495, guardava-se o *Dodecachordon*.

Por sinal que o seu enunciação é algo desconcertante, pois não condiz com o frontespício nem com o início de nenhuma das primeiras páginas do tratado, tôdas, aliás, preenchidas por índices, à-parte o *Præfatio* que é constituído por uma carta dedicatória do autor, escrita em *Friburgo Brisgoæ* em 1547 e dirigida ao cardinal-príncipe Otão de Waltpurg.

§ 2.º — SURGE, PROPERA

Entre nós, com pasmosa teimosia, tem-se intercalado sistemáticamente um *s* na segunda palavra, que assim deveiu *prospera*, quando deve ser *propera*.

Trata-se de uma composição a cinco vozes, escrita sôbre palavras em sua quási totalidade extraídas do *Cântico dos Cânticos* (v. 10, 13 e 14 do capítulo II) e dividida em duas partes.

O texto da primeira parte é o seguinte:

«Surge, propera amica mea, anima (24) mea, speciosa mea, formosa mea, et veni: columba mea in foraminibus petrae, in caverna maceriae.»

Eis agora o da segunda parte:

«Ostende mihi faciem tuam, sonet enim (*sic*) vox tua in auribus meis: Vox enim tua dulcis, et facies tua decora.»

Foi publicada na recolha feita por Segismundo Salminger e impresa por Melchior Kriesstein em Augsburgo (Augusta Vindelicorum), em 1545, com o título de *Cantiones septem, sex et quinque vocum. Longe grauissimæ, iuxta ac amœnissimæ, in Germania maxime hactenus Typis non excusæ*. Compõe-se de sete volumezinhos, de formato oblongo, cada um dos quais contém uma das vozes do conjunto. É hoje obra muito rara a-pesar-de, ao que parece, ter tido duas edições, pois há conhecimento de exemplares trun-

cados com a data de 1546. Há exemplares completos em Mônaco de Baviera (Bayerische Staatsbibliothek) e em Viena (National-Bibliothek).

Conquanto Eitner (25) afirme que foi publicada só sob o nome de Goes, tal não é verdade. Embora assim conste do *Index, ordo et summa motetarum* e das partes de *Allus* e *Bassus*, a autoria do trecho na parte de *Discantus* é dada a D. Goes, e nas de *Quinta Vox* e *Tenor* o autor é designado, respectivamente, por D. d. Goes e D. D. Goes. Trata-se, sem dúvida, de D(amião) D(e) Goes.

Embora classificada como motete no *index* da recolha de Salminger e, talvez por sua influência, no título de um dos manuscritos de Viena (26), tenho dúvidas sobre o carácter litúrgico de *Surge, propera*.

As palavras dos versículos do *Cântico dos Cânticos* que constituem o texto desta composição nunca tiveram aplicação *ipsis verbis* nos actos do culto do século xvi. Então, apenas parte delas eram empregadas na liturgia romana na festa da Visitação. (27)

É curioso notar que o gradual e o trato da missa da festa de Nossa Senhora de Lourdes (século xix) quasi coïncidem com aquele texto. Em tôda a liturgia católica actual, porém, a frase do versículo 10 — *Surge, propera amica mea* — só aparece na segunda antífona de laudes da festa do Coração de Maria, festa também de instituição recente.

Contudo, é certo que antes do concílio de Trento reinava confusão anárquica no seio da Igreja. Cada qual fazia o que lhe dava na gana, pelo que é de crer que os motetes se houvessem ressentido disso, tanto mais que não haviam de obedecer a normas estabelecidas ou disposições taxativas.

Encontram-se, no século xvi, alguns motetes que seguem *pari passu* o teor dos versículos 10 e 11 do *Cântico dos Cânticos* e que começam pelas palavras *Surge, propera*.

Nenhum texto, porém, oferece as particularidades dêste, que mistura parte do versículo 10 com parte do 13 para fazer um todo. Nenhum inclue, também, aquele *anima mea*, que não está na Vulgata e antes tem forte sabor de madrigal amoroso.

E de que no tempo a frase traduzia sentido claramente pro-

fano e podia polarizar todos os affectos dum coração humano, temos uma prova — e de pêsos — no sublime soneto camoneano

Alma minha gentil que te partiste...

Também é de notar um pormenor de singular importância.

Ao passo que a segunda parte do *Surge, prospera* de Goes rompe com as palavras *Ostende mihi faciem tuam* (aliás *ipsis verbis* o texto do livro de Salomão), há um moteto de Orlando Lasso em que esta frase aparece pluralizada — *Ostende nobis faciem tuam*. (28)

Enquanto Lasso — dirigindo-se presumivelmente à Virgem — pede para todos (sentido ortodoxo cristão em que nada é pedido individualmente — tôdas as orações são ditas na primeira pessoa do plural), — Goes — ¿dirigindo-se a quem? — pede para si.

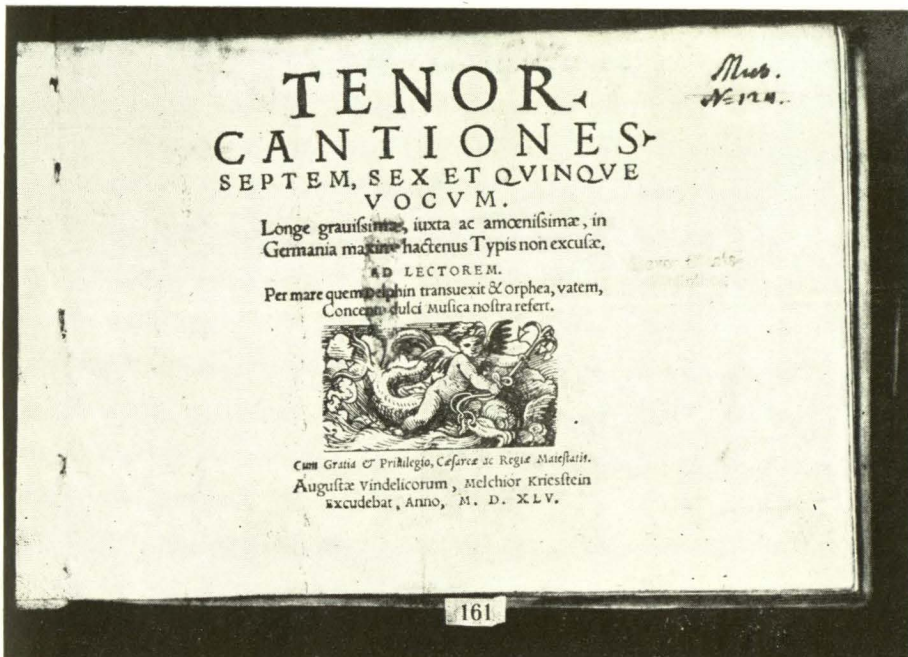
Isto, mais que não seja, prova que a ortodoxia goesiana, no tempo em que andou correndo a Europa quási de lés-a-lés, deixava muito a desejar. A peste luterana, como se dizia, gafara-o.

Seja como for, porém, é de ver que também não era esta a composição que estava na Livraria Real de Música, já porque a recolha de Salminger tem por título só *Canções* e não *Motetes e Canções* (29), já porque compreende trechos só a 5, 6 e 7 (30) vozes, ao passo que os da outra eram a 3, 4, 5 e 6.

Se isto não bastasse, temos ainda que nesta recolha não figura nenhuma composição de Champion.

Importa ainda que era de uso citar apenas os autores das duas ou três primeiras composições contidas nas recolhas, quando não só os das que as abriam. Ora nas *Cantiones septem, sex et quinque vocum* os primeiros autores são: Sixtus Theodoricus (o que é forma latinizada de Xisto Dietrich) e Noe, que Eitner (31) garante ser Noel Bauldewijn, o que é de aceitar mais que não seja pelo facto de só ser conhecido um compositor de nome Noé (Noe Faignant), mas êsse só começou de aparecer mais de vinte anos depois.

Estou convencido de que esta recolha não existia na Livraria Real de Música que, aliás, era muito pobre em edições de proveniência germânica.



Frontispicio da parte de tenor da recolha de Seg. Salminger (ou Salblinger)
Cantiones 7, 6 et 5 vocum

(Bayerische Statsbibliothek — de Mónico de Baviera)

§ 3.º — IN DIE TRIBULATIONIS

Vai no quinto ano que, como parte integrante da colecção de notas publicada por amor da Exposição Portuguesa em Sevilha, veio a lume a monografia do Sr. Professor Luiz de Freitas Branco intitulada — *A Música em Portugal*.

A pág. 10 dêsse opúsculo pode lêr-se — a respeito da obra musical de Damião de Goes — o seguinte:

«Este último (moteto *In die tribulationis*) foi recentemente identificado na *Tricinia* de Montan & Neuber, publicada em 1559, e é esta a primeira publicação portuguesa, em que é mencionado».

O abalisado Professor deve ter tomado conhecimento da identificação detrávés a undécima edição alemã do *Musiklexicon*, de Riemann, que saiu dos prélos do editor em 1928 (o mesmo ano em que a monografia referida foi escrita) e que é aquela em que pela primeira vez figura o *In die tribulationis* no artigo consagrado a Damião de Goes.

A singular coïncidência da notícia aparecer com pequeno intervalo nas duas publicações (em *A Música em Portugal* com todo o cunho de novidade fresca) pode ter dado aso a que alguém tenha supôsto que a identificação fôra feita «recentemente», isto é: pouco tempo antes.

Se alguém assim cuidou, sou obrigado a desenganá-lo — Eitner (32), em 1877, já incluía *In die tribulationis* nas obras de Damião de Goes.

A recolha de composições a três vozes (*tricinia*, plural de *tricinium*) compõe-se de três tomos, cada um dos quais se reparte em três partes — uma para cada voz: *cantus*, *tenor*, *bassus*.

É obra de tão extremada raridade que não me consta que haja em todo o orbe uma só biblioteca que possa gabar-se de possuir um exemplar completo da colectânea dos famosos editores de Nuremberga.

O primeiro tómo não está datado e saiu sob o titulo *Discantus* (Bassus, etc.) *Selectissimorum Triciniorum*. Contém cinquenta composições religiosas e profanas, de vários autores, em latim,

alemão, francês e italiano. As primeiras composições nela compreendidas intitulam-se *In Domino confido* e *Pater a nullo est factus* e são da autoria, respectivamente, de Thomas Stoltzer e de Sampson.

Dos compositores referidos no enunciado da misteriosa recolha que figurava na Livraria Real de Música só um está representado neste primeiro tómo: Richafort. (33)

B A S S V S
TRICINIORVM.

IN
SECUNDO
TOMO CON-
TENTORVM.

NORJBERGAE IMPRESSERVNT IOANNES
MONTANVS, ET VLRICHVS NEUBERGV. M. D. LX.

Frontispício da parte de bassus das Tricinia, de Montan & Neuber

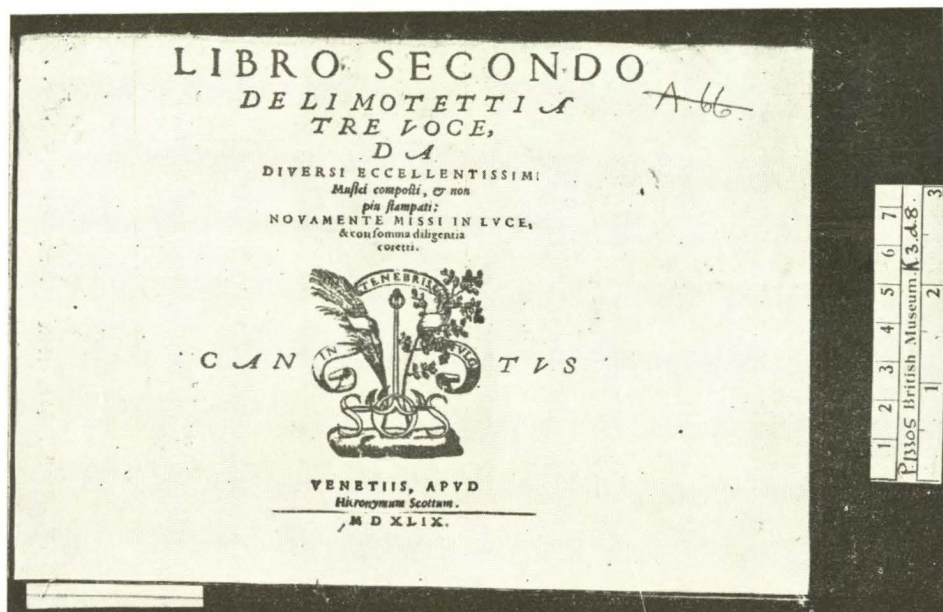
(Preussische Staatsbibliothek — de Berlin)

O terceiro tómo, tem a data de 1559 e não interessa porque contém apenas composições de Wolfgang Figulus. (34)

O segundo tómo (que é o que insere o *In die tribulationis*) foi publicado em 1560. Contém 52 composições — 14 com texto latino (n.ºs 1 a 14); 11 sobre palavras alemãs (n.ºs 15 a 25); 12 em francês (n.ºs 26 a 37) e 15 em flamengo (n.ºs 38 a 52).

Os frontispícios das respectivas vozes são diferentes uns dos outros. (35)

In die tribulationis é a oitava das obras em latim que este tómo compreende (36) e o seu autor (quer no índice, quer à cabeça



Frontispicio da parte de cantus da recolha veneziana em que foi impresso o *In die tribulationis, de Damianus*, pela primeira vez

(British Museum — Londres)

de cada uma das vozes) é sempre mencionado só pelo nome de baptismo (Damianus) o que, a meu ver, não é bastante para que possamos atribuir *de certeza* a paternidade do trecho a Damião de Goes, o qual, quando a recolha foi publicada na pátria de Dürer, já retirara para Portugal havia um poder de anos.

É certo que os mais célebres compositores (os flamengos de modo especial) se encontram citados a-miúde só pelos nomes de baptismo e êsses mesmo ora latinizados, ora em linguagem, e, para os latinizados, ora no nominativo, ora no genitivo.

Dada a raridade de suas composições, Goes não devia, porém, ter usufruído popularidade que bastasse enunciar-lhe o nome próprio, para logo todos saberem de quem se tratava, tanto mais que nunca pertencera ao côro de igrejas erectas nas cidades onde permanecera, nem tão pouco exercera (que se saiba) qualquer cargo de músico nas côrtes em que demorara.

É curioso que nas publicações anteriores (*Cantiones* — do Salminger — de 1545, e *Dodecachordon*, de 1547, embora feito anteriormente, e em que o autor — Glareano — declara expressamente ter relações de amizade com o fidalgo português — *equus lusitanus*) (37) foi sempre citado com o apelido, ao passo que nesta, que data de 1560, figura apenas como «Damianus».

Recentemente, porém, a fortuna proporcionou-me ensejo de descobrir que o *In die tribulationis* já fôra primeiro publicado numa recolha raríssima, que não foi do conhecimento de Eitner, nem das pessoas que tanto contribuíram para que pudesse levar a efeito a sua preciosa bibliografia de recolhas.

Existe um exemplar dela no Museu Britânico. Intitula-se: *Libro secondo de li motetti a tre voce, da diversi eccellentissimi musici composti, & non piu stampati: novamente missi in luce, & con somma diligentia corretti* e foi publicado «apud Hieronymum Scottum», em Veneza, no ano de 1549. (38)

Contém várias das composições que figuram no segundo tômo das *Tricinia* e uma delas (a 18.ª) é o *In die tribulationis*. (39)

O intervalo que vai da repatriação de Goes à publicação do trecho fica assim reduzido a quatro anos. Mas... o assunto complica-se de novo por causa da distância que medeia entre a Flan-

dres e a cidade dos doges. E em 1549 haveria bem dez anos que o futuro cronista não ia à Itália.

A intrincar o caso por completo temos o facto incontestável de ter havido um compositor flamengo, homónimo e contemporâneo de Goes, cujas obras, em latim e francês, figuravam em recolhas da época. Chamava-se êle Damianus Havericq e seu apelido aparece grafado de várias maneiras.

É mencionado uma só vez no *Index* da Livraria Real de Música. (40).

¿ Qual Damianus é o autor de *In die tribulationis*?

¿ Damianus Havericq? ¿ Damianus a Goes?

Nunca se poderá averiguar de certeza o que quer que possa dicidir-nos por um ou outro e até pode acontecer que a mesma música apareça, em edição mais antiga atribuída a outro autor.

Apenas um pequenino pormenor, como vamos ver, pode militar a favor da candidatura de Góis à autoria do trecho. E êsse... fá-lo revestir carácter profano...

*

* *

Tenho notícia de cinco composições polifónicas cujas primeiras palavras são: *In die tribulationis meæ*.

Ei-las por ordem cronológica:

a) — a cinco vozes, de Jachet (Jacob van Berchem), publicada pela primeira vez in — *Primus Liber cum quinque vocibus — Mottelli del frutto* — Veneza — Antonio Gardane — 1538. (41)

b) — a cinco vozes, de Cipriano de Rore, publicada em *Cipriani musici excellentissimi cum quibusdam aliis doctis authoribus motectorum nunc primum maxima diligentia in lucem exeuntium. Liber primus quinque vocum*. Veneza — Antonio Gardane — 1544.

c) — a três vozes, de Damianus.

d) — a três vozes, de Cristóvão Morales, publicada no mesmo tomo das *Tricinia* que inseriu a de Damianus. É, pròpriamente, parte integrante do salmo 85.º que já fôra publicado anteriormente pelos mesmos editores. (42)

e) — a cinco vozes, de José Guami, publicada in — *Josephi Guami Lucensis Sacrae Cantiones quæ vulgo moteta appellantur, quinque, sex, septem, octo et decem vocibus. Liber primus. Venæza. Jacome Vincentium & Ricardo Amadino — 1585. (43).*

A não ser a de Morales, tôdas estas obras são escritas sôbre o mesmo texto que é tirado do do salmo 76.º e rematado por frase evidentemente decalcada sôbre uma outra que se encontra no versículo 8, do capitulo 24, do evangelho de S. Mateus.

Porque o julgo interessante — mais que não seja para se aquilatar da liberdade que reinava no culto católico antes do concilio de Trento — vou fazer o confronto do texto dos motetos e do da Vulgata.

VULGATA

MOTETOS

Salmo 76.º

3) — In die tribulationis meæ Deum exquisivi, manibus meis nocte contra eum: et non sum deceptus.

Renuit consolari anima mea,

4) — memor fui Dei, et delectatus sum, et exercitatur sum: et defecit spiritus meus.

5) — Anticipaverunt vigilias oculi mei: turbatus sum, et non sum locutus.

6) — Cogitavit dies antiquos: et annos æternos in mente habui.

7) — Et meditatus sum nocte cum corde meo, et exercitabar, et scopebam spiritum meum.

In die tribulationis meæ,

renuit consolari anima mea, et

anticipaverunt vigilias oculi mei, præ lachrimis turbatus sum et non sum locutus,

et meditatus sum nocte cum (44) corde meo, et exercitabar, et scopebam spiritum meum.

S. Mat. loc. cit.

haec autem omnia initia sunt dolorum.

Haec omnia initia fuerunt dolorum meorum.

Quere parecer-me que se amputarmos o texto musicado das frases que lhe podem inculcar cunho penitencial e se referem ao espirito (*et exercitabar, et scopebam spiritum meum*) êle, por pessoal, reveste imediatamente carácter profano, talvez mesmo madrigalesco.

Pois o texto do *In die tribulationis* de Damianus é o único que não comporta tais palavras!...

Há também uma coincidência curiosa que pode fazer pender levemente o prato da balança para o lado de Goes.

Nos dois trechos que, sem dúvida, são de sua autoria, a quarta palavra é o mesmo pronome possessivo:

Ne læteris inimica *mea*...

Surge, propera, amica *mea*...

A mesma circunstância se verifica no trecho em questão:

In die tribulationis *meæ*...

Convém notar que a fragilidade destes argumentos corre parrelhas com a das bolas de sabão...

Seja como for, porém, é evidente que esta também não pode ser a obra mencionada no *Index*. Nada condiz: nem o título da recolha, nem o número das vozes, nem os nomes dos autores.

VI

De tudo o que fica exposto só se pode tirar uma conclusão: deve existir algures uma composição musical impressa de Damiano de Goes (pelo menos uma) que não é nenhuma das conhecidas e que ainda, até hoje, não foi identificada.

Faz parte de uma recolha que também compreende obras de Nicolau Champion (45), de Josquin Desprès, de João Richafort e de outros autores. Trata-se de composições a três, a quatro, a cinco e a seis vozes que foram enfeixadas sob um título genérico escrito em língua indeterminada, mas que corresponde em português a *Motetos e Canções*.

Existia um exemplar completo dela na copiosa Livraria que o mui alto e poderoso Rei senhor Dom João IV ajuntara em longos anos. Esse vai em dois séculos que é cinza e nada.

Mas ¿será possível que a edição só fôsse de um exemplar? ¿Que mais nenhum exista por esse mundo além?

Pode ser, mas... custa a crer que assim seja.

NOTAS

(1) Carta de Nicolau Clenardo a João Vaseu, in — Dr. M. Gonçalves Cerejeira — *O Humanismo em Portugal — Clenardo* — pag. 266.

Para se aquilatar facilmente da extensão da cultura portuguesa no século XVI, veja-se a excelente sinopse do sr. Dr. Luiz de Almeida Braga — *Em signo de latim* — que serve de introdução ao livro do sr. Aubrey F. G. Bell — *O Humanista D. Jerónimo Osório* — tradução portuguesa do sr. António Álvaro Dória (Coimbra — 1934). Vejam-se também os dois suculentos capítulos subscritos pelo sr. Prof. Joaquim de Carvalho no 4.º volume da *História de Portugal* (edição de Barcelos) — *Instituições de cultura* (pags. 241 a 277) e *Cultura filosófica e científica* (pags. 475 a 528) e ainda, de certo modo, a introdução a *Pogii Florentini Emanuelis Portugalliæ Regis Elogium*, (Florença, 1934), primeiro volume dos «Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália» publicados pelos srs. Drs. Henrique Trindade Coelho e Guido Battelli.

(2) Carta de Nicolau Clenardo a Joaquim Polites, in — Dr. M. Gonçalves Cerejeira — *Ob. cit.* — pag. 298.

(3) Prólogo da *Chronica do príncipe D. Joam*.

(4) Guilherme J. C. Henriques — *Inéditos Goesianos* — 1.º vol. — pag. 8.

(5) *Bibliotheca Lusitana* — 2.ª edição — 1.º vol. pag. 604. col. I.

(6) Porque pedante, Resende, como quási todos de seu tempo, era useiro e vezeiro em atribuir a si e aos seus amigos as coisas mais variadas.

Para tanto, exagerava e mentia, embora exagerasse e mentisse em nome da ciência. Cf. a-propósito da palavra lusiadas os eruditos artigos do sr. Dr. Alfredo Pimenta no «Diário de Notícias» de 24 de Fevereiro de 1933 e no de 21 do mesmo mês de 1934.

(7) Há a notar que a palavra Música tem aqui sentido restritivo. Significa o estilo *a-capella* que era então o suprasumum da arte. Embora seja possível que por intermédio de Goes alguma coisa se tenha sabido, é certo que todo o grande incremento que a prática da música teve entre nós por então se deveu a influência espanhola, especialmente, a meu ver, do fulcro hispalense. Tem-se afirmado que foi graças a Damião de Goes que em Portugal houve, pela primeira vez, conhecimento e notícia do nome de Ockeghem e da sua obra. Não o creio. E não creio porque o famigerado mestre de Josquin Desprès esteve em Castela em 1469. Embora não se tivesse fixado, estava então no fastígio da glória.

Na Biblioteca do Escorial existe um tratado manuscrito, feito em Sevilha em 1480, cujo anónimo autor se mostra familiarizado com as obras dos mestres flamengos e cita Dufay e Ockeghem entre outros. (Cf. H. Collet — *Le mysticisme musical espagnol au XVIème siècle* — pag. 197 e 198, e Rafael Mitjana — *La musique en Espagne* — in — *Encyclopédie de la Musique* (Lavignac) — pag. 1964 — 2.^a col.).

Depois do casamento da futura Joana, a Doida, com Filipe, o Belo, (1496) tóda a parte da península em que reinavam Fernando e Isabel, a Católica, sofreu uma verdadeira invasão de artistas vindos da Flandres (cf. Rafael Mitjana — *Estudios sobre algunos músicos españoles del siglo XVI* — pag. 184).

Ora El-Rei D. Manuel casou por três vezes (a primeira em 1497) e tódas elas em Castela. Por mil e uma razões, prevalecia na cõrte a cultura espanhola, ao invés do que sucedera três séculos antes. O português e o castelhano eram falados indistintamente. Deviam, pois, predominar os músicos súbditos dos Reis Católicos e até flamengos cá devia haver. Assim era com certeza pois só no reinado seguinte se deu vigoroso impulso em todos os campos à cultura portuguesa e dos portugueses.

Não é, portanto, de admitir que estando nós paredes meias (e no seu raio de acção) com um ambiente musical caracterizadamente influenciado pelos grandes mestres flamengos, não houvésemos sofrido o seu influxo e antes tivéssemos que esperar quási sessenta anos que um português fõsse para Flandres, onde, aliás, já tínhamos uma feitoria, para que se abrissem (por via epistolar...) novos horizontes à Música em Portugal.

Quando Damião de Goes nasceu (1502) já o estilo *a-capella* devia ser vulgar entre nós, como o era no resto da península.

Logo, André de Resende exagerou, pelo menos, quando atribuiu a mediação de Goes o seu conhecimento.

(8) Esta forma de, mediante presentes valiosos, manifestar «piedade» parece não ter tido grande pêsno no ânimo dos inquisidores. É natural...

(9) Guilherme J. C. Henriques — *Ineditos Goesianos* — 2.º vol. — pags. 93 e 99.

Destas passagens inferiu o sr. Dr. Afonso Lopes Vieira (*O Canto Coral e o orfeon de Condeixa* — pags. 18 e 19, reeditado in — *Em demanda do Graal* — pags. 157 e 158) que o canto coral era desconhecido entre nós e chega a admitir a hipótese de o orfeão que Damião de Goes fazia em casa com seus amigos ter concorrido para a sentença com que o Santo Ofício o fulminou. Várias pessoas, arrimadas ao parecer do consagrado escritor, têm glosado a nossa ignorância do canto coral no século xvi e a «tenebrosa» influência dos jesuitas tem agüentado com não poucas culpas do caso. Ora a alegação do sr. Dr. Lopes Vieira é insubsistente; cai pela base.

Talvez bastasse citar o *Cancionero musical de los siglos XV y XVI*, que Barbieri comentou e transcreveu, onde as composições musicais a várias vozes se contam por centenas. Cuido, porém, ser conveniente esmiuçar o assunto um poucachinho.

A denúncia das cantorias na casa da Alcáçova data de 1572.

Ora cêrca de 1551 (em pleno predomínio da arte de Morales, dezasseis anos depois de Matheo de Aranda, mestre de capela da Sé de Lisboa, haver publicado o seu pequenino *Tractado de canto mensurable y contrapuncto* e dois anos depois de Fr. Juan Bermudo ter feito imprimir em Ossuna o seu rarissimo volume *Comiença el libro primero de la d'claraciõ de instrumetos* que — à imitação do que fizera D. Luiz de Millan para seu *Libro de musica de vihuela de mano* — dedicou a El-rei D. João III) havia em Lisboa 150 cantores. Cf. Christovão Roiz de Oliveira — *Summario e que brevemente se contem algvas covsas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa* — apud. Dr. M. Gonçalves Cerejeira — *Ob. cit.* — pag. 202, nota 116).

O rotundo Garcia de Resende em sua *Miscellanea e trouas*, publicada em 1554 mas escrita cêrca de vinte anos antes, dizia que vira chegar a Música «aa mais alta perfeiçam» (Est. 184 — Edição Mendes dos Remédios — Coimbra — 1917 — pag. 65). Essa perfeição era o canto de órgão, assim chamado pelo facto do processo de escrita ser semelhante ao adoptado para este instrumento, o que permitia a interdepedência das vozes e, por conseguinte, obrigava implicitamente à adopção de uma medida fundamental de tempo, que foi o como embrião de tãda a Música de hoje que é estruturalmente métrica, pois se baseia no compasso.

Convém notar que se chamava indistintamente canto de órgão à música em que este instrumento tocava para servir de apoio às vozes e àquela que era só cantada, mas em que o conjunto polifónico vocal produzia efeito semelhante ao ressoar dos tubos do rei dos instrumentos.

Eram famosas, por então, as capelas de Évora (que em seu início deve

ter gravitado em torno da de Sevilha e sido sua tributária sob o ponto de vista artístico), de Lisboa e de Santa Cruz de Coimbra (cujos livros de côro atestam florescimento invulgar).

Logo, a arraia miuda conhecia — embora talvez não o praticasse — o canto coral, designação moderna do canto de órgão.

Uma prova irrefragável foi publicada há poucos anos no *Jornal de Elvas*, (n.ºs 53 e 55, da série VI) pelo actual tenente sr. Manuel Joaquim, apaixonado cultor da musicologia portuguesa, de mérito verdadeiramente invulgar, mas que tem em si próprio um inimigo implacável — uma modéstia que, por exagerada, é censurável.

Trata-se do *Regimento do M.º da capp.ª* da Sé de Elvas, promulgado pelo primeiro bispo da diocese — D. António Mendes de Carvalho — e que deve datar de 1572 — ou seja o próprio ano da denúncia. Entre outras coisas o mestre de capela era obrigado «a emsinar aos mossos do coro canto-chaõ, canto de orgaõ, contraponto e compor e bem assim atodos os q quizerem aprender» para cujo efeito daria duas lições diárias — «huma pella manhã, de canto-chaõ e contraponto, outra a tarde, de canto de orgaõ e conpozicaõ». E o regimento prescrevia que tais lições eram «de graça».

Para se aquilatar da importância que a música de canto de órgão tinha basta dizer-se que era de obrigação:

Em tôdas as festas «de capas de Conigos», às 1.^{as} vésperas — salmos, hino e magnificat — e às 2.^{as} vésperas, só o hino e a magnificat, com excepção dos dias de Natal, Ressurreição, Pentecostes, Corpo de Deus, Assunção da Virgem e de S. Pedro e S. Paulo, porque nestes dias havia lugar aos salmos, em ambas as vésperas, e mais as missas «dos proprios dias e todos os mais q anos (*a nós*) ou ao nosso Cabb.º parecer que convem.» Em todos os domingos de quaresma havia completas dêsse género de música e em todos os dias de Apóstolos, Evangelistas, Doutores da Igreja «e mais dias de goarda» — hino, magnificat (nas primeiras vésperas) e mais as missas que também se ouviam nos domingos e dias santos de guarda. Na noite de Natal: «o Himno de Matinas, e os responssórios ethedeu Laudamos» afora os vilancicos para a festa, «assim da noite como do dia.» Etc..

Ora isto era numa diocese de segunda ordem, sufragânea da de Évora, e de criação recentíssima, onde, logicamente, devia haver grandes deficiências, o que não se verificava em outras cidades do reino e, sobretudo, em Lisboa, como vimos.

Na Sé e na Capela Real havia bons coros. Não é crível, pois, que homens do povo e, para mais, vizinhos do Castelo — ali a dois passos da Cathedral — acusassem Goes de cantar em sua casa cantigas diversas das que soiam cantar-se por cá, se elas fôsem — como o cronista asseverou ao Santo Officio — missas e motetes (portanto: peças de canto de órgão) géneros com que tôda a gente estava familiarizada pelos ouvir a-miude nas solenidades litúrgicas de antanho.

Do exposto conclue-se que o sr. Dr. Lopes Vieira se equivocou e conclue-se também que Damião de Goes não falou verdade.

Em minha opinião, as cantigas que João Carvalho, provedor mór das obras de El-Rei e o almoxarife dos paços de Almeirim, António Gomes, não entendiam, seriam, em vez de Missas e Motetes, madrigais escritos sôbre texto flamengo (ou quejandas línguas estranhas, em cujo número não é de contar o latim, porque, nesses tempos, era ensinado quasi desde as primeiras letras) ou então — para recordar velhos tempos em que as cantava com Polites — simples cantigas populares da Flandres. (Cf. Carta de Nicolau Cleonardo a Joaquim Polites — in — Dr. M. Gonçalves Cerejeira — *Ob. cit.* — pag. 301).

(10) A que foi publicada no *Δωδεκαχορδον*, de Glareano. Na Biblioteca Nacional (Res. 295 azul) existe um exemplar incompleto que pertenceu à Livraria do Convento da Graça de Lisboa e que tem várias anotações manuscritas, algumas das quais em letra do século XVI. Este célebre tratado teve grande aceitação e é de supôr que tenha vindo logo para cá. Dois anos depois de publicado em Basileia já é citado por Fr. Juan Bermudo em sua obra *Comiença el libro primero*, referida na nota anterior. Além disso, é natural que o autor — que declara ter travado conhecimento com Damião de Goes e com êle ter contraído amizade «que nunca mais esmorecerá enquanto vivo fôr» em casa de Erasmo, em Friburgo (hic ad Hercyniæ Sylvæ caput D. ERASMUM Roterodamum invisit.... hinc inter nos noticia orta, hinc amicitia facta, quæ nunq. quo ad vixero evanescet — *Dodec.* pag. 264) — tenha mandado um exemplar ao cronista do Venturoso, que é o único dos compositores de quem insere produções que, talvez por pouco conhecido, apresenta encomiasticamente.

Note-se que Damião de Goes foi pouco grato à memória de Henrique de Loris (chamado Glareano, por ser oriundo do cantão de Glaris — + 1563) pois nem se lhe refere no decurso do processo. Isto prova que a morte pusera ponto na amizade que os unira, se é que, por parte de Goes, sobrevivera à separação de Friburgo.

No entanto, Glareano fôra homem de real valor e que deu grandes provas de consideração pelo nosso cronista. Há dêle, impressa algures, uma extensa carta que lhe é dirigida.

(11) Tenho para comigo que o reatamento do processo foi obra de questiúncula familiar, hipótese que vislumbrou no espirito de Guilherme J. C. Henriques (*Ob. cit.* — 2.º vol. — pag. X) e que teve a aceitação de Sousa Viterbo (*Damião de Goes e D. António Pinheiro*, pag. 9, e *Estudos sobre Damião de Goes*, 2.ª série, pag. 82).

Se se atentar em que os testemunhos da parte decisiva do processo são de pessoas de casa (parentes, afins e visitas) e que é manifesta a sua má fé,

a-pontos dos inquisidores não terem ligado importância a seus depoimentos, esta hipótese adquire mais consistência do que qualquer das outras que têm sido postas. Há, porém, uma circunstância a que ligo grande importância e em que ninguém se tem estribado: o epitáfio que o cronista redigira com tanto amor, e que tão querido lhe devia ser, ficou por acabar.

É de ver que se as relações fôsem normais e a sua morte pranteada, um dos primeiros cuidados da família — que não ficou a pedir esmola e devia saber bem quanto Goes prezava a escritura (mãe de eterna memória...) — devia ser o completar a data que ficara em aberto depois de 1560. Mas não senhores: a data ficou como estava havia talvez dez anos e ainda hoje da leitura da lápide se depreende que Damião de Goes passou a melhor vida em 1560.

Dêste pormenor deduzo que havia certo ressentimento contra a memória de seu maior (que uma tradição diz morto violentamente por mão misteriosa...) se não que às relações familiares presidia certo sentimento vizinho do ódio, o que não é raro, mórmente quando se trate de pessoas interesseiras e haja questões de dinheiro em jôgo.

(12) Deslumbrado com o encontro de tantos nomes desconhecidos e confiando em demasia na grafia anárquica do index (aliás muitas vezes filha da das próprias obras) o sr. Joaquim de Vasconcelos foi, por vezes, longe de mais na paciente elaboração do «Index dos nomes de artistas do catalogo de El-rey D. João IV», o qual conclui pela seguinte inscrição triunfal: «Nomes não citados em Fétis, cerca de 420.» (cf. *Ensaio critico sobre o catalogo d'El-rey D. João IV*, fascículo III, volume I, 1.º ano, de *Archeologia Artistica* — Pôrto, 1873 — pags. 81 a 102).

A «Lista de nomes de artistas do Catalogo d'El-Rei, reformada sôbre a de 1873» (in — *El-Rey D. João o 4.º* — Pôrto, 1900 — pags. 203 a 234), embora, como é óbvio, progressiva, ainda se ressentia da mesma preocupação e ainda, entre muitos outros lapsos somenos, deixa escapar «Veio de Braga» como o nome do autor de certo salmo *Dixit Dominus* do primeiro tom acidental (a 8 vozes) — pag. 430 do *Index* — quando se trata claramente de obra de autor desconhecido que era diferenciada das outras 16 composições sôbre o mesmo texto contidas no caixão n.º 35 pelo epíteto «Veio de Braga», quere dizer: que provinha da cidade primaz. (Veio por veio, ou veiu).

(13) Apud. Ernesto Vieira — *Diccionario biographico de Musicos Portuguezes* — 1.º vol., pag. 502.

(14) P.º Joaquim José da Rocha Espanca — *Compendio de noticias de Vila Viçosa, etc.* — Redondo — 1892 — pags. 187 e 364.

(15) P.º Joaquim José da Rocha Espanca — *Ob. cit.*, pags. 202 e 203.

- (16) *A Livraria de Musica de D. João IV e o seu Index* — pag. 4.
- (17) *Bibliotheca Lusitana* — 2.^a edição — 1.^o vol., pags. 603 e 604.
- (18) *Os Musicos Portuguezes* — 1.^o vol., pag. 123.
- (19) *Diccionario biographico de Musicos Portuguezes* — 1.^o vol., pag. 465.
- (20) pag. 144, da reedição.
- (21) *Ob. cit.* — 2.^a ed. — 1.^o vol. — pag. 603 — 2.^a col..

(22) Glareano (in-*Dodecachordon*) chamou-lhe *cantilena* (isto é: cantiga, canção).

Hawkins crismou-a de hino e na sua esteira foram Busby, o seu tradutor alemão e o Professor Luiz de Freitas Branco.

Fétis classificou-a de moteto e o sr. Joaquim de Vasconcelos e Ernesto Vieira fazem côro com êle.

Peter Bohn que verteu do latim para alemão a obra de Glareano, traduziu *cantilena* por *Gesang* — canção.

(23) Eis a bibliografia das reproduções:

a) — Sir John Hawkins — *A General History of the Science and Practice of Music* — London, 1776 — 2.^o vol. pags. 438 a 440.

Idem (2.^a edição) — London — 1853 — 1.^o vol. — pags. 326 e 327.

Idem (3.^a edição) — London — 1875 — 1.^o vol. — pags. 326 e 327.

b) — Thomas Busby — *A General History of Music* — London — 1819 — 1.^o vol. — pags. 535 a 545.

c) — Thomas Busby, doctor der Musik — *Allgemeine Geschichte der Musik... Aus dem Englischen übersetzt... von Christian Friedrich Michaelis* — Leipzig — 1821 — 1.^o vol. — pags. 539 a 549.

A transcrição tem erros importantes sôbre a edição inglesa.

d) — Peter Bohn — *Glareani Dodecachordon, Basileæ MDXLVII übersetzt und übertragen von...* (16.^o volume da publicação de obras práticas e teóricas musicais antigas levada a efeito pela Gesellschaft für Musikforschung) — Leipzig — 1888 — pags. 211 a 213.

e) — Guilherme J. C. Henriques — *A Bibliographia Goesiana* — Lisboa — 1911. (Reprodução zincogravada das duas páginas do *Dodecachordon* a pags. 65 e 66.)

Este opúsculo é separata de 50 exemplares do *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*, 1.^o volume, n.^{os} 2 e 3. No *Boletim* a reprodução encontra-se no fascículo n.^o 3, a pags. 210 e 211.

f) — Luiz de Freitas Branco — *Musica e instrumentos* — in — *A Questão Ibérica* — Lisboa 1916.

A pag. 131 começa a reprodução em zincogravura da redução autógrafa para piano, feita pelo conferente, o qual deve ter-se servido da transcrição feita na versão alemã da história de Busby. Atesta-o insofismavelmente o facto de reproduzir todos os erros que a caracterizam e que começam logo no primeiro compasso (*dó* no tenor e *fá* no baixo, quando deve ser um *lá* — uníssono — em cada um dêles). A reprodução vai até pag. 136.

A transcrição feita pelo Professor Freitas Branco é lamentável não só pelos erros de notas como, sobretudo, pela forma arbitraria usada na grafia, a qual origina a confusão no seguimento da marcha de cada uma das vozes, se não a impossibilita.

Agravando o caso, alguém, cingindo-se com rigor a esta reprodução da *Ne læteris*, transcreveu-a para orquestra de arco, de modo que é freqüente os contrabaixos estarem a tocar a *media vox* ao mesmo tempo que as violas fazem ouvir a *basis*, etc....

g) — Na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* — 3.º vol. — pag. 55, vem publicada uma nova reprodução fac-similada das páginas do *Dodecachordon*, feita sobre a de Guilherme J. C. Henriques, mas ligeiramente ampliada.

Tem, por baixo, um dístico que está errado e não está rectificado na *corrigena*. Aproveito o ensejo para fazer a rectificação. Assim: onde se lê — «A única composição musical que se conhece de Damião de Góis», deve ler-se: «A única composição musical que eu (o autor do dístico) conheço de Damião de Góis»...

A-respeito dos manuscritos da Biblioteca de Viena (National-Bibliothek), vêr a nota n.º 26.

(24) Esta invocação (*anima mea*) não pertence ao texto sagrado. Também só é empregada na parte de *quinta vox* que é, aliás, a mais extensa e a que mais texto tem.

Pode haver quem atribua esta circunstância a lapso tipográfico e julgue que se trataria de *amica* (invocação antecedente) palavra que se escreve com o mesmo número de letras e em cuja grafia entram as mesmas vogais em disposição igual.

Contudo, não o creio e uma das razões em que me estribo é a prosódia. *Anima* é palavra proparoxitona, *amica*, não.

Ora ao desenho musical serve melhor a palavra esdrúxula.

(25) *Bibliographie der Musik-Sammelwerke des XVI. und XVII. Jahrhunderts* — Berlim — 1877 — pag. 596.

(26) Porque sempre se tem dito que *Ne læteris* e *Surge, propera* exis-

Manuário de São João *Ne læteris inimica mea, H. Thurn*
1.º e 2.º Flauto 2.º e 3.º Clarinetes 2.º e 3.º Fag. 2.º e 3.º

No læ te ris in
No læ te ris ne læ te ris ne læ te
mi ca me a in i mi ca mea in i
ris in i mi ca mea in i mi ca mea in i
ris in i mi ca mea in i mi ca mea a

Primeira página da partitura da *Ne læteris inimica mea*, de Da-
 mião de Góis, no manuscrito (do século XIX) n.º 19.311, da
 National Bibliothek, de Viena

fem em manuscrito na Biblioteca de Viena (National-Bibliothek) e nenhum esclarecimento se tem acrescentado, é licito que haja quem suponha que êsses manuscritos tenham qualquer interêsse ou até mesmo grande valor histórico pelos julgar coevos do autor.

Nada mais errôneo.

Com effeito guardam-se na biblioteca referida dois exemplares manuscritos dos trechos em questão, mas são ambos do segundo quartel do século XIX e um dêles foi posto em partitura por António Schmid (1787-1857) que foi conservador da secção musical da Biblioteca Imperial e autor de valiosas monografias, uma das quais — sôbre Gluck — lhe grangeou reputação mundial.

Para arrumar o assunto de vez vou fazer a sua descrição segundo a cópia dos respectivos verbetes da biblioteca, cópia que me foi gentilmente obtida pela Ex.^{ma} Senhora Dona Isolda Lino (hoje, Senhora de Norton de Matos) na sua última viagem à capital da Austria (1932).

19.301 — Ch. XIX — 8 f. obl. GOËS, DAMIANUS A — *Duo opera musica, quæ sunt*:

1) — 1a-2b — *Ne læteris, inimica mea* — 3 voc. Ex. Glareani Dodecachorde de prompta cantilena et in partituram redacta ab Antonio Schmid.

2) — 3a-8a — *Surge, prospera amica mea* — 5 voc. In partituram redigit Antonius Schmid. 8b. vacat.

19.311 — Ch. XIX — 8f. obl. GOËS, DAMIANUS A — *Duo cantica ecclesiastica, quæ sunt*:

1) — 1a-2b — *Ne læteris, inimica mea* — 3 voc.

2) — 3a-8a — *Surge, prospera amica mea* — 5 voc.

8b. vaccat. Partt. (cf. n.º 19.301).

(27) Informação obtida, por amável mediação do M.^{to} Rev.^{do} Abade de Tibãis, sr. D. António Coelho, do douto monge beneditino, da Abadia de Mont-César (Lovaina), D. Bernardo Botte.

Julgo, todavia, que por antanho também teria aplicação (pelo menos irregular) noutra festa, talvez a da Natividade da Virgem, pois há um motete de autor anónimo, a 4 vozes, que começa por *Surge, prospera amica mea* e cuja segunda parte é iniciada pelas palavras *Hodie nata est*. Foi publicado in *Liber secundvs sacrarum cantionum, quinque vocvm, vulgo moteta vocant....* Antverpiæ, apud Tilemannum Susato. Ano M.D.XLVI. (Esta recolha existia na Livraria Real de Música no Caixão 2.º, Maço n.º 34. Vem descrita no *Index* — pag. 8 da reedição — assim: Mottetes, ou Sacrarum Cantionum — Joannes Lupi (o primeiro moteto é, *Beata es Maria*, dêste autor, o célebre Hellinck) & outros myto (*sic*) bons musicos de nossos tempos. a 5. lib. 2.).

(28) Devo esta informação à muita amabilidade do ilustre bibliotecário do Conservatório Real de Música, de Bruxelas, M. Charles van den Borren,

(29) A circunstância do *Index* enunciar o título da recolha em português, não quer dizer que fôsse impresso na nossa linguagem. Em todo o volume são freqüentes as versões de títulos franceses, ingleses, latinos, italianos e até alemães e flamengos.

- (30) Eis o *Index, ordo et summa motettarum* da recolha de Salminger:
A 7 VOZES — *Sex sunt, quæ odit Dominus*, de Sixtus Theodoricus (Dietrich);
A 6 VOZES — *Tu Domine universorum*, de Noé (Bauldwijn); *Soror mea Lucia virgo, Deo devota*, de autor desconhecido; *Benedicat te Dominus in virtute sua*, de M. Ian (J. Ghero); *Venator Lepores, mittet tibi*, de Adrianus Willart (Willaert); *Obsecro Domine, mitte quem missurus es*, do mesmo; *Responsum: Acceperat Simeon a spiritu*, de Josquin (Desprès); *Cæli Deus omnipotens, benedicat tibi*, de M. Ian (Ghero);
A 5 VOZES — *Dum fabricator Mundi*, de Lupi (Hellinck); *Quis est iste, qui progreditur quasi aurora*, de Claudin (Sermisy); *Cursu festa dies sydereo*, de Lupus (Hellinck); *Cæciliam cantate pij, cantate pudici*, de N. Gombert; *Non turbetur cor vestrum*, de Richafort; *In Dedicatione Templi*, de Petrus Jordan; *In illo tempore: Cum audissent Apostoli*, de Thilmannus Susato; *Ego flos campi et Lilium convallium*, de N. Gombert; *Si dereliqui te Domine, ignosce mihi*, de M. Ian (J. Ghero); *Ne projicias me in tempore*, de Lupus (Hellinck); *Ego sum qui sum*, de Concilium; *Benedic Domine domum istam*, de Benedictus (Ducis); *In illo tempore: Intravit Jesus*, de N. Gombert; *Nesciens mater virgo virum*, de Josquin (Desprès); *Surge, propera amica mea*, de Goes; *En quem honesta et jucunda res est*, de Johan Hengel; *Tu Deus noster, suavis et verus*, de Lupi (Hellinck); *Laudate Dominum omnes Gentes*, de Lupus (o mesmo); *Corde et animo, Christo canimus*, de Benedictus (Ducis); *Tu es Petrus et super hanc petram*, de Morales; *Assumpta est Maria in cælum*, de Jorius Vender; *Signum salutis, pone Domine Jesu*, de T. Crequillon (Crecquillon); *Parasti in dulcedine tua, pauperi*, de Hesdin e *In nomine Jesu, omne genuflectant*, de Jachet (Berchem).

(31) *Ob. cit.* — pag. 395.

(32) *Ob. cit.* — pag. 596.

(33) A 37.^a das cinqüenta composições é a canção *N'avez point veu mal* de sua autoria.

(34) Compositor e teórico quincentista alemão de merecimento. Igno-

ra-se quando nasceu mas sabe-se que era oriundo de Naumburgo-sobre o Saale (Saxe) e que morreu em 1588.

(1) A) — *Discantus Selectissimorum Triciniorum, in secundo tomo contentorum.*

Exemplares no Museu Britânico e na Rathsbibliothek de Zwickau (êste incompleto e falho precisamente das páginas em que foi impressa a composição que pode interessar-nos).

B) — *Tenor Variarum Linguarum Tricinia a praestantissimi musicis, ad voces fere aequales composita. Tomi secundi.*

Este frontispício é impresso a vermelho e preto. Só é conhecido um exemplar, o qual pertence à biblioteca de Lipsia (Stadtbibliothek).

C) — *Bassus Selectiossimorum Triciniorum, in secundo tomo contentorum.*

Exemplares no Museu Britânico e na Preussische Staatsbibliothek, em Berlim.

(36) Eis a relação das catorze obras sobre texto latino que lá vêm: *Ecce enim Deus*, de Verdelot; *Contristatus sum*, de Clemens non Papa; *In die tribulationis*, de Morales; *Memor fui*, de Phinot; *Deduc me Domine*, de Jacotin (Jacob Godebrye); *Ecce Dominus veniet*, de Certon; *Viderunt omnes termini*, de Claudin (Sermisy); *In die tribulationis*, de Damianus; *Universæ viæ tuæ*, de Claudin; *Ave Maria*, de Certon; *Ave Maria*, de Claudin; *Spes mea*, do mesmo; *Tu es Petrus*, de Morales e *Domine non secundum*, de L. Paminger.

Conquanto no *Index da Livraria Real de Musica* figurem algumas recolhas cujo autor da peça de abertura é Filipe Verdelot (pag. 93, n.º 397; pag. 142, n.ºs 587 e 588 e pag. 143, n.º 590), nenhuma delas era o segundo tomo das *Tricinia*, porque são tôdas para quatro ou cinco vozes.

(37) O sr. Dr. António Baião (in-*História da Literatura Portuguesa Ilustrada* — 3.º vol. — pag. 38) vê na designação *eques lusitanus* alusão ao facto de Goes ser cavaleiro da Ordem de Cristo e fundamenta-se no VIII dos documentos publicados por Sousa Viterbo in-*Damião de Goes e D. Antonio Pinheiro* (pags. 23-24).

Esse documento, que tem a data de 1566, prova que o cronista de D. Manuel já tinha o hábito de Cristo e faz-lhe mercê novamente da tença de vinte mil réis que já tivera e que, com licença régia, renunciara em seu genro Luiz de Castro.

Salva melhor opinião, o referido documento, cujo original se guarda no Arquivo da Torre do Tombo (Chancelaria da Ordem de Cristo, L.º 1.º, fl. 9) não foi reproduzido com fidelidade por Sousa Viterbo. A certa altura resulta confuso. Se não veja-se «*Dom Sebastião &c..... ey por bem e me praz que elle (Damiam de Guoes) tenha e aja de minha fazenda..... vinte mill rs de tença*

em cada hum anno com mim meu serviço e as partes seu direito. E ey por bem que este alluaraa ho abito da dita ordem, os quaes, etc.»

Ora isto não se entende e produz a impressão de ter havido salto na cópia, ou na composição tipográfica.

Fica omissa, porém, uma circunstância que pode ter algum pêso para explicar (ou corroborar) a presumida tensão de relações com seu genro Luiz de Castro.

Damião de Goes renunciara a favor dêle apenas a tença de vinte mil réis que tinha, mas não o hábito de Cristo. Por êste alvará torna a recebê-la, mas não se diz se o genro a perdia. É, porém, de crer que assim fôsse, pois não é natural que a real fazenda pagasse duas tenças relativamente avultadas pelo mesmo hábito de Cristo. ¿Não será assim?

Sendo-o ¿será ousado supôr que estaria, por ventura, aqui o germe das discórdias com o genro, as quais viriam a ter tão lamentável desfecho cinco anos depois no Santo Offício?

Voltando, porém, à interpretação do sr. Dr. António Baião, creio que ela não é aceitável. Embora não se saiba a data em que Goes foi feito cavaleiro de Cristo, cuida que teria sido depois de regressar definitivamente a penates.

Ora Damião de Goes, conquanto nos alvarás régios só seja tratado por «fidalgo de minha casa» a partir de 1565, é certo que fôra tomado por fidalgo cavaleiro, com dois mil réis de moradia e um alqueire de cevada diário, por El-rei D. Manuel, em 1511, tinha nove anos de idade. (Cf. Guilherme J. C. Henriques — *Inéditos Goesianos* — 1.º vol. — pag. 29).

Devia ser por esta razão que êle se intitulava *eques lusitanus*. (Cf. a primeira edição de *Fides, religio*, datada de 1540).

Por isto traduzi a locução latina por fidalgo português.

(38) A sua cota é: K. 3. d. 8. Cf. W. Barclay-Squire — *Catalogue of printed music published between 1487 and 1800 now in the British Museum* — 2.º vol. — pag. 155 — 2.ª col. — *in finem*.

(39) A *Tavola de Motetti de diversi Autori a tre Voce, Libro secondo*, acusa as seguintes obras:

Ave sanctissima, de Claudin (Sermisy); *Ecce Maria*, de Certon; *Ego autem*, de Claudin; *Sancta Maria*, de Certon; *Beatus vir e Non sic impij*, de H. Scotus (o editor); * *Viderunt*, de Claudin; * *Ecce Dominus*, de Certon; * *Spes mea, Euntes ibant e Tunc repletum est*, de Claudin; * *Deduc me Domine*, de Jacotin (J. Godebrye); *Sancta Maria*, de Gosse (Goossens?); * *Ave Maria*, de Claudin; * *Ave Maria*, de Certon; * *Universæ viæ*, de Claudin; * *Memor fui*, de Phinot; *At illi dixerunt*, de Morales; * *In die tribulationis*, de Damianus; *Patrem immensæ*, de M. Jehan (Ghero); *Domine Deus*, de Morales; *Jam Pascha e Tu septiformis*, de Adriano (Willaert); *Crucifixus e Domine Deus* (sem indicação de autores); *Sicut fidus*, Adriano; *Crucifixus* (s. i. a.); *Æqualis eterno*,

de Adriano; *Benedictum*, de Claudin; *Quorum precepto e Ceduntur gladijs*, de Adriano.

Os * indicam que as composições dêsse título foram reproduzidas no segundo tomo das *Tricinia*, de Montan & Neuber.

(40) No caixão 6.º, maço ou cartapácio 205, (pag. 40 da reedição) lê-se: «Trinta, & duas Cançoens — Damianus Hauericq & outros, a 4. lib. 8.».

Tratava-se da seguinte recolha que começa realmente por uma canção francesa de D. Havericq («Ayez pitié de vostr'amant»):

Le huitiesme livre des chansons a quatre parties auquel sont contenues trente et deux chansons convenables tant a la Voix comme aux Instrumentz, Imprimées en Anvers, par Tylman Susato, etc., 1545.

A-pesar-do título, parece que só inclue 31 canções que são: 2 de Havericq; 9 de Clemens non papa; 4 de Cornélio Canis; 8 de T. Crécquillon (Crécquillon); 1 de Richafort; 1 de Baston; 1 de Cipriano de Rore e 5 sem indicação de autores.

(41) Foi depois publicada em:

— a) — *Cantiones quinque vocum selectissimæ a primarijs (Germaniæ inferioris, Galliæ & Italiæ) musices magistris editæ. Ante hac typis nondum divulgatæ. Numero vigintotto. Mutetarum liber primus. Argentorati (Strasburgo). Pedro Schoeffer — 1539.*

— b) — *Excelentiss, Autorum diverse modulationes que sub Titulo Fructus vagantur per Orbem, ab Antonio Gardane nuper recognito. Liber primus cum quinque vocibus. Veneza — Antonio Gardane — 1549.*

Parece haver uma outra edição desta recolha, também feita em Veneza no mesmo ano, mas publicada por H. Scottum.

Trata-se, em qualquer caso, da segunda edição da de 1538, mencionada no texto.

Na Livraria Real de Música, caixão 14.º, maço 397 (pag. 93 do *Index*) vem mencionada uma recolha com êste título mas a 4 vezes. Deve ser lapso do copista, ou gralha tipográfica pois não se conhece outra recolha com o nome de *Fructus vagantur per Orbem* e que, para mais, comece também, como esta, por uma composição de Jachet.

— c) — *Quintus tomus Evangeliorum et piarum sententiarum: quinque vocum. Continens historias & doctrinam, quæ in Ecclesia porponi solet: De Poenitentia. Nuremberga — Montan & Neuber — 1556.*

(42) O salmo é dividido em três partes: a primeira (*Inclina Domine aurem tuam*) e a última (*Confitebor tibi Domine*) são a quatro vezes; a intermédia (*In die tribulationis*) a três. O título da recolha em que já fôra publicada é o seguinte: *Tomus secundus psalmorum selectorum, quatuor et plurius vocum. Nuremberga — Montan & Neuber — 1553.*

(43) Devo esta notícia a M. Charles van den Borren, que também teve a amabilidade de me informar que este motete de Guami foi publicado a pag. 52, do tomo 17.º, da antologia *Musica Sacra*, dirigida por Franz Commer. (Berlim — Bahn — 1876).

(44) No de Cipriano de Rore, *in* em vez de *cum*.

(45) No século xvi houve dois compositores de apelido Champion. Ambos eram franceses e não se sabe se parentes.

Nicolau era a graça do mais antigo que começou por brilhar na côrte marovaz de Francisco I e deveiu, mais tarde, mestre da capela real de Madrid.

O mais moderno chamava-se Tomaz, ou Tomé, mas era só conhecido pela alcunha de Mithou, nome sob que aparecem tôdas as suas composições conhecidas hoje.

Como o *Index* menciona só o apelido Champion, cuido, pois, que se trata do velho Nicolau.

Ora dêste compositor até hoje só se encontrou impressa uma composição — o salmo 127 — *Beati omnes, qui timent Dominum* — a 6 vozes, que foi publicado duas vezes, ambas em Nuremberga. A primeira por Petrejus (*Tomus tertius psalmorum selectorum quatuor & quinque & quidam plurium vocum*) em 1542; a segunda por Ulrico Neuber (*Beati omnes. Psalmus CXXVIII Davidis: sex, quinque et quatuor vocum, a variis, iisdemque praestantissimis musicæ artificibus harmonicis numeris adornatus, & modus septendecim concinnatus, hinc inde autem collectus, atque in unum volumen redactus, & in lucem editus, per Clementem Stephani Buchaviensen et Egranorum incolam.*) em 1569.

É o que se sabia em 1877, quando Eitner publicou a sua *Bibliographie der Musik-Sammelwerke des XVI. und XVII. Jahrhunderts*. E é o que ainda hoje se sabe segundo me informam duas das maiores autoridades mundiais no assunto — o Professor Dr. Johannes Wolf, de Berlim, e M. Charles van den Borren, de Bruxelas — a quem tenho o prazer de publicamente renovar os meus agradecimentos por todos os favores com que me têm honrado.

L. D. V. M.

Algés — Maio de 1934.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

INDÍCES DAS «INSCRIÇÕES LAPIDARES DA INDIA PORTUGUESA» DE CUNHA RIVARA

Em 1894 publicou Gabriel Pereira o importante trabalho «Inscrições lapidares da India Portuguesa», que Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara deixou manuscrito e por sua viuva foi generosamente doado, com outros inéditos, à Biblioteca eborense.

A tão infatigável investigador se referiu o erudito Sousa Viterbo nestes termos:

«Na India houve um homem que trabalhou tanto como uma academia e que salvou as inscrições que ainda se encontram em algumas das nossas possessões indianas». (1)

Não teve, porém, o ilustre divulgador dos «Documentos Historicos da Cidade de Evora» o tempo necessário para organizar os indispensáveis índices que facilitassem a consulta da preciosa

(1) *A epigrafia nacional. Como as inscrições lapidares podem fornecer um curso de historia*, in «Diário de Noticias» de 28 de Março de 1891 e «Revista de Arqueologia», vol. I, pag. 6.

colecção que salvara do inevitável esquecimento a que estava destinada. É o que modestamente tento fazer, supondo prestar um despretencioso auxílio ao investigador, quando procura pacientemente reconstituir a biografia do herói que, embarcado nas naus da Índia, deixa, certo dia, de ser mencionado nas páginas das crónicas ou nas ementas das armadas que voltam ao Reino.

I — Nomes

- ABREU — Vid. Alvaro de Abreu, Diogo Lobo de Abreu, D. José Maria de Castro e Almeida de Sequeira e Abreu, Manuel de Abreu, Pedro Álvaro de Abreu, Vitória Dias de Abreu.
- AFONSO — Vid. B... Afonso.
- AFONSO DE ALBUQUERQUE — 125, 135.
- AFONSO DELGADO DE BRITO — 61.
- AFONSO FERNANDES — 43, 50.
- AFONSO FURTADO — 61.
- AFONSO GIL — 63.
- AFONSO (D.) DE NORONHA — 108.
- AFONSO PIRES DO VALE — 11.
- AFONSO ROIZ — 22.
- AGOSTINHO DE CARVALHO DA COSTA — 47.
- AGOSTINHO COELHO — 80.
- AGUIAR — Vid. João de Aguiar, Miguel de Aguiar.
- AIALA — Vid. Jerónimo del Rio Aiala, Manuel Joaquim Deniz de Aiala.
- AIRES — 7.
- ALBERTO (D.) DA SILVA — 72.
- ALBUQUERQUE — Vid. Afonso de Albuquerque, Fernão de Albuquerque, Jerónimo de Mendonça Furtado de Albuquerque, D. Joana de Albuquerque, D. João de Albuquerque, Teresa de Albuquerque.

- ÁLDONÇA PEREIRA — 49.
 ALENTOR — Vid. D. Apolónia de Alentor.
 ALEIXO (D.) DE ALMEIDA — 145.
 ALEIXO (D.) DE MENEZES — 92, 152.
 ALEIXO (D. Fr.) DE MENEZES — 104, 120, 153.
 ALEIXO SOARES — 54.
 ALMADA — Vid. D. Ângela de Almada, Francisco Gomes de Almada, Manuel Mascarenhas de Almada.
 ALMAS — Vid. João das Almas.
 ALMEIDA — Vid. D. Aleixo de Almeida, Amaro de Almeida, Isabel de Almeida, João Martins de Almeida, José Paulo da Costa Pereira e Almeida, Leonardo de Oliveira de Almeida, D. Luís Caetano de Almeida, Manuel de Almeida, Miguel de Almeida.
 ALVARES — Vid. André Álvares, Cecília Alvares, Cristóvão Alvares, Francisco Alvares, João Alvares, Luís Alvares, Manuel Alvares, P.º Marcos Alvares, Maria Alvares, Lourenço Alvares, Pedro Alvares.
 ÁLVARO DE ABREU — 23.
 ÁLVARO C... — 33.
 ÁLVARO CARREIRA — 55.
 ÁLVARO FERNANDES — 88.
 ÁLVARO FERNANDES DE UTRA — 46.
 ÁLVARO MONTEIRO — 49.
 ÁLVARO DE SEQUEIRA — 35.
 ÁLVARO VAZ CRESCENTE — 51.
 ALVES — Vid. D. Angélica Antónia Leite Alves, Catarina Alves, Inácio Augusto Alves, Maria Alves.
 ALVIM — Vid. António de Alvim.
 ALVO — Vid. Simão Alvo.
 AMARAL — Vid. Maria Dias do Amaral, Violante do Amaral.
 AMARO DE ALMEIDA — 39.
 ANA (D.) ANTÓNIA — 26.
 ANA CARVALHO — 46.
 ANA FERNANDES — 30.
 ANA (D.) MARIA DE CARCOMO FERRÃO — 148.

ANA (D.) MÁRIA L. R. DE C. E LEMOS — 155.
 ANA (D.) MARIA DA SILVA TELO E MENEZES — 48.
 ANA MATOS — 11.
 ANA DO MONTE — 95.
 ANA? (D.) DE MORAIS — 27.
 ANA PEREIRA — 23.
 ANA PETRONILA LOBO E FARIA — 139.
 ANA (D.) DA SILVA — 33.
 ANA SOARES DE BRITO — 37.
 ANA VELHO DA COSTA — 52.
 ANDRADE — Vid. Cristóvão Luís de Andrade, Francisco de Andrade, Gregório de Andrade, Jona Freire de Andrade, Manuel de Andrade, Manuel Leitão de Andrade, D. Margarida de Andrade, D. Maria de Andrade, Úrsula de Andrade.
 ANDRÉ ... — 84.
 ANDRÉ (Fr.) — 130.
 ANDRÉ ÁLVARES — 142.
 ANDRÉ FERNANDES — 34.
 ANDRÉ (P.º) FERNANDES — 74.
 ANDRÉ DE MORAIS — 10.
 ANDRÉ PACHECO — 95.
 ANDRÉ (D. Fr.) DE S.^{ta} MARIA — 67, 133.
 ANDRÉ TINOCO — 50.
 ÂNGELA (D.) DE ALMADA — 59.
 ÂNGELA GONÇALVES — 128, 129.
 ANGÉLICA (D.) ANTÓNIA LEITE ALVES — 150.
 ANTÓNIA — 63.
 ANTÓNIA (D.) DE BRITO — 44.
 ANTÓNIA DE CÁCERES — 35.
 ANTÓNIA CARDOSO — 58.
 ANTÓNIA (D.) DE CARVALHO — 52, 54.
 ANTÓNIA DA COSTA — 19, 62.
 ANTÓNIA (D.) FRANCISCA FURTADO DE MENDONÇA — 151.
 ANTÓNIA (D.) FRANCISCA DE MENEZES — 27.
 ANTÓNIA JEPR.º (?) — 93.

ANTÓNIA DE LEMOS — 127.
ANTÓNIA NUNES — 40.
ANTÓNIO ... — 31.
ANTÓNIO DE ALMEIDA S. PAIO — 121.
ANTÓNIO ALVARES PEREIRA — 127.
ANTÓNIO DE ... DE ALVIM — 65.
ANTÓNIO DE AZEREDO — 32.
ANTÓNIO DE AZEVEDO SANDE — 44.
ANTÓNIO (D. Fr.) BRANDÃO — 72.
ANTÓNIO CARNEIRO DE ARAGÃO — 121.
ANTÓNIO CARVALHO — 56.
ANTÓNIO CARREIRA VELHO — 31.
ANTÓNIO CORREIA — 30, 65.
ANTÓNIO DA COSTA — 17.
ANTÓNIO COUCEIRO — 137.
ANTÓNIO DIAS — 49.
ANTÓNIO DIAS DE MENDONÇA — 19.
ANTÓNIO FERNANDES — 24.
ANTÓNIO FERNANDES DE CASTELO BRANCO — 24.
ANTÓNIO FERNANDES TOSCANO — 10.
ANTÓNIO FERREIRA — 38.
ANTÓNIO DA FONSECA — 28.
ANTÓNIO FRANCO — 29.
ANTÓNIO GOMES FERREIRA — 85.
ANTÓNIO GONÇALVES DAVEZA — 131.
ANTÓNIO GONÇALVES PISARRO — 59.
ANTÓNIO DE GOUVEIA DO VALE — 42.
ANTÓNIO JAQUES DA COSTA — 63.
ANTÓNIO JOSÉ DE MELO SOTO MAIOR TELES — 143.
ANTÓNIO LOBO — 81.
ANTÓNIO MANUEL FRAGOSO DE BARROS — 84.
ANTÓNIO MARTINS — 25.
ANTÓNIO (D.) DE MELO E CASTRO — 121.
ANTÓNIO (D.) DE NORONHA — 58, 125.
ANTÓNIO NUNES — 19.
ANTÓNIO (Fr.) DE PÁDUA — 52.



- ANTÓNIO PAIS — 41.
ANTÓNIO PEREIRA — 36.
ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA — 26.
ANTÓNIO DE QUADROS — 156.
ANTÓNIO REBELO — 65.
ANTÓNIO ROIZ — 36, 39, 122.
ANTÓNIO (P.^o) ROIZ — 80.
ANTÓNIO ROIZ CARVALHO — 85.
ANTÓNIO ROIZ MELINDE — 13.
ANTÓNIO SEBASTIÃO BORGES DA COSTA — 154.
ANTÓNIO SIDRÃO — 6.
ANTÓNIO DA SILVA TÁVORA — 14.
ANTÓNIO SIMÕES DE CARVALHO — 91.
ANTÓNIO (D.) SOTO MAIOR — 93.
ANTÓNIO DE SOUSA COUTINHO — 141.
ANTÓNIO VAZ — 115.
ANTÃO (D.) DE NORONHA — 120.
ANTUNES — Vid. Simoa Antunes.
ANUNCIACÃO — Vid. D. Fr. Augusto da Anunciação.
APOLÓNIA (D.) DE ALENTOR — 35.
AQUILINA — 84.
ARAGÃO — Vid. António Carneiro de Aragão, Henrique Carneiro de Aragão.
ARAÚJO — Vid. Damião Pacheco de Araújo, Grácia Nunes de Araújo, Jerónimo de Araújo, D. Maria de Araújo, Sebastião de Araújo.
ARMÉNIO — Vid. Gaspar Fernandes Arménio, Jorge Fernandes Arménio.
ATAÍDE — Vid. Isabel de Ataíde, D. João de Ataíde, D. João Gonçalves de Ataíde, D. Luís de Ataíde, Nuno Fernandes de Ataíde, Tristão de Ataíde.
ATOUGUIA — Vid. Joana da Atouguia.
AUGUSTO (D. Fr.) DA ANUNCIACÃO — 71.
AVANOELHO — Vid. Felipa Avanoelho.
AVIZ — Vid. João de Aviz.
AZEREDO — Vid. António de Azeredo, Baltasar de Azeredo.

- AZEVEDO — Vid. Diogo Roiz de Azevedo, Francisco de Azevedo,
Francisco Gomes de Azevedo, João de Azevedo, Luis
de Azevedo, D. Maria de Azevedo.
- B... AFONSO — 50.
- BALTASAR DE AZEREDO — 140.
- BALTASAR GOMES — 110.
- BALTASAR GONÇALVES — 28.
- BALTASAR PINHEIRO — 45.
- BALTASAR ROIZ — 44.
- BALTASAR DA VEIGA — 69.
- BARACHO — Vid. Rui Gomes Baracho.
- BÁRBARA VISS... — 11.
- BARBOSA — Vid. Catarina Barbosa, Joana Barbosa.
- BARBUDO — Vid. Diogo Barbudo.
- BARTOLOMEU FERREIRA — 85.
- BARTOLOMEU SOARES — 29.
- BARTOLOMEU SUARCIAS (?) — 32.
- BARRETO — Vid. Catarina Barreto, Egas Moniz Barreto, Francisco
Barreto, D. Fr. Manuel Teles Barreto.
- BARROS — Vid. António Manuel Fragoso de Barros.
- BASTIÃO DE FARIA — 31.
- BASTIÃO LEITÃO — 24.
- BASTIÃO NETO — 100.
- BASTIÃO DE SÁ — 59.
- BATALHA — Vid. D. Margarida Batalha.
- BEATRIZ LOPES — 55.
- BEATRIZ MENDES — 62.
- BEATRIZ NUNES — 10.
- BELCHIOR DO COUTO — 21.
- BELCHIOR CORREIA DE SEQUEIRA — 83.
- BELCHIOR FRAUSTO SOARES — 46.
- BELCHIOR DE SOUSA CID — 37.
- BENEDITO XIV — 107.
- BERNA... — 12.
- BERNARDA (D.) DE TAVORA — 43.
- BERNARDO GARCIA DA COSTA — 123.

- BONIFACIO XASTRE — 130.
BORGES — Vid. Cristóvão Borges, Joana Borges, João Correia Borges.
BOTAS — Vid. Manuel Botas.
BOTELHO — Vid. Isabel Botelho, Lourenço Botelho, Pedro Roiz Botelho, Vitória Botelho.
BRANDÃO — Vid. D. Fr. António Brandão.
BRAZ (D.) DE CASTRO — 134.
BRAZ DIAS — 63.
BRAZ HENRIQUES DA VEIGA — 75.
BRIOLANJA NUNES — 30.
BRITO — Vid. Afonso Delgado de Brito, Ana Soares de Brito, D. Antónia de Brito, Isabel de Brito, D. Fr. Luís de Brito, Manuel Pacheco de Brito.
BRUGES — Vid. Guilherme de Bruges.
BUSTAMANTE — Vid. Catarina Bustamante, Luís Abreu Bustamante.
C... — Vid. Álvaro de C...
CABRAL — Vid. D. Francisca Cabral, Jorge Cabral, Rodrigo Homem Cabral.
CÁCERES — Vid. Antónia de Cáceres, Vitória de Cáceres,
CAETANO — 149.
CAETANO ANTÓNIO L. DE FARIA — 155.
CAETANO (P.) JOÃO PERES — 101.
CAETANO DE MELO DE CASTRO — 145.
CALDEIRA — Vid. João da Maia Caldeira.
CALVO — Vid. Diogo Calvo.
CAMARA — Vid. D. Manuel da Câmara.
CAMELO — Vid. Gaspar de Al... Camelo.
CAMINHA — Margarida de Caminha.
CAMO... — Vid. João Cam...
CAMPANDUA — Vid. João de Campandua.
CAMPOS — Vid. Francisco da Costa Campos, Maria Antónia Francisca Xavier da Costa Campos.
CANDIDO JOSÉ MOURÃO GARCEZ PALHA — 153, 154.

- CARDOSO — Vid. Antónia Cardoso, Francisco de Figueiredo Cardoso.
- CARNEIRO — Vid. Madalena Carneiro, Pero Vaz Carneiro.
- CORNEIROS DE FARO — 131.
- CARREIRA — Vid. Álvaro Carreira.
- CARVALHO — 42.
- CARVALHO — Vid. Ana Carvalho, D. Antónia de Carvalho, Antónia Carvalho, António Roiz Carvalho, António Simões de Carvalho, Francisco Moniz de Carvalho, P.º Francisco Roiz de Carvalho, Gonçalo de Carvalho, João Simões de Carvalho, José Duarte de Carvalho, Luís de Carvalho, Manuel de Carvalho, Pedro Dias de Carvalho.
- CASTANHO — Vid. Domingas Castanho.
- CASTELBRANCO — Vid. D. Manuel de Castelbranco.
- CASTELO BRANCO — Vid. António Fernandes de Castelo Branco, Francisco Martins de Castelo Branco.
- CASTRO — Vid. D.... de Castro. D. António de Melo e Castro, D. Brás de Castro, Caetano de Melo de Castro, D. Constança de Castro, Diogo de Castro, D. Felipa de Castro, Francisco de Melo de Castro, D. João de Castro, Do (?) Manuel de Castro, D. Manuel de Portugal e Castro, Tomé de Melo e Castro, D. Verediana Constança Leite de Castro.
- CATARINA (D.) — 57.
- CATARINA ALVES — 16.
- CATARINA BARBOSA — 12.
- CATARINA BARRETO — 130.
- CATARINA BUSTAMANTE — 73.
- CATARINA (D.) DA COSTA — 156.
- CATARINA FERNANDES — 31, 39.
- CATARINA GOUVEIA — 36.
- CATARINA LOPES — 21.
- CATARINA (D.) DE ATAÍDE — 14.
- CATARINA PAIS — 28.
- CATARINA ROIZ — 22.
- CATARINA (?) ROIZ — 60.

- CATARINA SIMÕES — 11.
CATARINA SOEIRO — 38.
CECÍLIA ALVARES — 23.
CEIA — Vid. Simoa de Ceia.
CHAINHO — Vid. Diogo Chainho.
CHAMORRA — Vid. Domingas Chamorra.
CID — Vid. Belchior de Sousa Cid.
CLARA (D.) COUTINHO — 22.
CLARA (D.) DE EÇA — 12.
CLEMENTE DA CUNHA — 29.
COELHO — Vid. Agostinho Coelho, Francisca Coelho, Inês Coelho,
João Coelho, Luís Coelho, Manuel Nogueira Coelho,
Simão Coelho.
CONSTANÇA (D.) DE CASTRO — 125.
CORDOVIL — Vid. Fernão Gomes Cordovil.
CORREIA — Vid. António Correia, Gonçalo Correia, Henrique Cor-
reia, Leonor Correia, Mateus Correia, Vicente Correia.
CORTE REAL — Vid. D. Lisarda de Mendonça Corte Real.
CORTEZ — Vid. D. Maria Cortez.
COSTA — Vid. Agostinho de Carvalho da Costa, Ana Velho da
Costa, Antónia da Costa, António da Costa, António
Jaques da Costa, António Pereira da Costa, António
Sebastião Borges da Costa, Bernardo Garcia da Costa,
D. Catarina da Costa, Duarte da Costa, Estêvão da
Costa, D. Francisca da Costa, D. Francisco da Costa,
Francisco Lopes da Costa, João da Costa, João Roiz
da Costa, Jorge da Costa, Maria da Costa, D. Rodrigo
da Costa.
COTRIM — Vid. Nuno da Costa Cotrim.
COUCEIRO — Vid. António Couceiro.
COUTINHO — Vid. António de Sousa Coutinho, D. Clara Coutinho,
D. Francisca de Sousa Coutinho, Francisco Manuel Pes-
sanha Coutinho, D. Luísa Coutinho, D. Violante Cou-
tinho.
COUTO — Vid. Belchior do Couto, Manuel Dias do Couto.
CRESCENTE — Vid. Álvaro Vaz Crescente.

CRISTIANA (D.) JOAQUINA MOURÃO DE CARCOMO LOBO—153.
CRISTÓVÃO (D.) — 153.
CRISTÓVÃO ÁLVARES — 12.
CRISTÓVÃO BORGES — 25.
CRISTÓVÃO DIAS — 40.
CRISTÓVÃO (Fr.) DE LISBOA — 68, 79.
CRISTÓVÃO LUÍS DE ANDRADE — 146.
CRISTÓVÃO MACHADO — 55.
CRISTÓVÃO ROIZ — 60.
CRISTÓVÃO (D. Fr.) DA SILVEIRA — 70.
CRUZ — Vid. Joana da Cruz.
CUNHA — Vid. Clemente da Cunha, Diogo Lopes da Cunha, Gaspar da Cunha, Joana Teles da Cunha, Leonor Cordeiro da Cunha, Lourenço de Carvalho da Cunha.
D.... DE CASTRO — 47.
DAIRA — Vid. Joana Daira.
DALMA — Vid. Francisco Figueira Dalma.
DAMIÃO PACHECO ARAÚJO — 19.
DANTAS — Vid. Luís Afonso Dantas.
DARES — Vid. Roque Dares.
DAVESA — Vid. António Gonçalves Davesa.
DAVID — 123.
DENIZ — Vid. Gaspar Barbosa Deniz.
DENIZ FALEIRO — 33.
DENIZ FERNANDES — 34.
DIAS — Vid. António Dias, Brás Dias, Cristóvão Dias, Francisco Dias, Isabel Dias, Jorge Dias, Luís Dias, Manuel Dias, Pedro Dias, Simão Dias, Verónica Dias.
DIDACUS FRANCUS MARINUS — 126.
DIOGO... — 39.
DIOGO BARBUDA — 47.
DIOGO CALVO — 6.
DIOGO DE CASTRO — 85.
DIOGO CHAINHO — 43.
DIOGO FERNANDES — 24.
DIOGO FRANCO — 38.

DIOGO GOMES — 130.
DIOGO NUNES GRAMACHO — 35.
DIOGO (P.^o) JACOME — 89.
DIOGO LOBO DE ABREU — 27.
DIOGO LOPES DA CUNHA — 32.
DIOGO LOPES DE GOIS — 55.
DIOGO DE LUCENA — 89.
DIOGO MARTINS DE TAVORA — 26.
DIOGO MENDES DE OLIVEIRA — 26.
DIOGO MEXIA DE GAMBOA — 134.
DIOGO DE NORONHA — 125.
DIOGO PINTO TEIXEIRA — 156.
DIOGO PIRES PINTO — 9.
DIOGO RASQUINHO — 83.
DIOGO ROLIM — 52, 54.
DIOGO ROIZ AZEVEDO — 30.
DIOGO (P.^o Fr.) DE SANTA ANA — 123.
DIOGO SOARES — 46.
DIOGO DE SOUSA (?) — 63.
DO (?) MANUEL DE CASTRO — 14.
DIÕZ — Vid. Gonçalo Diõz.
DOMINGAS CASTANHO — 99.
DOMINGAS CHAMORRA — 44.
DOMINGAS (D.) DE MORAIS — 92.
DOMINGOS FR.^a (?) — 126.
DOMINGOS GOMES — 130.
DOMINGOS LUÍS SÊCO — 128.
DOMINGOS DE OLIVEIRA DE LEMOS — 64.
DOMINGOS DA SILVA DE MENDONÇA — 121.
DOMINGUES — Vid. João Domingues, Luís Domingues.
DOURADO — Vid. Fernão Dourado.
DOZOURO — Vid. Elena Dozouro.
DUARTE — Vid. Tomé Duarte.
DUARTE DA COSTA — 6.
DUARTE GARCIA — 92.
DUARTE DE LEMOS — 37.

EÇA — Vid. D. Clara de Eça.
 EGAS MONIZ BARRETO — 154.
 ELENA DOZOURO — 51.
 ELENA FERNANDES — 36.
 ELENA LOPES — 40.
 ELENA (D.) DE NORONHA — 132.
 ELENA DA SILVA — 133.
 ELVAS — Vid. José de Sousa de Elvas.
 EMÍLIA (D.) DA COSTA CAMPOS MOURÃO — 153.
 ESCOVAR — Vid. Maria de Resende Escovar.
 ESFIEIRA — Vid. Mécia Vaz Esfieira.
 ESTEFANUS — Vid. Zacarias Estefanus.
 ESTEVÃO DA COSTA — 30.
 ESTRADA — Vid. João Fernandes Estrada.
 ESTROCI — Vid. Lourenço Estroci.
 FALCÃO — Vid. Francisco de Sousa Falcão, Simão Falcão.
 ...FALCÃO SOTO MAIOR — 61.
 FALEIRO — Vid. Deniz Faleiro, Rodrigo Faleiro.
 FARIA — Vid. Ana Petronila Lobo e Faria, Bastião de Faria, Caetano António L. de Faria, Francisco Xavier A. Lobato de Faria, José Lobato de Faria, Miguel Carlos L. de Faria, Rogério de Faria, D. Rosa Maria Lobato Gameiro de Faria, Vasco Pires de Faria.
 FE... ROIZ — 9.
 FEIO — Vid. Luís Mendes Feio.
 FELIPA AVANOELHO — 29.
 FELIPA (D.) DE CASTRO — 134.
 FELIPA DA ROCHA — 41.
 FELIPA ROIZ PINTO — 30.
 FELIPE 1.º (D.) — 119.
 FELIPE 3.º (D.) — 111, 112
 PELIPE MOURÃO — 86.
 FELIPE (D.) DE SOUSA — 84.
 FERNANDES — Vid. Afonso Fernandes, Álvaro Fernandes, Ana Fernandes, André Fernandes, P.º André Fernandes, António Fernandes, Catarina Fernandes, Deniz Fernandes,

Diogo Fernandes, Elena Fernandes, Gaspar Fernandes, Gonçalo Fernandes, Guiomar Fernandes, Inês Fernandes, João Fernandes, Jorge Fernandes, Luís Fernandes, Manuel Fernandes, P.º Manuel Fernandes, Maria Fernandes, Pedro Fernandes, Pero Fernandes, Simão Fernandes.

...CA FERNANDES — 55.

FERNANDO (D.) DE NORONHA — 125.

FERNANDO VIDIGUEIRA — 48.

FERNÃO DE ALBUQUERQUE — 124.

FERNÃO DE ANDRADE ZUZARTE — 128, 129.

FERNÃO DOURADO — 38.

FERNÃO GOMES CORDOVIL — 38.

FERNÃO MARTINS — 45.

FERNÃO MARTINS TIBAU — 22.

FERNÃO DE SOUSA — 38.

FERRÃO — Vid. D. Ana Maria de Cárcomo Ferrão, Joaquim José Ferrão.

FERRAZ — Vid. D. Maria Ferraz.

FERREIRA — Vid. António Ferreira, António Gomes Ferreira, Bartolomeu Ferreira, Francisca Ferreira, P.º Francisco Ferreira, Inês Ferreira, D. Mateus Gomes Ferreira, Manuel Ferreira.

FIALHO — Vid. Simão do Rêgo Fialho.

FIGUEIRA — Vid. Inês Figueira.

FIGUEIREDO — Vid. Francisco Machado de Figueiredo, Jorge Figueiredo, Maria de Figueiredo.

FONSECA — Vid. António da Fonseca, Isabel da Fonseca, João da Fonseca, Lucas da Fonseca, Luís da Fonseca, P.º Luís da Fonseca, Sebastião da Fonseca, Vidal Bravo da Fonseca.

FONTES — Vid. Francisco Lopes de Fontes.

FR.ª (?) — Vid. Domingos Fr.ª, Pedro Fr.ª.

FRAGOSO — Vid. Mateus Pais Fragoso.

FRANCA — Vid. D. Luisa Franca.

FRANCO — Vid. António Franco, Diogo Franco, Francisco Franco.

FRANCISCA (D.) CABRAL — 21.
FRANCISCA COELHO — 22.
FRANCISCA (D.) DA COSTA — 45, 54, 95.
FRANCISCA FERREIRA — 45.
FRANCISCA (D.) MANUEL DE VILHENA — 147.
FRANCISCA (D.) DE NORONHA — 13.
FRANCISCA DE OLIVEIRA — 23.
FRANCISCA (D.) DE SÁ — 122.
FRANCISCA (D.) DE SOUSA COUTINHO — 134.
FRANCISCO — 53.
FRANCISCO ÁLVARES — 33.
FRANCISCO DE ANDRADE — 129.
FRANCISCO ANTÓNIO DE LEMOS — 150.
FRANCISCO DE AZEVEDO — 58.
FRANCISCO BARRETO — 62.
FRANCISCO (D.) DE CARCOMO LOBO — 153.
FRANCISCO (D.) DA COSTA — 132.
FRANCISCO DA COSTA ATAÍDE TEIVE — 48.
FRANCISCO DA COSTA CAMPOS — 103.
FRANCISCO (P.º) D ACUNHA SOTO MAIOR — 97.
FRANCISCO DIAS — 40.
FRANCISCO DIAS SOARES — 34.
FRANCISCO FERNANDES RAVASCO — 49.
FRANCISCO (P.º) FERREIRA — 79.
FRANCISCO FERREIRA MARTINS — 154.
FRANCISCO FIGUEIRA DALMA — 155.
FRANCISCO DE FIGUEIREDO CARDOSO — 77.
FRANCISCO FRANCO — 20.
FRANCISCO (D.) GASCO E MELO — 144.
FRANCISCO (D.) DA GAMA — 112, 115, 118.
FRANCISCO GOMES DE ALMADA — 81.
FRANCISCO GOMES DE AZEVEDO — 58.
FRANCISCO HENRIQUES PINTO — 89.
FRANCISCO LOPES — 25.
FRANCISCO LOPES DA COSTA — 133.
FRANCISCO LOPES DE FONTES — 49.

FRANCISCO MACHADO DE FIGUEIREDO — 27.
FRANCISCO MANUEL PESSANHA COUTINHO — 108.
FRANCISCO MARQUES DE TÁVORA — 37.
FRANCISCO MARTINS DE CASTELO BRANCO — 37.
FRANCISCO (D.) DOS MÁRTIRES — 68.
FRANCISCO (D. Fr.) DOS MÁRTIRES — 66, 67.
FRANCISCO MATEUS — 9.
FRANCISCO DE MELO DE CASTRO — 91, 92.
FRANCISCO DE MELO DE SÃO PAIO — 27.
FRANCISCO DE MENDONÇA — 61.
FRANCISCO MONIZ DE CARVALHO — 66.
FRANCISCO PEIXOTO — 17.
FRANCISCO PEREIRA — 13.
FRANCISCO PEREIRA GARCEZ — 154.
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE SOUSA DE MENEZES — 143.
FRANCISCO RA... — 54.
FRANCISCO REBELO RODOVALHO — 25.
FRANCISCO DO RÊGO — 65.
FRANCISCO ROIZ — 15, 23.
FRANCISCO (P.º) ROIZ DE CARVALHO — 130.
FRANCISCO DE SÁ — 59.
FRANCISCO SERRÃO — 28.
FRANCISCO DA SILVA — 129.
FRANCISCO DE SOUSA FALCÃO — 87.
FRANCISCO DE SOUSA DE SEQUEIRA — 132.
FRANCISCO DO SOUTO — 51.
FRANCISCO TOSCANO DE SOUSA — 15.
FRANCISCO (P.º) VAZ FURTADO — 65.
FRANCISCO (D.) XAVIER — 153.
FRANCISCO (S.) XAVIER — 103.
FRANCISCO XAVIER A. LOBATO DE FARIA — 155
FRANCISCO XAVIER DE S. MALAQUIAS — 155.
FREIRE — Vid. Simão Freire.
FREITAS — Vid. Jordão de Freitas.
FREIXO — Vid. Sebastião Pinto do Freixo.
FROIS — Vid. P.º Vicente Frois.

FURTADO — Vid. Afonso Furtado, P.º Francisco Vaz Furtado
 GABRIEL MONTEIRO — 78.
 GABRIEL ROIZ — 22.
 GALDINO — Vid. (D. Fr.) Manuel de S. Galdino.
 GALVÃO VIEGAS — 11.
 GAMA — Vid. D. Francisco da Gama, Joaquim Manuel Correia da
 Silva e Gama, D. Luís da Gama, Manuel Francisco Cor-
 reia da Silva e Gama, Vasco da Gama, D. Vasco da
 Gama.
 GAMBOA — Vid. Diogo Mexia de Gamboa.
 GARCEZ — Vid. Francisco Pereira Garcez.
 GARCIA — Vid. Duarte Garcia, Martim Garcia, Mateus Garcia.
 GARCIA DE MELO — 53.
 GARCIA MENDES RAPOSO — 44.
 GARCIA (D.) DE NORONHA — 73.
 GARCIA DE SÁ — 57, 58.
 GASCO — Vid. Rui Gomes Gasco.
 GASPARE DE AL... CAMELO — 56.
 GASPARE DE ANDRADE RÊGO — 127.
 GASPARE BARBOSA DENIZ — 82.
 GASPARE DA CUNHA — 36.
 GASPARE FERNANDES — 19, 141.
 GASPARE FERNANDES ARMÊNIO — 39.
 GASPARE (D.) DE LEÃO — 67.
 GASPARE LOPES — 26.
 GASPARE (D.) DE ORNELAS — 133.
 GASPARE PEREIRA — 56.
 GASPARE RIBEIRO — 37.
 GASPARE (P.º) DE VALADARES SOTO MAIOR — 89.
 GIL — Vid. Afonso Gil, Margarida Gil.
 GIL (D.) ANES DE NORONHA — 136.
 GIRÃO — Vid. Luís Braga Girão.
 GOIS — Vid. Diogo Lopes de Gois, Luís João de Gois.
 GOMES — Vid. Baltasar Gomes, Diogo Gomes, Domingos Gomes,
 Gregório Gomes, João Gomes, Jorge Gomes, Madalena
 Gomes, Martim Gomes.

GOMES LOBO — 35.
GOMES SOARES — 46.
GOMIDE — Vid. Mateus de Gomide.
GONÇALO BORGES VELOSO — 110.
GONÇALO CARVALHO — 36.
GONÇALO CORREIA — 49.
GONÇALO DIÓZ — 13.
GONÇALO FERNANDES — 8, 21.
GONÇALO (D.) DE MENEZES — 53.
GONÇALO PEREIRA DO LAGO — 127.
GONÇALO PINTO — 121.
GONÇALO ROIZ — 46.
GONÇALO DE SOUSA — 12.
GONÇALO VAZ — 26.
GONÇALVES — Vid. Ângela Gonçalves, Baltasar Gonçalves, Isabel
Gonçalves, João Gonçalves, Luís Gonçalves, Manuel
Gonçalves, Pedro Gonçalves, Sebastião Gonçalves, Tomé
Gonçalves.
GONÇALVES — ...23.
GOUVEIA — Vid. Catarina Gouveia, José da Silva Gouveia.
GRACIA NUNES DE ARAÚJO — 18.
GRAMACHO — Vid. Diogo Nunes Gramacho.
GREGÓRIO DE ANDRADE — 23.
GREGÓRIO DA COSTA DE SOUSA — 43.
GREGÓRIO GOMES — 14.
GUILHERME DE BRUGES — 15.
GUIOMAR (D.) — 6.
GUIOMAR FERNANDES — 24, 49.
GUIOMAR (D.) DE SOUSA — 19.
GUTERRES (?) — Vid. Simão Guterres.
HEITOR RIBEIRO — 64.
HEITOR DE SOUSA — 41.
HENRIQUE (CARDEAL INFANTE D.) — 142.
HENRIQUE CARNEIRO DE ARAGÃO — 121.
HENRIQUE CORREIA — 38.
HENRIQUE GOMES DA SILVEIRA — 15.

HENRIQUE (P.º) LAINEZ — 129.
HENRIQUE JAQUES DE MAGALHAIS — 73.
HENRIQUE MENDES — 30.
HENRIQUE ROIZ — 31.
HENRIQUE DE SOUSA — 41.
HORTA — Vid. Tomé de Horta.
INÁCIA DA COSTA VELEZ — 61.
INÁCIO AUGUSTO ALVES — 150.
INÊS — 15, 49.
INÊS (D.) — 32.
INÊS COELHO — 59.
INÊS FERNANDES — 24.
INÊS FERREIRA — 46, 62.
INÊS FIGUEIRA — 49.
INÊS (D.) DE MELO — 131.
INÊS DE MELO PEREIRA — 134.
INÊS (D.) DA SILVA — 13.
INOCÊNCIO X — 105, 107.
ISABEL — 33, 38.
ISABEL (D.) — 29.
ISABEL DE ALMEIDA — 132.
ISABEL DE ATAÍDE — 40.
ISABEL BOTELHO — 17, 92.
ISABEL DE BRITO — 41.
ISABEL DIAS — 28.
ISABEL DA FONSECA — 7.
ISABEL GONÇALVES — 10.
ISABEL JORGE — 18, 51.
ISABEL (D.) DE MORAIS — 141.
ISABEL PEREIRA — 19.
ISABEL PIMENTA — 64.
ISABEL MOREIRA (?) PINTO — 47.
ISABEL (D.) DE QUADROS — 65.
ISABEL (D.) DO RÊGO — 38.
ISABEL ROIZ — 40.
ISABEL DE SÁ — 10.

ISABEL DE SEIXAS — 63.
ISABEL DA SILVA — 47.
ISABEL (D.) DE VASCONCELOS — 14.
J. J. LOPES DE LIMA — 116.
JÁCOME — Vid. P.º Diogo Jácome.
JÁCOME DAS PÓVOAS — 35.
JAIME LOBO DA SILVA — 95.
JAVEZ — Vid. Jorge Correia Javez.
JEPR.º (?) — Vid. Antónia Jepr.º
JERÓNIMA DE LIMA — 37.
JERÓNIMA DA VEGA — 30.
JERÓNIMO ANTÓNIO PUSSICH — 114.
JERÓNIMO DE ARAÚJO — 131.
JERÓNIMO (D.) DE MASCARENHAS — 151.
JERÓNIMO DE MENDONÇA FURTADO ALBUQUERQUE — 108.
JERÓNIMO DEL RIO AIALA — 122.
JERÓNIMO ROIZ — 36.
JERÓNIMO DO VADRE REBELO — 27, 150.
JERÓNIMO (P.º) VAZ — 41.
JOANA (D.) — 25.
JOANA (D.) DE ALBUQUERQUE — 58.
JOANA DA ATOUGUIA — 83.
JOANA BARBOSA — 86.
JOANA BORGES — 40.
JOANA DA CRUZ — 95.
JOANA DAIRA — 29.
JOANA FREIRE DE ANDRADE — 110.
JOANA LOBATO — 27.
JOANA PEREIRA — 16.
JOANA (D.) DAS PÓVOAS — 25.
JOANA SOARES — 22.
JOANA TELES DA CUNHA — 38.
JOÃO ... — 48.
JOÃO IV (D.) — 66, 67, 75, 115.
JOÃO VI (D.) — 117.
JOÃO DE AGUIAR — 29.

JOÃO (D.) DE ALBUQUERQUE — 70.
JOÃO DAS ALMAS — 53.
JOÃO DE ALMEIDA PEREIRA — 99.
JOÃO ÁLVARES — 15, 34.
JOÃO (D.) DE ATAÍDE — 145.
JOÃO (D.) GONÇALVES DE ATAÍDE — 145.
JOÃO DE AVIZ — 100.
JOÃO DE AZEVEDO — 16.
JOÃO BARRIGA SIMÕES — 62.
JOÃO CARMO... — 8.
JOÃO DE CAPANDUA — 14.
JOÃO (D.) DE CASTRO — 135.
JOÃO COELHO — 30.
JOÃO CORREIA BORGES — 76.
JOÃO DA COSTA — 29, 107.
JOÃO (D.) CRISÓSTOMO DE AMORIM — 109.
JOÃO DOMINGUES — 52.
JOÃO FERNANDES — 22, 55, 93.
JOÃO FERNANDES ESTRADA — 21.
JOÃO FERNANDES NEGREIROS — 9.
JOÃO FERNANDES DO PAÇO SÊCO — 32.
JOÃO DA FONSECA — 28.
JOÃO GOMES — 130.
JOÃO GONÇALVES — 8.
JOÃO GONÇALVES TAUR DE SÁ — 32.
JOÃO (D.) JOSÉ DE MELO — 111.
JOÃO DE LEMOS VALE — 82.
JOÃO LOBO — 35.
JOÃO (D.) LOBO — 11.
JOÃO LOPES — 99.
JOÃO LOPES PACHECO — 86.
JOÃO MACHADO — 82.
JOÃO MACHADO L.^a (?) — 152.
JOÃO DA MAIA CALDEIRA — 23.
JOÃO MARTINS DE ALMEIDA — 55.
JOÃO DE MELO DE SAMPAIO — 100, 154.

JOÃO (D.) DE MENEZES — 53.
JOÃO PEDROSA — 14.
JOÃO PEREIRA — 99.
JOÃO (P.º) PEREIRA MOURATO — 88.
JOÃO RIBEIRO — 64.
JOÃO ROIZ DA COSTA — 146.
JOÃO ROIZ MACHADO — 20.
JOÃO ROIZ PANELAS DE PÓLVORA — 86.
JOÃO ROIZ DE SÁ DE MENEZES — 21.
JOÃO DE SEQUEIRA — 39.
JOÃO DA SILVA TELO — 115.
JOÃO SIMÕES DE CARVALHO — 132.
JOÃO SOARES DA VEIGA — 94, 97.
JOÃO DE SOUSA LOBO — 59.
JOÃO TELES DA SILVA — 114.
JOÃO DA VEIGA SOTO MAIOR — 25.
JOAQUIM GUSTAVO ADOLFO — 101.
JOAQUIM JOSÉ FERRÃO — 148.
JOAQUIM MANUEL CORREIA DA SILVA E GAMA — 147.
JOAQUIM MOURÃO GARCEZ PALHA — 149.
JORDÃO DE FREITAS — 45.
JORDÃO DE MOURA — 7.
JORDÃO DE SOUSA — 56.
JORGE — Vid. Isabel Jorge, Manuel Jorge.
JORGE CABRAL — 135.
JORGE CORREIA JAVEZ — 22.
JORGE DA COSTA — 6.
JORGE DIAS — 28.
JORGE F.º FIGUEIREDO (?) — 10.
JORGE FERNANDES — 39.
JORGE FERNANDES ARMÊNIO — 18.
JORGE GOMES — 31, 34.
JORGE LUÍS — 40.
JORGE PEREIRA — 38.
JORGE SOARES — 62.
JORGE (D.) TEMUDO — 70.

JOSÉ (D.) — 117.
JOSÉ DUARTE DE CARVALHO — 77.
JOSÉ FERREIRA PESTANA — 140.
JOSÉ FRANCISCO LEITE DE SOUSA E NORONHA — 100.
JOSÉ LOBATO DE FARIA — 148.
JOSÉ (D.) MARIA DE CASTRO E ALMEIDA DE SEQUEIRA E
ABREU — 138.
JOSÉ MARIA PIRES — 99.
JOSÉ DE MORAIS — 41.
JOSÉ PAULO DA COSTA PEREIRA DE ALMEIDA — 76, 109, 119.
JOSÉ (P.º) REBELO — 79.
JOSÉ DA ROCHA DANTAS E MENDONÇA — 6, 8.
JOSÉ DA SILVA GOUVEIA — 113.
JOSÉ SIMÕES DOS REIS — 145.
JOSÉ DE SOUSA DE ELVAS — 146.
JÚLIA (D.) ERMITA PEREIRA DE CAMPOS MONIZ — 154.
JULIANA (D.) — 132.
JULIANA DOS REIS — 39.
JÚLIO SIMÃO — 73.
JULIUS SIMON — 67, 120.
JUZARTE — Vid. Lourenço Juzarte.
L.ª (?) — Vid. João Machado L.ª, Paulo Machado L.ª.
LAGO — Vid. Gonçalo Pereira do Lago.
LAINES — Vid. P.º Henrique Lainez.
LANÇAROTE PIR... — 11.
LEÃO — Vid. D. Gaspar de Leão.
LEITÃO — Vid. Bastião Leitão, D. Natália Leitão.
LEMOS — Vid. D. Ana Maria L. R. da C. e Lemos, Antónia de
Lemos, Domingos de Olveira de Lemos, Duarte de
Lemos, Francisco António de Lemos, Luís de Lemos.
LEONARDO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA (?) — 133.
LEONARDO PAIS — 98.
LEONOR CORDEIRO DA CUNHA — 99.
LEONOR CORREIA — 10.
LEONOR MASCARENHAS — 91.
LEONOR (D.) MASCARENHAS — 91, 92.

LEONOR MENDES — 50.
LEONOR DE SOUSA — 35.
LIMA — Vid. J. J. Lopes de Lima, Jerónima de Lima, Lopo Gomes
de Abreu e Lima, D. Mariana de Lima, Vitória de Lima.
LISBOA — Vid. Fr. Cristóvão de Lisboa.
LIZARDA (D.) DE MENDONÇA CORTE REAL — 149.
LOBATO — Vid. Joana Lobato.
LOBO — Vid. António Lobo, D. Cristiana Joaquina Mourão de Cár-
come Lobo, D. Francisco de Cárcome Lobo, Gomes
Lobo, João Lobo, D. João Lobo, João de Sousa Lobo,
D. Luís José de Cárcome Lobo.
LOPES — Vid. Beatriz Lopes, Catarina Lopes, Elena Lopes, Fran-
cisco Lopes, Gaspar Lopes, João Lopes, Maria Lopes,
Paula Lopes.
LOPO (MESTRE) — 16.
LOPO GOMES DE ABREU E LIMA — 45, 54.
LOPO NEGREIROS — 9.
LOURENÇO ... — 33.
LOURENÇO ÁLVARES — 44.
LOURENÇO BOTELHO — 30.
LOURENÇO DE CARVALHO DA CUNHA — 12.
LOURENÇO ESTROCI — 45.
LOURENÇO JUZARTE — 80.
LOURENÇO DE MORAIS — 137.
LUCAS DA FONSECA — 93.
LUCAS (P.^o) LUÍS — 74.
LUCENA — Vid. Diogo de Lucena.
LUISA (D.) COUTINHO — 17.
LUISA (D.) FRANCA — 156.
LUISA MASCARENHAS — 39.
LUÍS ... — 28.
LUÍS DE ABREU BUSTAMANTE — 83.
LUÍS AFONSO DANTAS — 141.
LUÍS ÁLVARES — 55.
LUÍS (D.) DE ATAÍDE — 145.
LUIS DE AZEVEDO — 58.

- LUÍS BORGES DE SOUSA — 95.
LUÍS BRAGA GIRÃO — 85.
LUÍS (D. Fr.) DE BRITO — 96.
LUÍS (D.) CAETANO DE ALMEIDA — 138.
LUÍS DE CARVALHO — 20.
LUÍS COELHO — 10.
LUÍS DIAS — 38.
LUÍS DOMINGUES (?) — 43.
LUÍS FERNANDES — 31.
LUÍS DA FONSECA — 78.
LUÍS (P.º) DA FONSECA — 79.
LUÍS DA FONSECA DE SÃO PAIO — 81.
LUÍS (D.) DA GAMA — 52.
LUÍS GONÇALVES — 42.
LUÍS JOÃO DE GÓIS — 81.
LUÍS (D.) JOSÉ DE CARCOME LOBO — 144, 144 nota.
LUÍS DE LEMOS — 39.
LUÍS MARTINS — 40.
LUÍS DA MOTA — 142.
LUÍS MENDES FEIO — 16.
LUÍS (D.) DE MENEZES — 152.
LUÍS MENEZES DE VASCONCELOS — 128.
LUÍS MONTEIRO — 96.
LUÍS PERES PACHECO — 57.
LUÍS DO RÊGO DE MESQUITA — 17.
LUÍS TR.ª ZUZARTE — 20.
LUÍS TRERREJÃO — 21.
MACEDO — Vid. Manuel de Freitas de Macedo.
MACHADO — Vid. Cristóvão Machado, João Machado, João Roiz Machado.
MADALENA CARNEIRO — 37.
MADALENA GOMES — 7.
MADALENA DA SILVEIRA — 36.
MADEIRA — Vid. Manuel Martins Madeira, Simoa Madeira.
MAGALHÃES — Vid. Henrique Jaques de Magalhães, Pedro Jaques de Magalhães.

MANUEL DE ABREU — 59.
MANUEL DE ALMEIDA — 18.
MANUEL ALVARES — 22.
MANUEL DE ANDRADE — 129.
MANUEL BOTAS — 40.
MANUEL (D.) DA CÂMARA — 5, 117.
MANUEL DE CARVALHO — 27.
MANUEL (D.) DE CASTELBRANCO — 122.
MANUEL (P.º) CORREIA DA SILVA — 81.
MANUEL DIAS — 41.
MANUEL DIAS COUTO — 55.
MANUEL FERNANDES — 26, 34.
MANUEL (P.º) FERNANDES — 79.
MANUEL FERNANDES DA ROCHA — 94, 98.
MANUEL FERREIRA — 82.
MANUEL FRANCISCO CORREIA DA SILVA E GAMA — 147.
MANUEL DE FREITAS DE MACEDO — 128.
MANUEL GONÇALVES — 132.
MANUEL JOAQUIM DENIZ DE AIALA — 100.
MANUEL JORGE — 89.
MANUEL LEITÃO DE ANDRADE — 108.
MANUEL LOURENÇO — 38.
MANUEL MARTINS MADEIRA — 47.
MANUEL MASCARENHAS DE ANDRADE — 17.
MANUEL MENDES — 56.
MANUEL MIRANDA — 29.
MANUEL DE MORAIS — 50.
MANUEL DE MORAIS SUPICO (?) — 90.
MANUEL NOGUEIRA COELHO — 36.
MANUEL PACHECO DE BRITO — 10.
MANUEL PEREIRA — 18.
MANUEL PINTO — 16.
MANUEL (D.) DE PORTUGAL E CASTRO — 114, 140.
MANUEL RAMOS — 87.
MANUEL ROIZ — 16, 85.
MANUEL DE SALDANHA — 33, 136.

MANUEL DE SAMPAIO — 32.
MANUEL (D. Fr.) DE S. GALDINO — 108.
MANUEL DA SERRA — 11.
MANUEL DA SILVA — 18, 60.
MANUEL SOARES VELHO — 151.
MANUEL DE SOUSA — 23.
MANUEL DE SOUSA E MENEZES — 131.
MANUEL (D.) DE SOUSA E MENEZES — 72.
MANUEL TELES — 41.
MANUEL (D. Fr.) TELES BARRETO — 71.
MANUEL VAREIRO DA SILVA — 132.
MARCOS (P.º) ÁLVARES — 75.
MARGARIDA (D.) DE ANDRADE — 87.
MARGARIDA (D.) BATALHA — 86.
MARGARIDA DE CAMINHA — 29.
MARGARIDA GIL — 63.
MARGARIDA MARTINS — 21.
MARGARIDA (D.) DE MENEZES — 88.
MARIA ... — 36, 82.
MARIA (D.) — 121.
MARIA ÁLVARES — 34, 42.
MARIA ALVES — 32.
MARIA (D.) DE ANDRADE — 17.
MARIA (D.) ANGÉLICA DE S. MALAQUIAS — 155.
MARIA ANTÓNIA FRANCISCA XAVIER DA COSTA CAMPOS
— 103.
MARIA (D.) DE ARAÚJO — 131.
MARIA (D.) DE AZEVEDO — 27, 37.
MARIA (D.) CORTEZ — 74.
MARIA DA COSTA — 14, 26.
MARIA DIAS DO AMARAL — 128.
MARIA FERNANDES — 13.
MARIA (D.) FERRAZ — 57.
MARIA DE FIGUEIREDO — 18.
MARIA FRANCISCA — 56.
MARIA LOPES — 24.

- MARIA (D.) MASCARENHAS — 127.
MARIA MENDES — 12.
MARIA MONTEIRO — 14.
MARIA (D.) DE MORAIS — 27.
MARIA DAS NEVES — 31.
MARIA NOBRE — 130.
MARIA (D.) NOBRE — 41.
MARIA (D.) PACHECO — 30.
MARIA PAIS — 43.
MARIA PEIXOTO — 44.
MARIA PEREIRA — 25.
MARIA (D.) PEREIRA — 42.
MARIA REGINA FRANCISCA PALHA E PIRES — 99.
MARIA DE RESENDE ESCOVAR — 129.
MARIA RIBEIRO — 37.
MARIA (D.) RITA DE MELO SOTO MAIOR TELES — 143, 144.
MARIA ROIZ — 46.
MARIA (D.) ROLIM — 52.
MARIA (D.) DE SERGEIRA — 155.
MARIA SOARES — 44.
MARIA TERESA DE SOUSA — 94, 97.
MARIA (D.) TOMÁSIA FRANCISCA XAVIER DE VELASCO PEREIRA E VASCONCELOS — 6.
MARIA ... DA ZIANE — 9.
MARIANA (D.) DE LIMA — 34.
MARIANA (D.) PEREIRA DE MIRANDA — 134.
MARIANA (D.) SOARES — 128.
MARINHO — Vid. Simão Marinho.
MARINUS — Vid. Didacus Francus Marinus.
MARTIM GARCIA — 19.
MARTIM GOMES — 64.
MARTIM ROIZ — 34.
MARTINS — Vid. António Martins, Fernão Martins, Francisco Ferreira Martins, Luís Martins, Margarida Martins, Rodrigo Martins.

- MÁRTIRES — Vid. D. Francisco dos Mártires, D. Fr. Francisco dos Mártires.
- MASCARENHAS — Vid. D. Jerónimo de Mascarenhas, Leonor de Mascarenhas, D. Leonor Mascarenhas, Luisa Mascarenhas, D. Maria Mascarenhas.
- MATA — Vid. Luís da Mata.
- MATEUS (D.) — 69.
- MATEUS CORREIA — 43.
- MATEUS GARCIA — 57.
- MATEUS (D.) GOMES FERREIRA — 76.
- MATEUS DE GOMIDE — 51.
- MATEUS PAIS FRAGOSO — 26.
- MATEUS DE SEQUEIRA — 14.
- MATOS — Vid. Ana Matos.
- MECIA VAZ ESFIEIRA — 28.
- MELINDE — Vid. António Roiz Melinde.
- MELO — Vid. D. Francisco Gasco e Melo, Garcia de Melo, D. Inês de Melo, D. João José de Melo.
- MENDES — Vid. Beatriz Mendes, Henrique Mendes, Leonor Mendes, Manuel Mendes, Maria Mendes, Ursula Mendes.
- MENDOÇA — Vid. António Dias de Mendoça, Francisco de Mendoça.
- MENDONÇA — Vid. D. Antónia Francisca Furtado de Mendonça, Domingos da Silva de Mendonça, José da Rocha Dantas e Mendonça, D. Micaela Furtado de Mendonça.
- MENEZES — Vid. D. Aleixo de Menezes, D. Fr. Aleixo de Menezes, D. Ana Maria da Silva Telo e Menezes, D. Antónia Francisca de Menezes, Francisco Pereira da Silva de Sousa de Menezes, D. Gonçalo de Menezes, D. João de Menezes, João Roiz de Sá de Menezes, D. Luís de Menezes, Manuel de Sousa e Menezes, D. Manuel de Sousa e Menezes, D. Margarida de Menezes, D. Paula de Menezes.
- MESQUITA — Vid. Luís do Rêgo da Mesquita.
- MICAELA (D.) FURTADO DE MENDONÇA — 150.
- MIGOS — Vid. Sebastião Álvares Migos.

- MIGUEL DE AGUIAR — 59.
MIGUEL DE ALMEIDA — 7.
MIGUEL CARLOS L. DE FARIA — 155.
MIGUEL FERNANDES REBELO — 75.
MIGUEL (D.) DE NORONHA — 111, 112.
MILÃO — Vid. D. Catarina de Milão.
MIRANDA — Vid. Manuel Miranda, D. Mariana Pereira de Miranda.
MONIZ — Vid. D. Júlia Ermita Pereira de Campos Moniz.
MONTE — Vid. Ana do Monte.
MONTEIRO — Vid. Álvaro Monteiro, Gabriel Monteiro, Luís Monteiro, Maria Monteiro, Rodrigo Monteiro.
MONROI ... — Vid. D. Tristão de Monroi ...
MORAIS — Vid. D. Ana (?) de Moraes, André de Moraes, D. Domingas de Moraes, D. Isabel de Moraes, José de Moraes, Lourenço de Moraes, Manuel de Moraes, D. Maria de Moraes, Sebastião José Jácome de Sousa Moraes, Serafina de Moraes.
MORAIS — 124.
MOTA — Vid. Paulo da Mota.
MOURA — Vid. Jordão de Moura.
MOURÃO — Vid. D. Emília da Costa Campos Mourão, Felipe Mourão.
MOURATO — Vid. P.º João Pereira.
MOURÕES — 133.
NATÁLIA (D.) LEITÃO — 131.
NATALIM DE PACHAM — 42.
NEGREIROS — Vid. João Fernanes Negreiros, Lopo Negreiros.
NETO — Vid. Bastião Neto.
NEVES — Vid. Maria das Neves.
NICOLAU PIMENTA — 131.
NICOLAU PINTO — 55, 88.
NOBRE — Vid. Maria Nobre, D. Maria Nobre.
NORONHA — Vid. D. Afonso de Noronha, D. Antão de Noronha, D. António de Noronha, D. Diogo de Noronha, D. Elena de Noronha, D. Francisca de Noronha, D. Fernando de Noronha, D. Garcia de Noronha, D. Gil Anes de Noro-

- nha, José Francisco Leite de Sousa e Noronha, D. Miguel de Noronha, D. Pedro António de Noronha.
- NUNES — Vid. Antónia Nunes, António Nunes, Beatriz Nunes, Briolanja Nunes, Rafael Nunes.
- NUNO DA COSTA COTRIM — 11.
- NUNO FERNANDES DE ATAÍDE — 128.
- NUNO PEREIRA — 35.
- OLIVEIRA — Vid. Diogo Mendes de Oliveira, Francisca de Oliveira, Tristão de Oliveira.
- ORNELAS — Vid. D. Gaspar de Ornelas.
- PACHAM — Vid. Natalim de Pacham.
- PACHECO — Vid. André Pacheco, João Lopes Pacheco, Luis Peres Pacheco, D. Maria Pacheco.
- PÁDUA — Vid. Fr. António de Pádua.
- PAIS — Vid. António Pais, Catarina Pais, Leonardo Pais, Maria Pais.
- PALHA — Vid. Cândido José Mourão Garcez Palha, Joaquim Mourão Garcez Palha, Vítor Anastácio Mourão Garcez Palha.
- PANELAS DE PÓLVORA — Vid. João Roiz Panelas de Pólvora.
- PAULA (D.) — 118.
- PAULA LOPES — 49.
- PAULA (D.) DE MENEZES — 93.
- PAULO MACHADO L.^a (?) — 152.
- PAULO DA MOTA — 64.
- PAULO (P.^o) VAZ — 98.
- PAVIA — Vid. Violante de Araújo de Pavia.
- PAZ — Vid. Vicente Henrique da Paz, Vicente Henriques da Paz.
- PEDRO ÁLVARES — 142.
- PEDRO ÁLVARES DE ABREU — 37.
- PEDRO ÁLVARES PEREIRA — 35.
- PEDRO ANTÓNIO DE NORONHA — 120.
- PEDRO DIAS — 46.
- PEDRO DIAS DE CARVALHO — 7.
- PEDRO FERNANDES — 63.
- PEDRO FERNANDES DA ROCHA — 94, 98.
- PEDRO FR.^a (?) — 59.

- PEDRO GONÇALVES — 60.
PEDRO GONÇALVES PEREIRA — 78.
PEDRO JAQUES DE MAGALHÃES — 73.
PEDRO SIMÕES — 10.
PEDRO DE SOUSA — 53.
PEDROSA — Vid. João Pedrosa.
PEIXOTO — Vid. Francisco Peixoto, Maria Peixoto.
PEREIRA — Vid. Aldonça Pereira, Ana Pereira, António Pereira, António Álvares Pereira, Francisco Pereira, Gaspar Pereira, Inês de Melo Pereira, Isabel Pereira, Joana Pereira, João Pereira, João de Almeida Pereira, Jorge Pereira, Manuel Pereira, Maria Pereira, D. Maria Pereira, Nuno Pereira, Pedro Álvares Pereira, Pedro Gonçalves Pereira, Pero do Rêgo Pereira, Violante Camelo Pereira.
PEREIRAS — 124.
PERES — Vid. P.º Caetano João Peres, Joaquim Gustavo Adolfo Peres.
PERO DE AMARAL PIMENTA — 132.
PERO FERNANDES — 28, 42.
PERO LOPES DE SOUSA — 122.
PERO DO RÊGO PEREIRA — 38.
PERO ROIZ — 31.
PERO ROIZ BOTT.º (?) — 110.
PERO TAVARES — 40.
PERO VAZ CARNEIRO — 24.
PERO VILHEGAS — 89.
PESSOA — Vid. D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa.
PESTANA — Vid. José Ferreira Pestana.
PIMENTA — Vid. Isabel Pimenta, Nicolau Pimenta, Pero de Amaral Pimenta.
PIMENTEIS — 124.
PINA — Vid. Rui de Pina.
PINHEIRO — Vid. Baltasar Pinheiro.
PINTO — Vid. Diogo Pires Pinto, Felipa Roiz Pinto, Francisco Hen-

- riques Pinto, Gonçalo Pinto, Isabel Moreira (?) Pinto,
Manuel Pinto, Nicolau Pinto.
- PIR... — Vid. Lançarote Pir...
- PIRES — Vid. José Maria Pires, Maria Regina Francisca Palha
Pires.
- PISARRO — Vid. António Gonçalves Pizarro.
- PÓVOAS — Vid. Jácome das Póvoas, D. Joana das Póvoas, Salva-
dor das Póvoas.
- PRADO — Vid. Valentim do Prado.
- PRETO — Vid. Reimão Falcão Preto, Simão Gonçalves Preto.
- PUSSICH — Vid. Jerónimo António Pussich.
- QUADROS — Vid. António de Quadros, Isabel de Quadros.
- RA... — Vid. Francisco Ra...
- RAFAEL NUNES — 11.
- RAMOS — Vid. Manuel Ramos.
- RAPOSO — Vid. Garcia Mendes Raposo, D. Teodósia Raposo.
- RASQUINHO — Vid. Diogo Rasquinho.
- RAVASCO — Vid. Francisco Fernandes Ravasco.
- REBÊLO — Vid. António Rebêlo, Jerónimo do Vadre Rebêlo,
P.º José Rebêlo, Miguel Fernandes Rebêlo.
- REBOLO — Vid. Silvestre Rebolo.
- RÊGO — Vid. Francisco do Rêgo, Gaspar de Andrade Rêgo, D. Isa-
bel do Rêgo, Simão Pires do Rêgo.
- REIMÃO FALCÃO PRETO — 13.
- REIS — Vid. José Simões dos Reis, Juliana dos Reis, D. Rosa Erme-
linda Elvaim Ferreira dos Reis.
- RIBEIRO — Vid. Gaspar Ribeiro, Heitor Ribeiro, João Ribeiro,
Maria Ribeiro, Simão Ribeiro.
- ROBOREDO — Vid. Violante Roboredo.
- ROCHA — Vid. Felipa da Rocha, Manuel Fernandes da Rocha,
Pedro Fernandes da Rocha.
- RODOVALHO — Vid. Francisco Rebêlo Rodovalho.
- RODRIGO HOMEM CABRAL — 149.
- RODRIGO (D.) DA COSTA — 153.
- RODRIGO FALEIRO — 33.
- RODRIGO MARTINS — 63.

- RODRIGO MONTEIRO — 51.
ROGÉRIO DE FARIA — 139.
ROIZ — Vid. Afonso Roiz, António Roiz, P.º António Roiz, Baltasar Roiz, Catarina Roiz, Cristóvão Roiz, Fe... Roiz, Francisco Roiz, Gabriel Roiz, Gonçalo Roiz, Henrique Roiz, Isabel Roiz, Jerónimo Roiz, Manuel Roiz, Maria Roiz, Martim Roiz, Pero Roiz.
ROLIM — Vid. D. Diogo Rolim, D. Maria Rolim.
ROQUE DARES — 53.
ROQUE DA SILVA — 57.
ROSA (D.) ERMELINDA ELVAIM FERREIRA DOS REIS — 145.
ROSA (D.) MARIA LOBATO GAMEIRO DE FARIA — 146.
RUI — 48.
RUI DA COSTA TRAVASSOS — 22.
RUI GOMES BARACHO — 85.
RUI GOMES GASCO — 47.
RUI PAULO — 87.
RUI DE PINA — 62.
SÁ — Vid. Bastião de Sá, D. Francisca de Sá, Francisco de Sá, Garcia de Sá, Isabel de Sá, João Gonçalves Taur de Sá.
SALDANHA — Vid. Manuel de Saldanha.
SALVADOR DAS PÓVOAS — 25.
SAMPAIO — Vid. João de Melo de Sampaio, Manuel de Sampaio.
SANDE — Vid. António de Azevedo de Sande.
SANTA ANA — Vid. P.º Fr. Diogo de Santa Ana.
SANTA MARIA — Vid. D. Fr. André de Santa Maria.
S. MALAQUIAS — Vid. Francisco Xavier de S. Malaquias, D. Margarida Angélica de S. Malaquias.
S. PAIO — Vid. António de Almeida S. Paio, Francisco de Melo de S. Paio, Luís da Fonseca de S. Paio, Tristão de Melo de S. Paio.
S. PEDRO — Vid. D. Fr. Sebastião de S. Pedro.
SARMENTO — Vid. Tomaz Velasco Sarmento.
SEBASTIANA DIAS DA SILVA — 132.
SEBASTIANA (D.) DE SOUSA — 19.
SEBASTIÃO (D.) — 66, 120.

- SEBASTIÃO ÁLVARES MIGOS — 83.
SEBASTIÃO DE ARAÚJO — 127.
SEBASTIÃO (P.º) DA COSTA — 122.
SEBASTIÃO DA FONSECA — 55.
SEBASTIÃO GONÇALVES — 50.
SEBASTIÃO JOSÉ JACOME DE SOUSA MORAIS — 119.
SEBASTIÃO PINTO DO FREIXO — 34.
SEBASTIÃO (D. Fr.) DE S. PEDRO — 71.
SÊCO — Vid. Domingos Luís Sêco, João Fernandes do Paço Sêco.
SEIXAS — Vid. Isabel de Seixas.
SEPÚLVEDA — Vid. Simão Fernandes Sepúlveda.
SEQUEIRA — Vid. Álvaro de Sequeira, Belchior Correia de Sequeira, Francisco de Sousa de Sequeira, João de Sequeira, Mateus de Sequeira, Vitorino José de Sequeira.
SERAFINA DE MORAIS — 26.
SERGEIRA — Vid. D. Maria de Sergeira.
SERRA — Vid. Manuel da Serra.
SERRÃO — Vid. Francisco Serrão.
SIDRÃO — Vid. António Sidrão.
SILVA — Vid. D. Alberto da Silva, D. Ana da Silva, Elena da Silva, Francisco da Silva, D. Inês da Silva, Isabel da Silva, Jaime Lobo da Silva, João Teles da Silva, Manuel da Silva, P.º Manuel Correia da Silva, Manuel Vareiro Silva, Roque da Silva, Sebastiana Dias da Silva, Simão Gomes da Silva.
SILVEIRA — Vid. D. Fr. Cristóvão da Silveira, Henrique Gomes da Silveira, Madalena da Silveira.
SILVESTRE REBOLO — 63.
SIMÃO ALVO — 40.
SIMÃO COELHO — 129.
SIMÃO DIAS — 31, 56.
SIMÃO FALCÃO — 60.
SIMÃO FERNANDES — 55.
SIMÃO FERNANDES SEPÚLVEDA — 142.
SIMÃO FREIRE — 12.
SIMÃO GOMES DA SILVA — 74.

- SIMÃO GONÇALVES PRETO — 13.
SIMÃO GUTERRES (?) — 32.
SIMÃO MARINHO — 86.
SIMÃO PIRES DO RÊGO — 8.
SIMÃO DO RÊGO FIALHO — 25.
SIMÃO RIBEIRO — 45.
SIMÃO VAZ — 12, 35, 93.
SIMOA ANTUNES — 79.
SIMOA DE CEIA — 20.
SIMOA FRANCISCA — 40.
SIMOA MADEIRA — 60.
SIMÕES — Vid. Catarina Simões, João Barriga Simões, Pedro Simões.
SOARES — Vid. Aleixo Soares, Bartolomeu Soares, Belchior Frausto Soares, Diogo Soares, Francisco Dias Soares, Gomes Soares, Joana Soares, Jorge Soares, Maria Soares, D. Mariana Soares.
SOEIRO — Vid. Catarina Soeiro.
SOUTO — Vid. Francisco do Souto.
SOTO MAIOR — Vid. D. António Soto Maior, ... Falcão Soto Maior, P.º Francisco da Cunha Soto Maior, P.º Gaspar de Valadares Soto Maior, João da Veiga Soto Maior.
SOUSA — Vid. Diogo de Sousa, D. Felipe de Sousa, Fernão de Sousa, Francisco Toscano de Sousa, Gonçalo de Sousa, Gregório da Costa de Sousa, D. Guiomar de Sousa, Heitor de Sousa, Henrique de Sousa, Jordão de Sousa, Leonor de Sousa, Luís Borges de Sousa, Manuel de Sousa, D. Maria Teresa de Sousa, Pedro de Sousa, Pero Lopes de Sousa, D. Sebastiana de Sousa, Ursula de Sousa, D. Violante de Sousa.
SUARCAS (?) — Vid. Bartolomeu Suarcas (?).
SUPICO (?) — Vid. Manuel de Morais Supico (?).
TAVARES — Vid. Pero Tavares.
TÁVORA — Vid. António da Silva Távora, D. Bernarda de Távora, Diogo Martins de Távora, Francisco Marques de Távora.
TEIVE — Vid. Francisco da Costa Ataíde Teive.

TEIXEIRA — Vid. Diogo Pinto Teixeira.
 TELES — Vid. António José de Melo Soto Maior Teles, Manuel
 Teles, D. Maria Rita de Melo Soto Maior Teles.
 TELO — Vid. João da Silva Telo.
 TEMUDO — Vid. D. Jorge Temudo.
 TEODÓSIA (D.) RAPOSO — 15.
 TERESA DE ALBUQUERQUE — 136.
 TIBAU — Vid. Fernão Martins Tibau.
 TINOCO — Vid. André Tinoco.
 TOMAZ VELASCO SARMENTO — 43.
 TOMÉ DE MELO E CASTRO — 121.
 TOMÉ DUARTE — 41.
 TOMÉ GONÇALVES — 136.
 TOMÉ DA HORTA — 80.
 TOSCANO — Vid. António Fernandes Toscano.
 TRAVASSOS — Vid. Rui da Costa Travassos.
 TREREJÃO — Vid. Luís Trerejão.
 TRISTÃO DE ATAÍDE — 128.
 TRISTÃO (D.) DE MONROI... — 61.
 TRISTÃO DE OLIVEIRA — 81.
 TRISTÃO DE MELO DE S. PAIO — 27.
 URBANO VIII — 104.
 URSULA DE ANDRADE — 83.
 URSULA MENDES — 130.
 URSULA DE SOUSA — 64.
 UTRA — Vid. Álvaro Fernandes de Utra.
 VALE — Vid. Afonso Pires do Vale, António de Gouveia do Vale,
 João de Lemos do Vale.
 VALENTIM DO PRADO — 17.
 VASCO DA GAMA — 67.
 VASCO (D.) DA GAMA — 119.
 VASCO PIRES DE FARIA — 62.
 VASCONCELOS — Vid. D. Isabel Vasconcelos, Luís Menezes de
 Vasconcelos, D. Mária Tomásia Francisca Xavier de Ve-
 lasco Pereira de Vasconcelos.

VAZ — Vid. António Vaz, Gonçalo Vaz, P.º Jerónimo Vaz, P.º Paulo Vaz, Simão Vaz.
VEGA — Vid. Jerónima da Vega.
VEIGA — Vid. Baltasar da Veiga, Brás Henriques da Veiga, João Soares da Veiga.
VELEZ — Vid. Inácia da Costa Velez.
VELHO — Vid. António Carreira Velho, Manuel Soares Velho.
VELOSO — Vid. Gonçalo Borges Veloso.
VEREDIANA (D.) CONSTANÇA LEITE DE CASTRO — 138.
VERÓNICA DIAS — 51.
VICÊNCIA (D.) — 20.
VICENTE CORREIA — 43.
VICENTE (P.º) FROIS — 87.
VICENTE HENRIQUE DA PAZ — 52.
VICENTE HENRIQUES DA PAZ — 91.
VIDAL BRAVO DA FONSECA — 126.
VIDIGUEIRA — Vid. Fernando Vidigueira.
VIEGAS — Vid. Galvão Viegas.
VILHEGAS — Vid. Pero Vilhegas.
VILHENA — Vid. D. Francisca Manuel de Vilhena.
VIOLANTE (D.) DO AMARAL — 128.
VIOLANTE DE ARAÚJO DE PAVIA — 132.
VIOLANTE CAMELO PEREIRA — 50.
VIOLANTE (D.) COUTINHO — 36.
VIOLANTE ROBOREDO — 61.
VIOLANTE (D.) DE SOUSA — 61.
VISS... — Vid. Bárbara Viss...
VÍTOR ANASTÁCIO MOURÃO GARCEZ PALHA — 154.
VITÓRIA BOTELHO — 30.
VITÓRIA DE CÁCERES — 49.
VITÓRIA DIAS DE ABREU — 64.
VITÓRIA DE LIMA — 88.
VITORINO JOSÉ DE SEQUEIRA — 147.
XASTRE — Vid. Bonifácio Xastre.
XAVIER — Vid. D. Francisco Xavier, S. Francisco Xavier.
ZACARIAS ESTEFANUS — 108.

ZIANE — Vid. Maria ...da Ziane.

ZUZARTE — Vid. Fernão de Andrade Zuzarte, Luis Tr.^a Zuzarte.

II — Cargos, misteres, títulos, etc.

- ABADE GERAL DA ORDEM DE CISTER — 72.
ADMINISTRADOR DE CAPELA — 85, 91.
ADMINISTRADOR DA CASA PROFESSA DO BOM JESUS — 101.
ADMINISTRADOR DO REAL CONVENTO DE S.^{ta} MÓNICA — 123.
ADMINISTRADORES DA SÉ — 66.
ADVOGADO — 86.
ALFAIATE — 22, 40.
ALFERES-MOR DE PORTUGAL — 53.
APONTADOR DA RIBEIRA — 28.
ARCEBISPO DE GOA — 67 a 72, 77, 79, 104, 108, 152, 153.
ARCEBISPO METROPOLITANO DE GOA — 68, 70.
ARCEBISPO PRIMAZ — 104, 120.
ARCEBISPO PRIMAZ DA ÍNDIA — 66, 68, 70 a 72.
ARCEBISPO PRIMAZ DO ORIENTE — 133.
ARCEBISPOS PRIMAZES — 66.
ARCEDÍAGO DA SÉ DE GOA — 78.
BARÃO DO CANDAL — 116, 126.
BARÃO DE SABROSO — 126.
BARBEIRO — 38.
BISPO DE COCHIM — 67, 69 a 71, 123, 130, 133.
BISPO ELEITO DE COCHIM — 96.
BISPO DE MALACA — 68.
BISPO DE MELIAPOR — 71.
BISPO DE S. TOMÉ — 96.
BISPO DE TODA A ÍNDIA — 70.
BISPOS — 123.
BOTICÁRIO — 9.
BOTICÁRIO-MOR DA ÍNDIA — 40.
BRIGADEIRO — 143, 150.

CAPELÃO FIDALGO DA CASA DE S. MAJESTADE — 97.
CAPELÃO DA SÉ DE GOA — 75, 78, 80.
CAPELÃO D ESUA MAJESTADE — 59, 74, 75.
CAPITÃO — 154.
CAPITÃO DE BAÇAIM — 56.
CAPITÃO DE BARSALOR — 14.
CAPITÃO DE CANANOR — 33, 128.
CAPITÃO DE CEILÃO — 124.
CAPITÃO DE CHAUL — 128.
CAPITÃO DA CIDADE DE GOA — 45, 54, 125, 156.
CAPITÃO DE COCHIM — 151.
CAPITÃO DE DAMÃO — 125.
CAPITÃO DE DIU — 29.
CAPITÃO DA FORTALEZA DE DAMÃO — 128.
CAPITÃO DA FORTALEZA DE MOMBAÇA — 110.
CAPITÃO DA FORTALEZA DOS REIS MAGOS — 145.
CAPITÃO GENERAL DO ESTADO DA ÍNDIA — 5, 111.
CAPITÃO GERAL DA ÍNDIA — 120.
CAPITÃO DE GOA — 128.
CAPITÃO DE MALACA — 124.
CAPITÃO DE MASCATE — 127.
CAPITÃO DE MAR E GUERRA DA ARMADA REAL — 48.
CAPITÃO DE MAR E GUERRA DA COROA — 94, 97.
CAPITÃO DE MOMBAÇA — 56.
CAPITÃO DE ORMUZ — 53, 145, 151.
CAPITÃO DO PASSO DE SANTIAGO — 110.
CAPITÃO-TENENTE — 114.
CATEQUISTA — 130.
CATOAL — 115.
CAVALEIRO DA CASA DEL-REI — 6, 9, 19, 20, 24, 25, 39, 45, 50.
CAVALEIRO FIDALGO — 12, 14, 17, 25, 86.
CAVALEIRO FIDALGO DA CASA DEL-REI — 17, 48, 51, 65, 73,
82, 83, 89, 143.
CAVALEIRO FIDALGO DA CASA DE S. MAJESTADE — 64.
CAVALEIRO DA ORDEM DE CRISTO — 6, 8, 35, 101.

CAVALEIRO PROFESSO NO HÁBITO DE CRISTO — 110, 123,
 155, 156.
 CAVALEIR OPROFESSO NO HÁBITO DE SANTIAGO — 84.
 CAVALEIRO PROFESSO DA ORDEM DE CRISTO — 42, 48, 59,
 60, 83, 95, 109, 133.
 CHANCELER DE ESTADO — 6.
 CHANCELER DO ESTADO DA ÍNDIA — 8.
 CHANCELER-MOR DA ÍNDIA — 6.
 CHANCELER DAS ORDENS MILITARES — 52.
 CHANCELER DA RELAÇÃO DE GOA — 77.
 CHANCELER DA RELAÇÃO ECLESIAÍSTICA — 81.
 CHANTRE — 75, 77.
 CHANTRE DA SÉ PRIMACIAL DE GOA — 81.
 CIRURGIÃO — 18.
 COMANDANTE DO BATALHÃO DE CAÇADORES 4 — 147.
 COMENDADOR — 138.
 COMENDADOR DA ORDEM DE AVIZ — 143.
 COMENDADOR DA ORDEM DE CRISTO — 90, 128.
 COMENDADOR DE SANTIAGO — 42.
 COMISSÁRIO GERAL DA BULA DA SANTA CRUZADA — 109.
 COMISSÁRIO GERAL DA BULA DA SANTA CRUZADA NO ES-
 TADO DA ÍNDIA — 76.
 CONDE — 119.
 CONDE ALMIRANTE — 112, 115, 118.
 CONDE DE ALVOR — 69.
 CONDE DE ATOUGUIA — 145.
 CONDE DE AVEIRAS — 115.
 CONDE DA EGA — 117.
 CONDE DA ERICEIRA — 152.
 CONDE DE LINHARES — 111, 112.
 CONDE DE TORRES NOVAS — 100, 111, 139.
 CONDE DE VILA VERDE — 120.
 CONDES DE BENAVENTE — 123.
 CONDESTÁVEL DA FORTALEZA DE GOA — 15.
 CÓNEGO DA BASÍLICA DE SANTA MARIA MAIOR — 84.
 CÓNEGO MESTRE-ESCOLA DA SÉ DE GOA — 76.

CÓNEGO PREBENDADO — 97.
CÓNEGO PREBENDADO DA SÉ DE GOA — 78, 80.
CÓNEGO PREBENDADO DA SÉ PRIMACIAL — 122.
CÓNEGO REGRANTE DA ORDEM DE S.^{to} AGOSTINHO — 72.
CÓNEGO DA SÉ DE GOA — 80, 109.
CÓNEGO DA SÉ PRIMACIAL DE GOA — 79, 87, 93.
CÓNEGOS NA SÉ DE GOA — 81.
CONSELHEIRO — 149.
CONSELHEIRO DE ESTADO — 6, 152.
CONSELHEIRO DO ESTADO DA ÍNDIA — 8, 52, 82, 131.
CONSELHEIRO DO GOVERNO — 143.
CONSELHEIRO DE JUSTIÇA — 6, 8.
CONSELHEIRO DO SANTO OFÍCIO — 84.
CONSELHEIRO DE S. ALTEZA — 70.
CONSELHEIRO DE S. MAJESTADE — 13, 45, 54, 84, 124.
CONTADOR DEL-REI — 8.
CRIADO DEL-REI — 21.
CRISTÃO VELHO — 82.
CURA DA SÉ PRIMACIAL DE GOA — 79, 81.
DEÃO DA SÉ DE GOA — 75, 76, 85, 91, 109, 119.
DEÃO DA SÉ METROPOLITANA — 75.
DEÃO DA SÉ PRIMACIAL — 77.
DEPUTADO DA SANTA INQUISIÇÃO — 75, 91.
DEPUTADO DO SANTO OFÍCIO — 123.
DESPACHADO CAPITÃO DA FORTALEZA DE DAMÃO — 124.
DESPACHADO CAPITÃO DE GOA — 124.
DESPACHADO COM A CAPITANIA DA FORTALEZA DE MOMBANÇA — 81.
DESEMBARGADOR — 6, 8, 42, 75 a 77, 109, 141, 146, 147.
DESEMBARGADOR DOS AGRAVOS DA RELAÇÃO — 91.
DESEMBARGADOR DA RELAÇÃO DO ARCEBÍSPADO DE GOA — 91.
DESEMBARGADOR DO PORTO — 35.
DESEMBARGADOR DA RELAÇÃO ECLESIASTICA — 81, 101, 122, 129.
DESEMBARGADOR DA RELAÇÃO DE GOA — 35.

DESEMBARGADOR DE S. MAJESTADE — 77.
 DIRECTOR INTERINO DA ESCOLA MATEMÁTICA E MILITAR
 DE GOA — 154.
 DOUTOR — 35, 47, 71, 72, 75 a 77, 83, 85, 91, 121, 122, 129, 132.
 DOUTOR EM ARTES — 122.
 DOUTOR DO REINO DE MADURÉ — 130.
 DOUTOR NA SAGRADA TEOLOGIA — 71.
 DOUTOR EM TEOLOGIA — 81.
 EMBAIXADOR AO IMPERADOR DA CHINA — 33.
 ENGENHEIRO-MOR DO ESTADO DA ÍNDIA — 73.
 ENGENHEIROS — 100, 154.
 ESCRAVOS DE NOSSA SENHORA — 41.
 ESCRIVÃO DA CÂMARA — 92.
 ESCRIVÃO DA CÂMARA PONTIFICAL — 109.
 ESCRIVÃO DA CÂMARA DO SENADO DA ÍNDIA — 51.
 ESMOLER-MOR DE S. ALTEZA — 72.
 EX-GOVERNADOR GERAL DO ESTADO DA ÍNDIA — 140.
 EXAMINADOR SINODAL DO ARCEBISPADO DE GOA — 81.
 EXECUTOR GERAL DOS CONTOS — 46.
 FABRIQUEIRO DA IGREJA DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO
 — 136.
 FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO — 14, 47, 94.
 FIDALGO CAVALEIRO DA CASA DEL-REI — 10.
 FIDALGO DA CASA REAL — 138.
 FIDALGO DA CASA DEL-REI — 13, 32, 35, 45, 56.
 FIDALGO DA CASA DE S. ALTEZA — 59, 61, 156.
 FIDALGO DA CASA DE S. MAJESTADE — 14, 19, 57, 59, 60, 84,
 90, 95, 110, 128, 133, 156.
 FIDALGO CAVALEIRO DA REAL CASA — 147.
 FIDALGO DE COTA (?) DE ARMAS — 11, 33.
 FIDALGO DE GERAÇÃO — 43.
 FRADE AGOSTINHO — 71.
 FRADE DOMÍNICO — 71.
 FRADE JERÓNIMO — 68.
 FUNDADORA DA CAPELA DE S.^{to} ANTÓNIO — 92.
 FUNDADORA DA IRMANDADE DE N. SENHORA DO MAR — 92.

FUNDADOR DO CONVENTO DA MADRE DE DEUS — 133.
GENERAL — 73, 131.
GENERAL DOS GALEÕES DA ÍNDIA — 73.
GERAL DOS GALEÕES — 69.
GODOMICILEIRO — 44.
GOVERNADOR — 135.
GOVERNADOR DO ARCEBISPADO DE GOA — 75, 77, 91, 101.
GOVERNADOR DO BISPADO DE MACAU — 88.
GOVERNADOR DO ESTADO DA ÍNDIA — 68, 71, 72, 92, 96,
111, 124.
GOVERNADOR GERAL — 116.
GOVERNADOR GERAL DO ESTADO DA ÍNDIA — 112.
GOVERNADOR DA ÍNDIA — 58, 120, 141, 153.
GOVERNADOR DAS ÍNDIAS — 125.
GOVERNADOR DE MOÇAMBIQUE (?) — 146.
GOVERNADOR DO REINO DE ANGOLA — 73.
GRANDE CHANCELER-MOR DOS REINOS DE PORTUGAL — 13.
GRÃO (?) CAPITÃO — 128.
GUARDA-MOR DE DIU — 46.
INQUISIDOR PRESIDENTE DA INQUISIÇÃO DE GOA — 52, 84.
INSPECTOR DAS OBRAS PÚBLICAS — 154.
INSTITUIDOR DE CAPELA — 90.
INTENDENTE GERAL DA MARINHA — 114.
INTENDENTE DA MARINHA — 116.
IRMÃOS DE N. S.ª DOS MILAGRES — 50.
IRMÃOS DA SENHORA DA CONCEIÇÃO — 57.
JUIZ DOS CASAMENTOS — 77.
JUIZ DEPUTADO DAS ORDENS MILITARES — 88.
JUIZ EXTRAORDINÁRIO DA RELAÇÃO — 109.
JUIZ DOS FEITOS DA COROA E FAZENDA REAL — 47, 76.
JUIZ DO FISCO — 77.
JUIZ DAS ORDENS — 123.
LENTE DA ESCOLA MATEMÁTICA E MILITAR DE GOA — 154.
LETRADO — 130.
LICENCEADO — 49, 55, 59, 78, 80, 86, 88, 89, 91, 93, 98.
LICENCEADO EM MEDICINA — 16.

MAJOR — 119, 154.
MARECHAL DE CAMPO — 147.
MARQUÊS DO LOURIÇAL — 152.
MEIO CÓNEGO DA SÉ DE GOA — 89.
MESTRE — 16.
MESTRE ARQUITECTO DAS OBRAS DA SÉ DE GOA — 73.
MESTRE EM ARTES — 81.
MESTRE DOS CALAFATES — 31.
MESTRE DOS CALAFATES DA RIBEIRA DEL-REI — 60.
MESTRE-ESCOLA DA SÉ DE GOA — 74.
MESTRE-ESCOLA DA SÉ PRIMACIAL — 101.
MESTRE DA RIBEIRA — 26.
MESTRE DA RIBEIRA DE S. MAJESTADE — 51.
MINISTRO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA — 33.
MOÇO FIDALGO — 143.
MOÇO FIDALGO DA CASA DE S. MAJESTADE — 48.
MOÇO DA CÂMARA DEL-REI — 62.
MORDOMO DA IGREJA DE N. S.^a DA CONCEIÇÃO — 136.
MORDOMO PERPÉTUO DA CAPELA DA S.^a DA ASSUNÇÃO — 144.
NOTÁRIO DE S. SANTIDADE — 98.
OURIVES — 23.
OURIVES DO TERREIRO DO SABAYO — 54.
OUVIDOR GERAL — 30.
PADRE — 41, 65, 74, 75, 79, 80, 81, 87 a 89, 97, 98, 101, 122, 123,
129, 130.
PAPA — 104.
PARTICIPANTE DA RELAÇÃO ECLESIASTICA — 81.
PATRÃO-MOR — 12.
PATRÃO-MOR DA RIBEIRA DE SUA ALTEZA — 8.
PATRIARCA DOS ARMÊNIOS — 123.
PATRONA DA IRMANDADE DE N. SENHORA DO MAR — 92.
PILOTO-MOR — 12.
PORTEIRO DA CÂMARA DO CARDEAL INFANTE — 142.
PREGADOR — 89.
PRESIDENTE DA IRMANDADE DE N. S.^a DA CONCEIÇÃO — 57.
PRESIDENTE PERPÉTUO DE N. S.^a DAS LEMBRANÇAS — 108.



PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILI-
TAR — 143.
PRIMAZ DE ESPANHA — 120.
PRIMAZ DA ÍNDIA — 104, 152, 153.
PRÍNCIPE E REI DE ABADAXAM — 92.
PRIOR — 123.
PRIOR DA IGREJA DO ROSARIO DE GOA — 59.
PRIOR DA MATRIZ DE CHAUL — 93.
PROCURADOR DA COROA E FAZENDA REAL — 77.
PROFESSOR NO HÁBITO DE S(ANTIAGO?) — 121.
PROFESSOR DE ENSINO PRIMÁRIO — 148.
PROMOTOR DO SANTO OFÍCIO — 76.
PROTONOTÁRIO APOSTÓLICO — 98.
PROTONOTÁRIO APOSTÓLICO DO NÚMERO — 81.
PROVEDOR — 81.
PROVEDOR-MOR DOS CONTOS — 82, 146.
PROVEDOR-MOR DOS CONTOS DO ESTADO DA ÍNDIA — 60, 82.
PROVEDOR-MOR DOS DEFUNTOS — 75.
PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GOA —
25, 90, 109.
PROVINCIAL — 52.
PROVINCIAL DE GOA — 97.
PROVISOR DO ARCEBISPADO — 109.
PROVISOR DO ARCEBISPADO DE GOA — 74, 76, 77, 101.
REI — 66, 67, 75, 111, 112, 115, 117, 119, 120.
REI DE PORTUGAL — 67, 115.
RELIGIOSO AGOSTINHO — 70.
RELIGIOSO MENOR DA OBSERVANCIA DA PROVÍNCIA DE
PORTUGAL — 68.
RELIGIOSO DA ORDEM DE CRISTO — 71.
SACERDOTES — 123.
SECRETÁRIO DO ESTADO DA ÍNDIA — 141.
SENHOR DAMBOINO — 45.
SENHOR DA ILHA DO PRÍNCIPE — 121.
SENHOR DA VILA DE S. SERIS — 90.
SENHORES DA SERRA LEOA — 124.

SÍNDICA — 134.
SÍNDICO — 24, 31, 53.
SÍNDICO DA CÂMARA DA CIDADE DE GOA — 86.
SÍNDICO DO COLÉGIO DE S. BOAVENTURA — 129.
SÍNDICO DO CONVENTO DA MADRE DE DEUS — 94, 98, 131.
SÍNDICO DO CONVENTO DE S.^{to} ANTÓNIO DE TANNÁ — 131.
SÍNDICO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO — 7
SÍNDICOS — 94, 97.
SUMO PONTÍFICE — 105.
TANADAR DANGIM — 24.
TANADAR DAGACIM — 45.
TANADAR-MOR DE GOA — 13, 122.
TENENTE (1.^o) — 100, 154.
TENENTE (2.^o) — 100, 154.
TENENTE CORONEL — 147.
TENENTE CORONEL DE INFANTARIA — 154.
TERCEIROS DE N. P. S. FRANCISCO — 41.
TERCEIROS DA VENERÁVEL ORDEM DA PENITÊNCIA — 39.
TESOUREIRO DA IGREJA DO MONTE — 127.
TESOUREIRO DA IRMANDADE DE N. S.^a DA CONCEIÇÃO — 57.
TESOUREIRO-MOR — 78.
TESOUREIRO-MOR DA SÉ PRIMACIAL — 74.
TESOUREIRO DE S. MAGESTADE — 17.
VEDOR GERAL DO ESTADO DA ÍNDIA — 146.
VEDOR GERAL DA FAZENDA — 114.
VEREADOR DA CIDADE DE GOA — 90.
VICE-REI — 5, 111, 119, 120.
VICE-REI DO ESTADO DA ÍNDIA — 66, 112, 115.
VICE-REI DA ÍNDIA — 73, 140, 145, 152.
VIGÁRIO CAPITULAR — 109.
VIGÁRIO CONFIRMADO — 98.
VIGÁRIO CONFIRMADO NA IGREJA DE S.^{ta} LUZIA — 129.
VIGÁRIO GERAL — 81.
VIGÁRIO GERAL DO ARCEBISPADO — 109.
VIGÁRIO GERAL DO ARCEBISPADO DE GOA — 74, 76, 77.
VIGÁRIO DA IGREJA DE N. S.^a DO ROSÁRIO — 65.

VIGÁRIO DA IGREJA DE S.^{ta} LUZIA — 129, 130.
VIGÁRIO DA IGREJA DE S. TOMÉ — 98.
VIGÁRIO NA ILHA DE CEILÃO — 95.
VIGÁRIO DE N. S.^a DO ROSÁRIO — 58.
VIGÁRIO DE S. TOMÉ — 130.
VISCONDE DE TORRES NOVAS — 112, 118.
VISCONDE DE VILA NOVA DE ÒUREM — 118.
VISITADOR APOSTÓLICO — 123.

III — *Lugares do Reino*

ABRANTES — 34.
ALCÁÇOVAS — 84.
ALHANDRA — 71.
ALPALHÃO — 146.
BEMLHEVAI — 15.
BRAGA — 109, 123.
CARREIRA DOS CAVALOS — (?) — 86.
CHAVES — 63, 119.
COIMBRA — 77, 80.
CONDEIXA — 71.
COVAS DE LANHOSO — 63.
ELVAS — 58.
ESTREMOZ — 44.
FOZ DO LIMA — 39.
LAMEGO — 22, 31.
LISBOA — 15, 31, 52, 71, 107, 121, 122.
MOIMENTA DA SERRA — 77.
MONTEMOR-O-NOVO — 9.
OLIVEIRA DO CONDE — 62.
PORTALEGRE — 146.
PORTO — 35, 41.
REDONDO — 119.
SANTA COMBA-DÃO — 80.

SANTARÉM — 88.
SÃO SERIS — 90.
SERPA — 28.
SETÚBAL — 96.
TORRES-VEDRAS — 87.
TRAÁS-OS-MONTES — 90.
VIANA — 39.
VILA-VIÇOSA — 79.
VISEU — 80.

III — *Sítios de Goa*

RIBEIRA — 26, 28.
RIBEIRA DEL REI — 60.
RIBEIRA DE SUA Magestade — 51.
RUA DOS CARREGADOS — 60.
RUA DIREITA — 30.
TERREIRO DO SABAYO — 54.

Quinta de N. S. do Monte do Carmo, no 1.º de Dezembro de 1933.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

Lava

A CAPELA DA PIEDADE NA ANTIGA IGREJA DO CARMO DE LISBOA (1)

DENTRO dêstes muros veneráveis por tantos e tantos títulos, vivemos numa necrópole. Nunca aqui entro sem aquela emoção piedosa com que se entra num Campo Santo, aquela veneração e respeito com que se entra num Panteão de homens ilustres.

Ali estiveram os ossos, relíquias litúrgicas no altar de Deus e no altar da Pátria, do Condestável; mais adiante esteve sepultado o grande Duarte Brandão, cavaleiro, dizia-o seu epitáfio, da Garrotea, grande amigo de D. Afonso V, e cavaleiro de quem se contam feitos ilustres; além o poeta Dr. António Ferreira, e mais adiante João Baptista Lavanha, o historiógrafo, editor do *Nobiliário* do Conde D. Pedro...

Logo à direita de quem entra, aquela sala dedicada hoje especialmente à nossa colecção de cerâmica, e sob o patrocínio científico do nosso fundador, o arqueólogo e architecto Possidónio da Silva, foi outrora devota capela da Virgem da Piedade, da Senhora do Pranto, como nos bons tempos do Condestável se dizia. Ali jou-

(1) Desenvolvimento da Conferência proferida na Assembleia Geral de 5 de Julho de 1934.

veram os ossos de um dos maiores amigos do Conde de Ourém, fundador, Gil Aires Moniz, seu confidente, seu escrivão da puridade; de Febo Moniz, aquela figura magna das Côrtes de Almeirim, verdadeira encarnação do espírito da independência nacional, daquele soberano espírito que adejou em Ourique, e em Aljubarrota — o espírito da nossa consciência e da nossa personalidade; da espôsa de Cristobal Colón, essa extraordinária e misteriosa figura de navegador, a quem o velho e o novo mundo levantaram estátuas alterosas, e a quem a Itália, a Espanha e Portugal disputam o berço!

Naqueles túmulos, de que ainda hoje se vêem vestígios, lavram-se brasões, onde brilhou a cruz de Jerusalém, e romparam os leões de Chipre, do Luxemburgo e da pequena Arménia.

Não merece que se lhe faça a história? Que se lhe reconstitua através das crónicas monásticas, e na nossa mente a traça, a feição, os primores litúrgicos? O altar, o trono, a dedicação, as confrarias, o culto, as sepulturas? E, aprofundando esta liturgia dos mortos, determo-nos um pouco antes os seus túmulos e as inscrições das suas sepulturas? Que se ressuscitem pela nossa evocação aquêles que ali foram sepultados? É tôda uma geração de padroeiros da Capela do Pranto, de gente, enfim, que exerceu um complexo de direitos sôbre aquela sala.

Geração do sangue do Condestável, elevou-se na escala social, à sua sombra, de oficiais-mores das casas dos infantes da dinastia de Aviz aos altos cargos de oficiais-mores da Casa Real. Geração que desempenhou um lugar de destaque na vida palaciana de tôda a dinastia joanina, merece bem que se lhe faça a história ligada à capela do célebre mosteiro, que lhe foi, para assim dizer, cabeça e solar; a história da mesma capela é a história de uma família ilustre, é um pouco da história desta nossa casa, e é um pouco da história desta linda Lisboa e de lisboetas de antanho.

*

* *

Antes do terramoto de 1775, o convento dos carmelitas, cavaleiro ao Rossio, era, como se sabe, o principal da côrte, já pelas suas heróicas tradições, já pela austeridade e ilustração dos seus freires, já pela magnificência da sua architectura, já pela sua situação no centro da cidade. Não nos propomos, todavia, descrever os primores da sua fábrica, o esplendor do seu culto; uma capela apenas das muitas que havia na sua igreja nos prenderá a atenção, a primeira colateral do lado da epístola, a mais célebre, senão a principal.

Estava dedicada a Nossa Senhora do Pranto, ou da Piedade, desde os tempos do fundador, elle próprio a dedicara e a dotara com uma imagem da Virgem sustendo nos braços o corpo exânime e macerado do Redentor.

A devoção a esta imagem crescera rapidamente e, a ponto tal, que o condestável fizera lavrar um nicho com uma imagem da mesma invocação, da parte de fora da igreja, nas escadas chamadas do Carmo, para que houvesse de ser venerada dos seus devotos depois de se fecharem, na hora competente, as portas da igreja, porque antes de haver este nicho, era quasi impossivel pôr fora o povo, ainda depois de ter tângido a silêncio na comunidade.

O frontal do altar era de prata e bem assim a banquetta; por cima dela havia uma imagem de São João Marcos e, entre colunas salomónicas, se abria a tribuna da imagem.

Esta disposição permitia passar-se por detrás do altar e por debaixo da tribuna, donde nasceu talvez a devoção das mulheres grávidas passarem nove vezes por debaixo da tribuna da Senhora, orando de cada vez para que a Virgem lhes concedesse uma hora feliz.

Diante desta imagem, que tão querida foi do povo de Lisboa, ardiam continuamente duas lâmpadas de prata: obrigação, uma,

dos senhores de Pancas, a outra, da irmandade das Chagas de S. Francisco.

Em 1490, tinha-se constituído, com licença dos padroeiros, uma irmandade para nela promover o culto, formada pelas principais pessoas da nobreza.

Missa, havia-a todos os domingos e dias santificados ao meio-dia; todos os anos se fazia uma procissão, cuja origem principiara com um singular favor da Virgem, tendo, acto contínuo, feito chover num ano de terrível seca, e também todos os anos nos dias oito de Setembro se realizava uma grande festa em sua honra.

No pavimento da capela havia algumas inscrições sepulcrais; de cada lado do altar dois túmulos; num e noutro se viam brasões com cinco estrêlas de oito raios em santor...

Eram as armas dos Monizes, cuja capela era.

Doara-a, com efeito, o santo fundador ao seu escrivão da pureza, Gil Ayres Moniz, para que fôsse sua jazida e dos da sua geração, de modo que ninguém mais ali se pudesse enterrar, privilégio que os descendentes do escrivão ciosamente defendiam, pois que uma vez, cêrca de 1469, que um tal João do Barril quis sepultar sua mulher nesta capela, porquanto tinha muito empenho que a defunta e êle por sua vez ali repousassem, logo o então administrador da capela, Vasco Gil Moniz, reclamou do facto, perante o vigário Fr. Álvaro de Astorga, e, se bem que o administrador acabou por permitir por excepção que êste João do Barril e sua mulher fôsem lá sepultados junto às grades, no cêpo, ao pé do gigante, os frades houveram de reconhecer, em escritura lavrada em 23 de Dezembro daquele ano, que, «ellos por esto presente estromento confirmavam como logo de effeito confirmaram a dita capela aos sobreditos que a hajam e logrem ellos e todos os seus irmãos e toda sua geração para sempre sem ellos ditos vigário e freires já mais nunca em nhum tempo em ela mandarem nem poderã mandar enterrar nhum pessoa salvo aquelas que aos sobreditos (filhos de Gil Ayres Moniz) e aos outros da sua geração approuver. Da qual capela os sobreditos e seus herdeiros terão cuidado de ornarem e corregerem como á tal capela e ao serviço de Deus e suas honras dellos pertencem. E prometeram os ditos vigário e fraires nunca

já mais em tempo nhum sobre a dita capella lhe porem nhuma briga nem contenda e lha leixarem ter e lograr e possuir pela guiza que até hora a tiveram e lograram» (1).

Mais tarde, foi aquela irmandade que mais se ocupou da ornamentação da capela: enriqueceu-a de talha dourada, fêz-lhe uma sacristia por trás do altar, e até conseguiu arranjar lugar naquele pequeno espaço para instalar uma casa de despacho.

Este Gil Aires Moniz, a quem o Condestável doou a capela de Nossa Senhora do Pranto, é aquele «Gil Ayras», seu escrivão da puridade, de quem fala a Crónica do Condestabre ao referir o episódio paranoico de Nun'Álvares, em Setúbal, na sua fúria contra o bom do gordo Lourenço Annes Cordovil (Capítulo LXVII), quando o foi cumprimentar em nome dos homens bons daquela boa vila, e também ao relatar as diferenças havidas entre El-Rei e o seu Condestável na questão da nomeação do priorado do Crato, pela deserção de D. Álvaro Gonçalves Camelo (Capítulo LXXIII), e que o mesmo Gil Aires, com habilidade, solucionou. Este Gil Aires, era filho, dizem, de um homem de Alegrete e de Maria Trabuca, e era parente do Condestável. Como, não sei, ao certo, mas o próprio Santo Conde confessou o grande *debido* que com êle tinha na doação que em 1416 lhe fêz da barca de Sacavém. Diz a doação: «... o Condestabre de meo Senhor El-Rey nos seos regnos de Portugal e de algarbo, faço saber que por coanto vendo lo grande *debido* que hei a *Gil Ayres* meo creado e Esteves Annes meo escudeiro e a Pedro Fons do Cazal e os grans serbissos lealdades com que me servio e em grans peligras puseram suas vidas e honras por mi e pello serbisso de El-Rey meo Senhor querendo leisallos com al mantensa para passarem mentras dias desthe bida les fago pura erevogavel

(1) Fr. José Pereira de S.^{ta} Ana, *Crónica dos Carmelitas*, I, Parte IV, Cap. XI. É assim que nesta capela, além das sepulturas dos Monizes, cujos epitáfios irei dando, não havia outros senão a dèste João do Barril — que dizia «Sepultura de João do Barril», e a de um criado grave de Gil Aires, de nome Francisco Daffonso, que dizia «aquí jaz Francisco Daffonso, pater noster» (Manuel José da Cunha Brandão, *As Ruínas do Carmo*, pag. 22, nota 4).

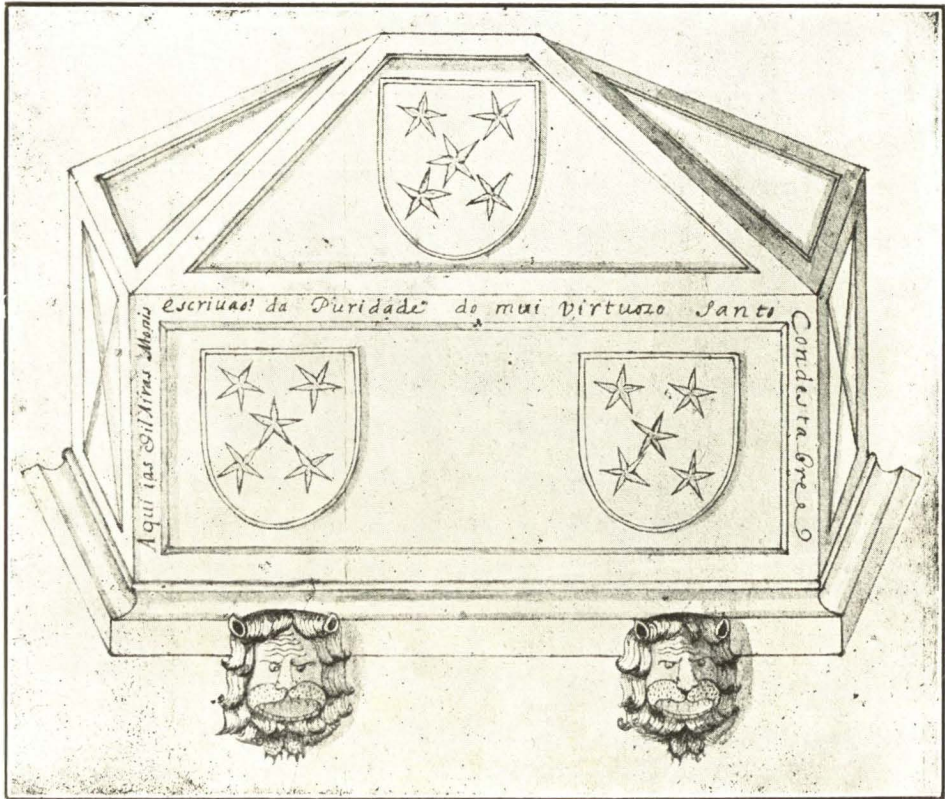
doassam de que em suas vidas e de suas mulheres hajam e possuam livre sem empesso de meos herdeiros meos bens houverem daver enquanto vivos forem o declarado abante pella guisa seguinte A Gil Ayres meo creado e sua molher se ouver em vida do Barco de Sambenca e a Pedro Affons do Casal e a Inez Pereira sua molher meos irmãos das rendas e direitos de Rio Brajor (*Maior*) e a Esteves Annes e a sua molher Gracia Maiz (Martins) do reguengo de Alvoella, termo de Santarem, etc... Dante em Borba a dez dias de maio Gil Ayres a fez era de 1454 (a D. 1416) o Condestabre». (1) Encontramos ainda Gil Aires na era de 1460 (1422), recebendo doação do Condestável de uma quinta sita no termo de Almada, chamada de Morfacem, e a qual tinha sido de Lourenço Annes Fogaça (2). Gil Aires parece não ter permanecido tôda a vida no cargo de escrivão da puridade, como numa escritura de 1442 (1404) se intitula; dois anos depois êle aparece-nos com o título de cavaleiro na escritura de 9 de Setembro de 1444 (1406), e em escritura de 28 de Julho de 1423, êle intitula-se cavaleiro e védor para as coisas pertencentes a Ceuta (3). Gil Aires foi ainda senhor, em sua vida sòmente, do reguengo do Alviela; assim o diz o Condestável numa carta datada de 1460, encorporada noutra de D. Duarte, que a confirma, publicada nas provas da *Hist. Gen. da C. R.*, Tom V, pag. 567, 8 e 9.

Veio Gil Aires a falecer em 1437, e foi sepultado na referida capela de Nossa Senhora do Pranto, do convento do Carmo de Lisboa, do lado do Evangelho, em um túmulo de pedra, onde se

(1) Transcrito da pública forma dos autos de sentença civil e final de 4 de Junho de 1741 a favor de Pedro Lopes de Azevedo, com documentos apensos a fôlhas 76, autenticada pelo notário do Pôrto, Maia Mendes — in *Minharias*, por José de Azevedo e Menezes, pag. 250 — Vid. ainda, Sousa, *Hist. Gen.* Tom. XII — II, pag. 771.

(2) Braamcamp Freire — *Brazões da Sala de Sintra*, pag. 240 — 1.º Vol., 1.ª Ed.

(3) Todos os documentos estão na *Crónica dos Carmelitas*, de Fr. José Pereira — Vol. I, pags. 805, 809, 824, documentos n.ºs VII, VIII e IX.



Sarcófago de Gil Aires Moniz (desenho de Frei Manuel de Sá)

viam três escudos iguais: um sôbre o tampo, e dois na face de fora, cada um dêles brasonado de cinco estrêlas de oito raios em santor, e um letreiro, lavrado em letra gótica, dizendo: «Aqui jaz Gil Ayres Moniz Cavalleiro e Escrivão da Puridade do mui virtuoso Santo Condestabre» (1). Gil Aires Moniz foi casado com Leonor Rodrigues, que lhe sobreviveu, e vendeu a quinta de Morfacem ao conde de Ourém (2).

Foram seus filhos, além de Guiomar Gil Moniz, que casou com Lopo Dias de Lemos, Rui Gil Moniz, que foi tesoureiro da moeda de Lisboa, em tempo de D. Afonso V, e que em 1462, o fêz fidalgo da sua casa, e tinha de cavaleiro 1500 réis, Isabel Moniz de quem falaremos no final dêste estudo, Leonor Moniz, que foi segunda mulher de Fernão de Sousa, chamado o de Labruja, por ser senhor desta quinta, e cuja descendência se extinguiu (3), Vasco Gil Moniz, de cuja descendência largamente trataremos adiante, e Diogo Gil Moniz, que talvez fôsse o mais velho.

Êste Diogo Gil Moniz, serviu o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, e era alferes-mór da sua bandeira naquela vez que o Santo Conde desbaratou o Mestre de Sant'Iago, D. Pedro Moniz (4). Foi depois cavaleiro da Casa do Infante D. Henrique, em cuja qualidade recebeu doação em 20 de Agosto de 1449 dos bens que foram de João de Azambuja e de Pero de Azambuja, moradores em Montémór-o-Velho, que haviam combatido em Alfarrobeira. Passou depois a servir na casa do Infante D. Fernando, duque de Viseu, irmão de D. Afonso V, e pai de El-Rei D. Manuel I, na qualidade de seu

(1) Fr. Manuel de Sá—*Memórias Históricas do Carmo*. No desenho do túmulo que reproduzimos e que é devido ao mesmo escritor as estrêlas aparecem com cinco pontas. É evidente engano do debuxador porque ainda hoje existe um fragmento dêste túmulo, onde se podem vêr as estrêlas com oito pontas.

(2) Braamcamp Freire — Opus. cit., pag. 241.

(3) Sousa — *Hist. Gen. do C. R.*, XII, II, pag. 771.

(4) Fernão Lopes — *Cron. de D. João I*, 1.^a parte, Cap. 92, e parte 2.^a, Cap. 57.

veador, e como seu reposteiro-mór se encontra em 26 de Julho de 1452, data em que lhe foi passada carta de doação dos bens de João Gomes, corrector das bêstas de Lisboa, que tinha ido para o reino de Granada «onde renegou a nossa santa fé e se tornou moiro» (1). Casou com D. Leonor da Silva, filha de Rui Gomes da Silva, 1.º Senhor da Chamusca e Ulme, e de sua primeira mulher D. Branca de Almeida, filha de Diogo Fernandes de Almeida e irmã do 1.º Conde de Abrantes (2). Em 1514 era já falecido, vivendo porém sua viuva ainda (3), de quem teve dois filhos legítimos: Pedro Moniz, e D. Francisca da Silva, que foi a primeira mulher do 3.º Conde de Faro e Odemira, D. Sancho de Noronha, e um bastardo, Fr. António Moniz, frade franciscano, reformador do Convento de S. Francisco de Tomar (4), de quem Fr. Jacinto de S. Miguel, no seu manuscrito n.º 8842, da Bib. Nac. de Lisboa, diz aparecer em vários livros com os apelidos de Moniz, Silva, Lisboa, e Guadalupe, e que devia ter nascido em Lisboa em 1484, visto ter 35 anos de idade aos 25 de Março de 1520, quando por um breve do Papa Leão I, professou no convento franciscano da Berlenga. Por isso também foi chamado D. António de Lisboa. Chamado à côrte por D. João III, foi eleito prior de Belém e Provincial da sua ordem e em 1529 tomou posse do convento de Costa, em Guimarães. Nomeado pelo cardeal Infante D. Afonso para reformar a Ordem de Cristo, que era da visitação do convento de Alcobaça, ali em Tomar se notabilizou pelas grandes obras que empreendeu e das quais encarregou o insigne João de Castilho. Foi eleito D. Prior do Convento de Cristo, com jurisdição prelatícia. Reformou os conventos de Alcobaça, da Trindade, de Santarém, e outros muitos. Celebrou duas vezes autos de fé nas várzeas de Tomar; faleceu cheio de honras e trabalhos aos 22 de Junho de 1531 de 67 anos de idade (5).

(1) *Chanc. de D. Afonso V*, Liv. III, fl. 3, V.

(2) Salazar y Castro — *Hist. da Casa de Silva*, Tom. II, pag. 430.

(3) Braamcamp Freire — *Opus. et loc. cit.*

(4) Jorge Cardoso — *Agiológio Lusitano*, Tom. III, no dia 24 de Junho.

(5) Vieira Guimarães — Tomar, Santa Iria, pags. 242, 243.

Aquêlê Pedro Moniz serviu alguns anos em Arzilla; quando em 1521 a Infanta D. Beatriz foi para Sabóia, Pedro Moniz foi na comitiva sumptuosa e enorme que a Infanta levava. Serviu de reposteiro-mór a El-Rei D. Manuel como consta da carta que lhe foi passada em Lisboa a 26 de Julho de 1504 (1), mas nêste officio pouco tempo serviu, porque dois anos depois o vendeu a seu primo com irmão Febo Moniz, como em seu logar melhor se dirá. Pelos seus serviços teve mercê de duas comendas na Ordem de Cristo: a da Tôrre, e os Casais. Foi Pedro Moniz também mordomo-mór do Infante Cardeal D. Henrique (2), e em todos estes cargos o encontramos na crónica de El-Rei D. Manuel, de Damião de Góis, 1.^a parte, capítulo 72, e 4.^a, capítulo 10.

Casou com Brites Botelho, filha de Pedro Botelho, juiz da Alfândega de Lisboa, e de sua mulher Isabel Annes; dela não teve geração. Tornou a casar com D. Isabel Henriques de Miranda, filha de Francisco de Miranda Henriques, comendador das Pedras Alvas e de D. Cecilia de Azambuja, a quem D. João III em 1523 fêz mercê de 300\$000 réis de tença. Jaz sepultado na igreja do convento de Santa Iria, em Tomar, que fundou como se vê da sua inscrição sepulcral: «Esta capela mandou fazer Pedro Moniz da Silva que está sepultado nela com sua mulher D. Isabel Henriques e seu filho Bernardo Moniz da Silva com sua mulher D. Lourença da Silva e sua filha D. Vitória da Silva».

Dêles nasceu único Bernardo Moniz, que teve as comendas de seu pai; em 1551 D. João III, fêz-lhe mercê de 70\$000 reais de tença (3). Casou em 1546 com D. Lourença de Vilhena, sua prima em segundo e terceiro grau, filha de Francisco da Silva, III Senhor da Chamusca, e de D. Maria de Noronha; D. Lourença levou em dote vinte mil dobras de ouro, como constava da escritura lavrada em Santarém a 26 de Junho de 1546 (4), de quem teve Pedro Moniz,

(1) Sousa — *Hist. Gen.*, Tom. III, pag. 218.

(2) Salazar — *Hist. da Casa de Silva*, pag. 449, Tom. II.

(3) Chanc. do ano de 1551, fl. 264.

(4) Salazar — *Opus. cit.*, pag. 449.

que morreu mção de uma postema proveniente do cansaço e dos golpes recebidos na batalha de Alcácer-Quibir, e D. Vitória de Noronha, dama da Infanta D. Maria que morreu porém solteira (1) e bastardos, Fr. António Moniz, frade capucho em Tomar onde havia um convento desta ordem, e, D. Isabel das Montanhas que se foi juntar às tias, tomando o hábito de Santa Clara no convento de Santa Iria da mesma vila.

Fora do matrimónio Pedro Moniz procreou ainda a João Moniz da Silva, que não casou, mas que segundo o genealogista José de Cabedo, teve por sua vez um filho também bastardo, de nome Pedro Moniz, havido em Margarida Gouveia e que morreu em Ceuta às mãos dos mouros; Teotónio Moniz, que foi frade em S. Vicente e famigerado prégador e D. Maria Moniz, freira clarissa em Tomar, no convento de Santa Iria, e ainda mais duas filhas freiras também.

Assim se extinguiu a descendência de Diogo Gil Moniz. Dissemos atrás que parecia ter êle sido o primogénito dos seus irmãos. Os nobiliários dão-lhe êsse lugar, nós pomos reservas ao facto. De feito o encabeçamento do padroado da capela da Piedade aparece-nos desde 1469 no seu irmão Vasco Gil, que foi quem nesta data, segundo Fr. José Pereira, apôs aos frades do Carmo o seu consentimento a que alguém estranho à família fôsse nela enterrado. Isto parece dar-lhe foros de chefe. Como quer que fôsse, a descendência de Diogo Gil, desaparece de em volta da Capela da Piedade, constrói a igreja de Santa Iria em Tomar, nela se sepulta, e extingue-se finalmente. Voltemos, pois, ao Vasco Gil Moniz e observêmo-la na sua capela na igreja carmelita lisbonense.

(1) Jaz na mesma sepultura de seus pais na igreja de Santa Iria de Tomar, que restaurou como se vê da inscrição seguinte: «No ano de CD.IX.X. mandou reedificar esta capela e ornar de pinturas e ouro à sua custa uma neta do fundador dela, filha de seu filho Bernardo Moniz da Silva». — Vieira Guimarães — Opus. et loc. cit.

*
* *
*

Vasco Gil Moniz foi fidalgo cavaleiro das casas de El-Rei D. Duarte e D. Afonso V (1), de quem foi veador, e o era em 1422, como consta do Livro da Chancelaria do dito ano, fl. 30 (2). Passou depois para o serviço do Infante D. Pedro de quem foi igualmente veador (3), e bom servidor. Vencido o Infante em Alfarrobeira, e iniciadas as represálias, confiscaram os bens a Vasco Gil Moniz, entre êles uma casa em Lisboa na rua de Morraz, entestando na judiaria, defronte da rua dos Sapateiros, as quais recebeu em doação seu irmão Rui Gil, por mercê de D. Afonso V, em 22 de Dezembro de 1450. Dentre êles foram todavia exceptuados os bens pertencentes a sua mulher, Catarina Fernandes, com quem Vasco Gil casara entre 1433 e 1438, filha de Fernão Rodrigues, cavaleiro, a quem alguns nobiliários dão o apelido de Alardo, pois que por carta feita em Lisboa a 25 do mês de Julho de 1449, D. Afonso V «por algumas razões que nos a ello movem e informaçam que auemos do casamento que em tempo d'El-Rey meu señor e padre cuja alma ds aja foy fêto amtre vaasco gil moniz e c^a fernandez filha de fernamrroiz cavalleyro e por a pratica e modo de viver que o dito vaasco gil moniz com ella teve atte que contra nossa pessoa e rreal estado veo aa batalha cõ o yffamte...», determinou que não fôsem incluídos no confisco nem os seus bens móveis nem os de raiz que ela herdara de seus pais (4).

Abre-se agora um longo período no qual perdemos de vista Vasco Gil Moniz: só passados vinte e quatro anos é que tornamos a saber dêle. Em 1472 Vasco Gil Moniz, já perdoado, recebe em 25 de

(1) Chanc. de Afonso V, Liv. 29, fl. 59.

(2) Braamcamp Freire — Opus. et loc. cit.

(3) Sousa — *Hist. Gen. da C. R.* — Tom. III, pag. 51.

(4) *Misticos* — Liv. III, fl. 115.

Abril licença de D. Afonso V para andar em besta muar (1) e lhe chama nosso fidalgo e criado que foi de El-Rei meu senhor e padre que Deus haja. Em 1482 por carta datada de Évora, 21 de Maio, recebeu de D. João II a tença de dez mil reais e lhe chama «fidalgo da nossa casa» (2); em 1492 Vasco Gil Moniz em Lisboa a 27 de Abril dêste ano, traspassava ao seu único filho a tença de dez mil reais (3), e em 1497 ainda era vivo pois é nomeado no testamento da Infanta D. Filipa (filha do D. Pedro de Alfarrobeira) como sendo-lhe credor de cinqüenta mil reais (4). O que teria sido a vida de Vasco Gil Moniz durante aqueles vinte e quatro anos dos quais não sabemos dêle, naqueles anos de perseguição aos amigos do Infante, em que êle estava proscrito da Pátria, e era um mísero exilado, de bens confiscados?

Uma só coisa sabemos ao certo que lhe aconteceu: é que enviuvou e que tornou a casar, e que êste segundo casamento foi uma aliança muito illustre. Com efeito chamava-se a noiva D. Leonor de Lusignan, chipriota, e era da linhagem dos reis de Chipre (5). Mas quando e onde casaria Vasco Gil Moniz com esta senhora? Quem seriam seus pais? Qual o seu exacto parentesco com os reis titulares de Jerusalem e da pequena Arménia? São três interrogações que até hoje não foram apuradas. O facto do casamento com D. Leonor de Lusignan, e do seu parentesco com os reis de Chipre é indubitável, são disso provas categóricas o testemunho unânime de todos os nobiliários, a adopção do apelido pelos seus descendentes, as armas no segundo dos túmulos na capela da Piedade, o registo do brasão de seu filho Febo Moniz (esquartelado de Moniz e de Lusignan, dos reis de Chipre da 2.^a dinastia) nos livros do Armeiro-mór, e da Tôrre do

(1) Chanc. de Afonso V, Liv. 29, fl. 59.

(2) Chanc. de D. João II, Liv. 2.^o, fl. 128.

(3) Chanc. de D. João II, Liv. 2.^o, fl. 128, V.^o

(4) Sousa — *Provas da Hist. Gen. da C. R.*, Tom. II, pag. 434.

(5) Damião de Góis — *Nobiliário* (atribuido); Fr. Francisco do Santissimo Sacramento — *Livro das gerações do Reyno de Portugal* (1626); Afonso de Tôrres — *Nobiliário*, etc., etc., etc.

Tombo, no teto da Sala de Sala de Sintra, etc., etc.. Das circunstâncias que acompanharam o casamento, e da filiação de D. Leonor de Lusignan, é que não sabemos nada ao certo, e os nobiliários, não nos dão senão escassas e obscuras notícias. Vejamos todavia os acontecimentos históricos.

Depois de Alfarrobeira a família e os partidários do malgrado Infante ficaram na pior e na mais angustiosa das situações. A viúva, a duquesa D. Isabel, depois de receber a terrível notícia do desastre, em Coimbra onde estava, andava vagueando de mosteiro em mosteiro, por casas alheias, pranteando a mísera viuvez, a fortuna e os filhos (1). D. Jaime era prisioneiro do primo e do cunhado e «aparelhado para o cutelo»; D. Pedro já antes da batalha estava homiziado sofrendo as insolências do mestre de Alcântara (2); D. Filipa acompanhava a mãe; D. João com D. Beatriz emigraram para a côrte da tia Duquesa de Borgonha. Com estes emigraram muitos dos que pelo Infante seu pai se tinham desgraçado (3); entre êles teria ido Vasco Gil Moniz? Ou teria ido para Aragão onde em 1464 os aragoneses coroaram Conde de Barcelona o Infante D. Pedro que veio a morrer dois anos depois (4). De Aragão quer o Visconde de Sanches de Baena que tivesse vindo D. Leonor de Lusignan (5) porque alguns nobiliários, entre êles o de Afonso de Tôrres, dizem que D. Leonor fôra dama da aragonesa Duquesa D. Isabel; se pelo contrário Vasco Gil Moniz se agregou ao Infante D. João, com êle teria ido para a Ilha de Chipre em 1456 como parte da comitiva do noivo da princesa Carlota de Lusignan, pois o Infante com ela casou

(1) Rui de Pina — *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXVII. A Duquesa recolheu-se para as bandas de Lisboa, onde morreu em 17 de Setembro de 1459 — (José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves* — pag. 50).

(2) Pina — Cap. CVIII.

(3) Oliveira Martins — *Os filhos de D. João I*, pag. 352.

(4) *Ibid.*, pag. 351 — Zurita, *Annalles d'Aragon* — XVIII, 147.

(5) Visconde de Sanches de Baena — *Généalogie des Comtes de Sampayo, Branche de Lusignan*, in *Revue des questions Heraldiques, Archéologiques et Historiques* — Paris, 1900 — N.º 22.

tomando o título de Príncipe de Antichia (1). Teria então Vasco Gil Moniz casado com D. Leonor de Lusignan, parente da Casa Real daquela ilha, e voltado para o Reino depois da morte do Infante em fins de 1457, escapando da dose geral de veneno que a sogra do desgraçado príncipe parece lhe ter ministrado e a vários cavaleiros seus chegados (2)? Esta hipótese é contemplada por muitos nobiliários, e especificadamente o de Fr. Francisco do Santissimo Sacramento.

Outras hipóteses se poderiam desenvolver; mas nada mais poderiam adiantar; entre 1449 e 1472, vinte e três anos em que não havemos notícias de Vasco Gil Moniz, há lugar para muitas possibilidades.

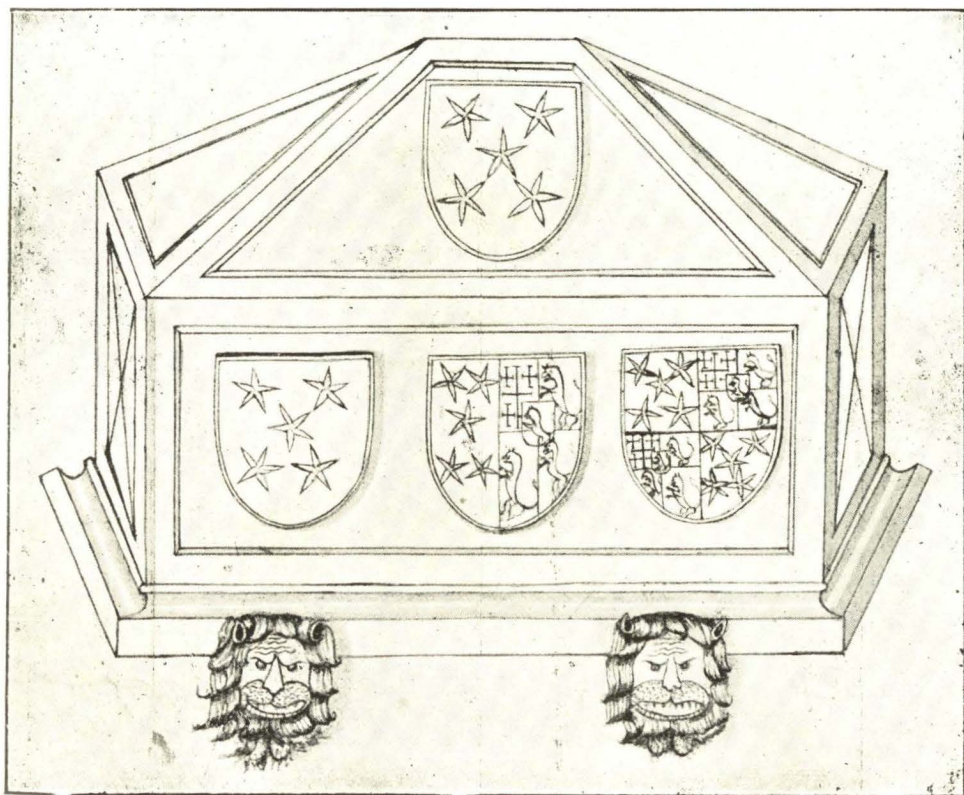
E a filiação de D. Leonor? Fr. Manuel de Santo António no seu Tesouro da Nobreza das Famílias gentílicas do Reino de Portugal, cód. 360, 61 de Iluminados da Bib. Nac. diz que seu pai se chamava Febus de Lusignan. Com efeito o único filho que nasceu dêste segundo matrimónio de Vasco Gil Moniz, chamou-se dêste nome que até então nunca fôra usado em Portugal, e era muito freqüente, pelo contrário, na raça dos Lusignans. O nome foi-o pois buscar à família materna, e muito possivelmente o era do avô. Por isto conjectura Braamcamp Freire que D. Leonor fôsse do ramo dos príncipes da Galiléa onde aparece o nome de Febo. O Rei Janus de Lusignan (n. 1374, + 1432), teve um filho ilegítimo que se chamou Febus e foi senhor titular de Sidónia e marechal de Arménia (3), cuja descendência foi descurada pelos historiadores, seria D. Leonor sua filha ou neta? (4) ...Vasco Gil Moniz foi sepultado com sua

(1) Oliveira Martins, obr. cit., pag. 354, 355; Henry Giblet — *Hist. de re Lusignan* (Veneza, 1655); Adrien de But — *Cron.*, etc.

(2) Chastellain — *Cronique*, III, 95, XV.

(3) P.^o Anselme — *Histoire Généalogique de la maison Royale de France*, Tom. III; Fr. Steffano Lusignano — *Chorografia et Breve Historia universale Dell'Isola de Cipro*, (Bolonha, 1573), pag. 76 e segs.

(4) António Pedro de São Payo Mello e Castro — *À Propos des Lusignan* — *Les Moniz de Lusignan du Portugal*, in *Rivista Araldica*, Ano XXI,



Sarcófago de Vasco Gil Moniz e de sua mulher D. Leonor de Luzignan (desenho de Frei Manuel de Sá)

mulher na capela da Piedade, em frente do túmulo de seu pai Gil Aires, noutro túmulo onde se viam quatro escudos: um no tampo, e três na face de fora; aquêlê e o primeiro dêstes ostentavam as mesmas cinco estrêlas de oito pontas, em sautor, que se viam no túmulo de Gil Aires, os dois últimos brasonavam: partido, na primeira pala as mesmo cinco estrêlas; a segunda esquartejada: no primeiro uma cruz potêntea entre quatro cruzetas iguais; no segundo, faxado, com um leão coroadado; no terceiro outro leão coroadado; no quarto outro ainda e coroadado também; sôbre o todo, um escudete com um quarto leão, coroadado igualmente. A inscrição já quando Fr. Manuel de Sá escrevia, se não podia ler; não podem restar dúvidas, porém, que neste túmulo jaziam os ossos de Vasco Gil Moniz, e os de sua mulher D. Leonor de Lusignan, cujas armas o escudo do meio são, e talvez até os de Febo Moniz, seu filho. Vasco Gil Moniz da sua primeira mulher não teve filhos. Da segunda teve único Febus Moniz, ou Febo Moniz, ou Phebus Moniz, ou Phoebus ou Phoëbo Moniz, pois tão variada ortografia se encontra dêste nome exótico, que pela primeira vez aparece em português, donde podemos seguramente concluir que lhe foi dado pelo lado materno. X

É em 1484 que encontramos a primeira notícia dêste Febo Moniz, apontando-se-lhe a qualidade de moço fidalgo da Casa de El-Rei D. João II (1). A 3 de Dezembro de 1487, por carta passada em Lisboa, recebeu Febo Moniz doação de certos bens na vila de Viana de Caminha (2); e em 1492 encontra-se o assento de lhe ter sido trespassada a tença de dez mil reais que seu pai havia (3).

Em 1496 Febo Moniz casou, e foi com uma donzela da Duqueza

Março de 1923. Esta hipótese é de certo modo confirmada por António Coelho Gasco, na *Primeyra parte das antiguidades da muy nobre cidade de Lixboa*, etc., (Cod. 814 do F. g. da Bib. Nac.), fls. 166, V.º, que se refere ao «real sangue de João Lusiniانو Rey de Chipre».

(1) Sousa — *Provas da Hist. Gen. da C. B.*, Vol. II, pag. 176.

(2) Chanc. de D. João II, Liv. 19, fl. 32.

(3) *Ibid.*, Liv. 2, fl. 128, V.º; e Chanc. de D. Manuel, Liv. 38, fl. 15.

de Bragança D. Isabel, chamada D. Catarina da Cunha, filha do senhor do velho couto, de Farelães, Gonçalo Correia, e de sua mulher D. Margarida do Prado. O marido prometeu-lhe em árras 5.333 coroas das da ordenança, as quais o rei segurou à noiva das tenças do marido, como se pode tudo vêr na carta que foi passada a 30 de Outubro do referido ano de 1496 (1).

Êste casamento foi levado muito em gôsto tanto por parte de D. Manuel como por parte da Duqueza, a qual prometeu à noiva seis mil coroas, e para enquanto as não pagasse, sessenta mil reais de tença, pagas pelo que ela Duqueza possuía nos bens da ordem de Cristo, Ordem na qual já Febo Moniz gozava de uma pensão de trinta mil reais juntamente com o hábito, encontrando nós no ano de 1500, certidão de ter ambas as pensões sido pagas aos cônjuges (2). D. Jaime, Duque de Bragança deu a Febo Moniz a alcaidaria-mor de Arraiolos, e já era alcaide-mor em 1492 como se diz na carta passada em Évora a 8 de Julho dêste mesmo ano na qual El-Rei D. Manuel fêz mercê a Febo Moniz «fidalgo da nossa casa e alcaide-mór da vila de Arraiolos» de certas moradas de casas que eram da coroa sitas na cêrca da vila, que tinham sido de Pedro Juzarte, e que deviam valer cinqüenta e um mil e quinhentos reais (3). Em 1498 ainda Febo Moniz estava de posse do castelo de Arraiolos, pois como «môço fidalgo da nossa casa e alcaide-mor de Arraiolos» o trata uma carta passada em Lisboa a 6 de Fevereiro em que D. Manuel lhe fêz doação de uns bens em termo da vila de Barcelos sôbre os quais recaía um contrato nulo cuja pena era a perda para a coroa dêsses mesmos bens (4). Em vista da incompatibilidade de servir na Casa de Bragança e na Real, Febo

(1) Chanc. de D. Manuel, Liv. 9, fl. 2.

(2) Severim de Faria — Torre do Tombo, Vol. I, fl. 150, V.º, apud Braamcamp Freire, obr. cit. e pag. 257.

(3) Liv. 5.º de Odiana, fl. 135, V.º e Chanc. de D. Manuel, Liv. 29, fl. 27, V.º; e Liv. V da Guarda, fl. 235, V.º

(4) Liv. 3.º d'Além-Douro, fl. 194, V.º; e Liv. 28 da Chanc. de D. Manuel, fl. 2.

Moniz, devia abandonar neste ano, porém, a sua alcaidaria para passar ao serviço da Rainha D. Isabel mulher de El-Rei D. Manuel, como consta duma carta passada a 10 de Janeiro de 1499, em que se manda pagar a Febo Moniz desde o primeiro de Janeiro em diante uma tença de quarenta mil reais que era outro tanto como tinha da falecida Rainha e Princesa (1).

Em 1498, D. Manuel vê quasi realizado o seu sonho querido: a reunião das coroas ibéricas, e parte para Castela a fazer-se jurar, por direito de sua mulher, herdeiro daquêle e dos mais reinos; na sua comitiva ia Febo Moniz como mestre sala (2); no ano de 1506, já servia de reposteiro-mór. Assim o diz a carta datada de 2 de Novembro de 1506 em que se lhe manda pagar desde o primeiro de Janeiro do ano immediato em diante a tença de dez mil reais brancos, os quais com o officio de reposteiro-mór seu primo com irmão Pedro Moniz lhe havia traspassado (3).

No dia 6 de Junho do ano de 1509, Febo Moniz achando-se doente e gravemente, fêz chamar o tabelião Duarte Gomes; a êste, uma vez no quarto do doente, lhe foi entregue por Febo Moniz uma cédula escrita e assinada no dia de Corpo de Deus dêsse ano, e que êle declarou ser o testamento, no qual depois de especificar a obrigação das árras que à espôsa devia, e as suas várias dívidas, deixava uns legados de 10\$000 e 8\$000 reais a várias pessoas e criados, pedindo por última a sua mulher que doasse à capela da Piedade o Casal do Gardim, que rendia um moio de pão, conforme ela já tinha combinado, para que no dia de finados de todos os anos se rezasse uma missa por alma de cada; nomeava seu testamenteiro ao governador D. Álvaro de Castro.

De tudo isto foram testemunhas Fr. Garcia Moniz, seu primo direito, mestre Martinho, físico da Senhora Duqueza de Bragança, e mais três criados (4).

(1) Chanc. de D. Manuel, Liv. 41, fl. 72.

(2) Damião de Góis, *Cron. de D. Manuel*, Parte I, cap. 26.

(3) Chanc. de D. Manuel, Liv. 38, fl. 15.

(4) Testamento de Febo Moniz, I, no cartório da Casa de Vila-Flor.

Efectivamente a doença era grave ou a medicina de mestre Martinho não se atrevia com ela, e Febo Moniz, naturalmente bem sangrado, cheio de remédios extraordinários, finou-se nesse mesmo dia ou no seguinte, da era já sobredita em 1509.

Foi sepultado, conforme pedia no seu testamento, a meio da sua capela da Piedade, junto aos degraus do altar onde lhe gravaram o epitáfio seguinte:

«S.^a de Phebos Moniz Reposteiro-mór del R. D. M.^{oi} fidalgo da sua casa e do seu Conselho» (1).

De sua mulher deixou os seguintes filhos: Jerónimo Moniz, com quem se segue, Gil Aires Moniz, que faleceu em criança, António Moniz que foi progenitor, ao que me informam, de vários ramos de Monizes, cruzados com os Pereiras, Patos, Cunhas, da vila de Alcochête, com basta descendência. ✕

Êste Jerónimo Moniz, primeiro filho de Febo Moniz, foi moço fidalgo da Casa de El-Rei D. Manuel (2), e depois, naturalmente por morte de seu pai, foi reposteiro-mor, e o era em 1522 conforme diz D. António Caetano de Sousa (3). Em 1554, D. João III, fêz-lhe mercê da tença de sessenta mil reais. Casou com D. Violante da Silva, filha de João de Saldanha, veador da Casa da Rainha D. Leonor, e da Imperatriz D. Isabel, e de sua mulher D. Joana de Lima, de quem teve, João Moniz da Silva, que falecendo em 1544, sem ter casado nem deixado geração, instituiu em seu testamento uma missa quotidiana rezada no altar de Nossa Senhora da Piedade, para o que vinculou nos descendentes de seu irmão Febo um juro real de 50\$000, e dêste juro mandou se dessem 15\$000 pela esmola da refe-

(1) Sousa — *Memórias Sepulcrais* — fl. 167.

(2) *Provas da Hist. Gen. da Casa R.*, Tom. II, pag. 367.

(3) Sousa, III, 512; *Nobiliários* de D. António de Lima e Damião de Góis.

rida missa, obrigou mais a êste encargo umas casas que possuía à Boa Vista, em Lisboa, como constava do Tombo Segundo do Convento do Carmo, a fls. 84, que se queimou, conforme consta de uma nota do *Índice do Cartório da Casa de Vila Flor*, em meu poder; Febo Moniz, com que se continua; e António Moniz, que nasceu em Lisboa e morreu em Roma em 1546. Entrou para a Companhia de Jesus no colégio de Coimbra em 27 de Janeiro de 1544; quando começou a cursar os estudos cedeu, bem contra vontade, às instâncias da familia para que não seguisse naquela vida — seu irmão Febo, chegou a procurá-lo em Valência para êste efeito — enquanto os superiores da Companhia o exortaram a que prosseguisse nos seus piedosos intentos. António Moniz conseguiu fugir clandestinamente do colégio de Coimbra na intenção de correr em peregrinação pelo mundo. Arrebatado por esta resolução visitou o sepulcro de Sant'Iago em Compostela, e Monserrate, na Catalunha; muito arrependido por fim de ter abandonado a vida religiosa, procurou reconciliar-se com a Companhia escrevendo uma carta ao próprio Santo Inácio de Loyola, confessando-se contrito e arrependido e pedindo para ser novamente readmitido na religião. Santo Inácio recebeu-o com carinho, e António Moniz voltou para a Companhia sujeitando-se a rigorosas penitências. Pouco tempo depois faleceu. Deixou muitas cartas das quais se conservam as três seguintes publicadas no Tom. I da «Imagem em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Coimbra», do P. António Franco: Carta escrita em Roma em Abril de 1546; carta ao P. Martinho de Santa Cruz, reitor do Colégio de Coimbra escrita em Roma a 20 de Abril de 1546; carta ao Provincial de Portugal o P. Simão Rodrigues, escrita em Roma a 20 de Abril de 1546 (1).

Jerónimo Moniz veio a falecer em 1526 a 31 de Março, e foi sepultado na Capela da Piedade onde lhe puseram êste epitáfio:

«S.^a de J.^o Moniz filho de Phebus Moniz, reposteiro-mór d'El-

(1) Portugal — *Dicionário*, Tom. M, pag. 1171; P.^o Francisco Rodrigues — *Hist. da Comp. de Jesus na Ass. de Portugal* — I, pags. 401 a 403.

-Rei D. M.^{el} e de sua mulher D. Violante da Silva f. a 31 de Março de 1526» (1).

Este segundo Febo Moniz devia ter nascido cêrca de 1515 (2).

Encontramo-lo em várias épocas recebendo padrões de juro durante o reinado de D. João III: um de 120\$000, outro de 40\$000 rs., dois de 30, um de 20, e outro de 10 (3). Morto êste senhor rei, e ficando dêle herdeiro o pequenino D. Sebastião, foi Febo Moniz um dos camareiros (4) que a austera Rainha D. Catarina e o Infante Cardeal D. Henrique deram ao rei menino D. Sebastião, para sua criação (5), circunstância que, dada a prudência e solícitude que a Rainha e o Infante Cardeal puseram na educação do rei, seu neto e sobrinho, abona em favor do aprêço e conta que dêle faziam os dois regentes do reino; nêste cargo foi qualificado de sumilher de corpus (6). Em satisfação dêstes serviços lhe fêz D. Sebastião mercê das saboarias de Extremoz, Souzel e Fronteira (7), da comenda de Alpriate na Ordem de Cristo, e o fêz do seu conselho.

(1) D. António Caetano de Sousa — *Memórias sepulcrais*, fl. 170. V.º (Códice Ms. da Biblioteca Nacional n.º 273, do Fundo Geral).

(2) O certo é que na *Symmicta Lusitana*, Tom. LVII, pag. 73, se faz referência à dispensa a *Phebus Moniz* para usar lacticineos nos dias proibidos, porquanto já excedia nesse tempo (Janeiro de 1570) 50 anos de idade.

(3) Respectivamente Lvs. 54, 19, 26, 15, fls. 70 V., 194, 177 V.º, 99 V.º, 101 e 42, da Chanc. de D. João III — Verba de mudança de 30\$000 rs. de juro. — Liv. 15, fl. 99, V.º; idem de 10\$000 rs., Liv. 26, fl. 177 V.º

(4) Como tal o trata El-Rei D. Sebastião num alvará de 19 de Julho de 1570, que se conserva no Cartório da Casa de Vila Flor: «febus moniz do meu conselho e meu camareiro...».

(5) Fr. Bernardo da Cruz — *Crónica d'El-Rei D. Sebastião*, Cap. 3.º

(6) Sousa — *Hist. Gen. da C. R.*

(7) Chanc. de D. Sebastião, Liv. 27, fl. 371, V.º. Mais documentos da Chanc. de D. Sebastião: Padrões de juro de 64\$, 60\$, 30\$ e 20\$ de juro; Livs. 26, 14, 27, 31, fls. 324. V.º., 43, 214, 167, V.º; apostila de renúncia das saboarias de Estremoz, Souzel e Fronteira, Liv. 27, fl. 377, V.º; apost. de 100\$000 de juro, Liv. 14, fls. 39, e 28, fl. 334, V.º; padrão de 64\$, 60\$, 30\$, e 20\$ de juro, Livrs. 26, fl. 324, V.º, 27, fl. 214, 14, fl. 43, 37, fl. 167, V.º; verbas de juros, Livrs. 7, fl. 36, V.º, 10, fl. 466, 12, fl. 301, V.º 27, fl. 214.

A intriga, porém, que sempre à roda do pequenino D. Sebastião fervilhou, e que se avolumou com a sua adolescência formando-se nesta altura definitivamente duas facções, a do antigo escrivão da puridade Pero de Alcáçova Carneiro, e a dos irmãos Câmaras, Martim Gonçalves e Luiz Gonçalves, enredou nas suas malhas e provocou o afastamento da côrte de Febo Moniz, que se achou incompatível com o novo meio.

Diz-se no Cod. n.º 409 do Colec. Pomb. da Bib. Nac. que Febo Moniz fôra de El-Rei D. Sebastião «m.^{to} seu aceito... e sendo ocasião em que muitos se aproveitavam, e da valia de D. Sebasteão todos, foi ele só o fidalgo que para si nem para seus filhos quiz nada, nem de fazenda nem de cargos, antes deixou seus filhos mais pobres do que eram quando entrou no serviço, que êle deixou de sua própria vontade, recolhendo-se nas suas casas do Carmo aonde viveu alguns anos, conservando sua costumada constancia de animo», porque, explica o genealogista Afonso de Tôrres (1), «como cuidava muito na outra vida, não tomou encargos desta.»

Febo Moniz devia ter pertencido à facção tradicionalista de Pero de Alcáçova Carneiro escorraçado por volta de 1571 pela dos Câmaras.

A sua opposição à entrada do irmão António na Companhia de Jesus, como já vimos, deve-se filiar nestas lamentáveis dissensões, pois sôbre a Companhia recaía então grande parte dos males atribuídos àqueles dois irmãos, um dêles seu membro categorizado.

A êste voluntário ostracismo, avançado em anos, e minado de cuidados pelo cativo de dois filhos na batalha de Alcácer Kébir, um dos quais, o seu primogénito, morria em Fêz, o foram arrancar em 1579 para o elegerem procurador fidalgo pela cidade de Lisboa às cortes convocadas para Almeirim, na segunda eleição realizada para êste efeito em 29 de Novembro daquêle ano.

Não cabe aqui reproduzir a actividade de Febo Moniz nas côr-

(1) *Nobiliário genealógico*, tit. de Monizes, mihi.

tes daquela vila ribatejana: está brilhantemente desenvolvida pela pena eloqüente de Rebelo da Silva na sua História de Portugal nos séculos xvi e xvi. Apenas nos consentiremos dois ou três traços sublinhados sôbre a sua personalidade, para acompanhar as minudências biográficas que temos vindo a expor.

Leader vigoroso da opposição contra a obsorpcão espanhola, mereceu de Cristóvão de Moura que lhe chamasse *endemoinhado*. De *louco* o apodou o licenciado Padilla em certa carta, tal o desespero que lavrava no peito do patriota, ao ver perder-se a independência conquistada com tantas lutas.

«El-Procurador Phebus Moniz és un loco y ansi ha sido muchas vezes curado de la tal enfermedad y caso és natural y con las vejez crece el humor, fuile á hablar y en cuatro horas no le oi razon ni cosa que fuera de hombre de juicio; hizame reir al fin de la plastica, puesto de rodillas y las manos juntas rogandome fuere de su bando y que me acordare de lo mucho que yo debia a este reino y lo que me amaba yo le dije que yo no bandeaba, sino a la razon y justicia, la cual sin dua tenia el Rey Catolico dix y esto es ansi, dixele sin duda ninguna, alzo la voz y dixo a Febus Moniz y has de ser de Castellanos yo le dije que no si no que los castellanos séran de los portugueses». (Carta del Licenciado Padilla a Fuyca — A. G. de Simancas — Estado — Leg. 415 — in Don Christobal de Moura Primer Marquez de Castel Rodrigo por Don Afonso Danvila y Burguero).

Estranha, ingénua e patética cena!

Extraordinária figura tocada de misticismo a dêste nobre velho que de joelhos em privado supplicava a manutenção da independência da Pátria, em plenas côrtes invocava o Cristo, como representante da justiça calcada aos pés, e depenava as barbas em desespero pela nefanda traição ou cego êrro político que se preparava, e comungava em público e jurava que antes preferia morrer que aceitar a soberania de Felipe II.

É bem aquela figura a quem se deve, no dizer de Freire de Oliveira «o não termos succumbido sem um brado de protesto enér-

gico e eloqüente» (1). Protesto pelo direito que defendia da livre eleição de novo rei pelos portugueses.

Febo Moniz de Lusignano casou com D. Isabel da Silva, filha de D. Pedro de Castelo Branco e de D. Margarida de Lima, e dela teve: Pedro Moniz que serviu em Alcácer a comenda de S. Martinho do Bispo, na Ordem de Cristo, bispado de Coimbra, passou a África com El-Rei D. Sebastião, em 1578, e foi feito cativo, vindo a morrer em Fêz, sem ter casado nem deixado geração; Jerónimo Moniz de Lusignano com quem se continua, e João Moniz de Lusignano que foi pagem da Campainha de El-Rei D. Sebastião (2). Quando da primeira expedição a África em 1574, João Moniz acompanhou El-Rei com três cavalos e homens de pé, à sua custa. Na segunda expedição, em 1578, também foi João Moniz, e na batalha, foi feito cativo e levado para Fêz. Foi um dos fidalgos que persuadiu o Rudecão a que se passasse a Mazagão com os que quisessem fugir do cativoiro «emprêsa grande pelo perigo e dificuldade» conforme o comentário de Afonso Tórres. Saiu no resgate dos oitenta fidalgos. De novo no reino, foi tutor de seus sobrinhos, filhos de seu irmão Jerónimo. Pelos seus serviços, lhe fêz El-Rei D. Filipe II, mercê em 1591, da comenda da Granja de Alpriate, na Ordem de Cristo (3). Teve João Moniz além destas comendas, as saboarias de Extremoz, Fronteira e Souzel, por renúncia de seu pai, de sua irmã D. Antónia da Silva, e de seu cunhado o senhor de Vila Flor, e mercê de El-Rei D. Sebastião, e D. Felipe I (Carta de 13 de Abril de 1588). João Moniz não foi casado nem deixou geração.

Foi sepultado na Capela da Piedade onde lhe puseram o seguinte epitáfio: «Aqui jaz João Moniz, filho de Phebus Moniz» (4).

(1) *Elementos para a História do Huncípio de Lisboa*, Vol. I, pag. 630, nota 2.

(2) Af. de Tórres — *Nobiliário*.

(3) Tórres — obr. cit.

(4) Sousa — *Memórias Sepulcrais*, Ms. da Biblioteca Nac., Cod. 273, do Fundo Geral.

D. Antónia da Silva que foi dama da Rainha Dona Catarina, e casou com Francisco de São Paio, senhor de Vila Flôr.

D. Margarida, e D. Violante, que foram freiras em Santa Clara de Lisboa, e ainda D. Ana de Ataíde, que foi mulher de Heitor de Melo, de quem não houve sucessão.

Jerónimo Moniz, filho segundo e herdeiro de Febo Moniz de Lusignano, e irmão de Pedro Moniz, serviu em Tanger uma comenda, sendo capitão Rui de Sousa Carvalho (1570). Voltando ao reino deu-lhe El-Rei a comenda de São Salvador das Alcáçovas, na Ordem de Cristo, e o fêz do seu conselho. Em 1578 passou com D. Sebastião a África, e na batalha de Alcácer foi feito cativo. Resgatou-se, e voltou para o reino.

Em 1595, o Cardeal-Arqui-Duque-Alberto, foi transferido de vice-rei de Portugal, para o govêrno de Flandres, e Jerónimo Moniz foi dos que o acompanharam para a nova regência; morreu, porém, em viagem, na passagem por Barcelona, a 25 de Setembro dêste ano.

Casou com D. Elvira de Alarcão, viúva de Sebastião da Silva, dama da rainha D. Catarina, filha de Gaspar de Tôrres, e de D. Leonor de Alarcão sua mulher. D. Elvira de Alarcão, escreve Fr. José Pereira de Santana, na sua crónica dos Carmelitas, «foi uma senhora de heróicas virtudes, tão amante dêste nosso convento que na Igreja dêle fazia continua assistência». Assistência muito contínua devia ela ser, porque, se é verdade o que o cronista conta, naquela Igreja fazia ela a sua vida tôda, a ponto de lá parir um filho, e lá morrer em 1587, estando ela na Capela do Santissimo Sacramento, que no Sábado Santo estava depositado no contra sepúlcro do altar; «aos que conheciam os costumes santos e recta consciência desta memorável matrona, não faltava consolação; porém a muitos que a não tratavam familiarmente causou esta apressada morte pavor, e a todos pelo merecimento de tão boa criatura, geral sentimento» (1).

(1) Fr. José Pereira de S.^{ta} Ana — Obr. et loc. cit.

Foi sepultado na mesma igreja, numa sepultura do lado da epístola na capela da Piedade, onde também foram sepultados os ossos do marido que os filhos mandaram vir de Aragão. Sôbre êles puseram êste epitáfio:

«Aqui jaz D. Elvira d'Alarcão mulher de Jerónimo Moniz de Luzignano, a qual faleceo nesta Igreja estando deante do S.^{mo} Sacramento sabado st.^o 28 de Março de 1587. E assim jaz mais o de seu marido Jeronimo Moniz de Lusignano, cuja esta capella he o qual faleceo em Barcelona a 25 de Setembro de 1595» (1).

Foram seus os seguintes filhos: ✕

Febo Moniz de Lusignano com quem segue, e Fr. Martinho Moniz. Foi êste aquêlê menino que sua mãe pariu na Egreja. Conta Fr. José Pereira, que D. Elvira d'Alarcão em uma ocasião que na sua capela dava as voltas costumadas, para alcançar o bom successo de um parto, ao qual se achava próximo, ali mesmo deu à luz um perfeito menino. No mesmo instante o dedicou a mãe de Deus, prometendo-lhe faze-lo religioso da sua ordem.

«Com efeito, assim que o menino chegou à idade competente, satisfez o voto de sua virtuosa mãy e veyo a ser um dos maiores e mais respeitados talentos desta Provincia. Tal foy o insigne Padre Mestre Fr. Martinho Moniz, duas vezes Provincial neste Reyno, Visitador e Reformador Apostólico do Real Convento dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, eleito bispo do Pôrto, e tão estimado do Serenissimo Senhor Rey D. João IV, como na relação da vida de tão benemérito sogeito havemos de escrever». Na verdade êste Fr. Martinho Moniz foi um homem notável no seu tempo. Nasceu em 1585, e entrou para a Ordem do Carmo a 13 de Dezembro de 1599, onde professou solenemente a 15 de Agôsto de 1601.

Estudou teologia e filosofia no colégio de Coimbra, e dedicou-se, depois dos seus estudos, ao púlpito, onde ganhou grande fama. Não só rejeitou a mitra do Pôrto, como diz Fr. José Pereira,

(1) Fr. Manuel de Sá — Ms. sôbre o Carmo, inédito; Fr. José Pereira — Obr. cit.; Sousa — *Memórias Sepulcrais*.



mas também a de Angra. Teve o cargo de prègar o sermão no dia primeiro de Dezembro de 1641, primeiro aniversário da restauração, digno cargo para um neto do patriota das côrtes de Almeirim, mas, chegando tarde ao Carmo a procissão que naquêlê dia saíra da Sé em acção de graças, não pôde o sermão ser pronunciado. D. João IV, ordenou porém, que o sermão fôsse impresso, e a êste respeito diz D. Rodrigo da Cunha nas licenças do folheto:

«Damos licença que se imprima, para que se possa comunicar a todos, conforme o desejo que todos tinham de ouvir.» Foram suas filhas:

— D. Maria de Alarcão, primeira mulher de seu primo Luiz de Tôrres de Lima e que foi enterrada na capela da Piedade com um letreiro que dizia:

«Aqui jaz D. Maria d'Alarcão, m.^{or} de Luiz de Torres de Lima, filha de Jerónimo Moniz e de D. Elvira d'Alarcão, os quaes tem duas missas quotidianas nesta Capp.^a e p.^a ella deixarão 50\$ de juro e sinco p.^a a fabrica», e D. Leonor de Alarcão, freira de Santa Clara de Lisboa.

Êste terceiro Febo Moniz de Lusignano herdou a casa e morgado de seu pai, quando porém, sua mãe, por sentença dada em Lisboa a 5 de Setembro de 1582, herdou o morgado de seu tio Martim Afonso de Tôrres, instituído por seu bisavô Afonso de Tôrres, o velho, e por seu avô acrescentado, acrescentou o seu nome de D. Elvira de Alarcão para D. Elvira de Tôrres e Alarcão, Febo Moniz de Lusignano passou a chamar-se, Febo de Tôrres Moniz.

Casou com D. Filipa Coutinho, filha de André Gonçalves de Riba-fria, alcaide-mór de Sintra, e de D. Luíza de Albuquerque, sua mulher, de quem teve além de D. Elvira de Alarcão e D. Maria Coutinho, que morreram moças, a D. Luíza de Tôrres Moniz, ou D. Luíza Moniz Coutinho como parece que primeiro se chamou, que foi a sua herdeira e casou com Francisco de São Paio, seu primo, senhor de Vila Flôr.

Foram ambos sepultados na Capela da Piedade. Aquela com o seguinte epitáfio: «Aqui jaz D. Luisa Moniz, mulher que foi de Francisco de Sam Payo, Senhor da Caza de Villa Flor, e adminis-

trador desta Cappella. Faleceu em 16 de Mayo de 1659»; êste com o seguinte: «Aqui jaz Franscisco de Sam Payo, que foi cazado com D. Luisa Moniz e Senhor de Villa Flor e administrador desta Cappella Faleceo em 9 dias de Janeiro, de 1662.» (1).

Nesta capela da Piedade estiveram ainda sepultos, além dos mencionados atrás, os restos mortais de uma filha daquela Isabel Moniz (filha de Gil Aires), de quem lá atrás falámos. Com efeito, esta Isabel Moniz casou com Bartolomeu Perestrelo, capitão donatário da ilha de Pôrto Santo, de quem foi segunda mulher, tendo nascido dêste matrimónio, Bartolomeu Perestrelo, que foi pai de um douto frade da Ordem do Carmo, chamado D. Fr. Cristóvão Moniz, bispo de Reona, de quem bastante falam as crónicas da Ordem (2), e Felipa Moniz, ou Felipa Moniz Perestrelo que casou por alturas de 1474 com Cristóvão Colon, que viria a ser mais tarde o célebre e tão discutido navegador.

Desta Felipa Moniz e da sua filiação e ascendência occupou-se em primeira mão o historiógrafo do século passado António Maria de Freitas (sob o seu costumado pseudónimo de Nicolau Florentino) num opúsculo, publicado em 1892, intitulado «A Mulher de Colombo». Mal e escassamente documentado, porém, apenas abordado ao genealogista Pina de Loureiro, cujo nobiliário se encontra na livraria do Visconde de Sanches de Baêna, architectou uma extraordinária confusão entre os Monizes, Senhora de Angeja, e os Monizes da Capela da Piedade do Convento do Carmo de Lisboa.

Seguiu-o, com igual — e portanto nulo — fundamento o falecido investigador Patrocínio Ribeiro no seu livro «A Nacionalidade Portuguesa de Cristovam Colombo», publicado em 1917.

Foi, porém, o antigo reitor da igreja do Loreto, Rev.^{do} D. Próspero Peragallo, que durante a sua longa estada entre nós se entregou cuidadosamente ao estudo das relações luso italianas, e que muito

(1) Fr. Manuel de Sá — *Noticias do Real Convento do Carmo*, in *Elucidario Nobiliarchico* — I, pag. 340.

(2) Braamcamp Freira — *Obr. cit.*, pag. 62.

se ocupou em aturadas e conscienciosas pesquisas de Cristóvão Colombo, quem estabeleceu a identidade de D. Felipa Moniz, e sobretudo a sua ligação com os Monizes da Capela da Piedade através de sua mãe D. Isabel Moniz, irmã de Diogo Gil Moniz.

Anselmo Braamcamp Freire, tanto na primeira como na segunda edição da sua obra *Brasões da Sala de Sintra*, aceitou sem reservas as conclusões do sábio eclesiástico (1).

Por nossa parte abundamos nas conclusões de ambos os autorizados investigadores. Últimamente num estudo critico sôbre o livro «Salvador Gonçalves Zarco...», dos srs. G. L. Santos Ferreira e A. Ferreira de Serpa, publicado no jornal «A Voz», de 1 de Janeiro de 1934, o sr. Dr. Alfredo Pimenta disse que ninguém sabia a quem pertencia esta Felipa Moniz. Concede apenas que a mulher de Cristóvão Colombo se chamasse efectivamente assim, fiado no depoimento de Fernando Colombo; «que era duns Monizes», concorda, «parece que não há dúvida. Mas de quais?»...

Não sabemos que razões levaram o ilustre publicista a tal afirmação. A verba, porém, do segundo testamento do almirante D. Diogo Colon onde se diz: «...Doña Felipa Muñiz... mi madre questá en el monasterio del Carmen en Lisboa, en una capilla que se llama de la piedad ques de su linage de los Munizes...», parece-nos de extraordinário pêso para estabelecer a qual das linhagens do Monizes pertencia a mulher de Cristobal Colon.

CONDE DE SÃO PAYO (D. ANTÓNIO)

(1) Livro terceiro dos *Brasões da Sala de Sintra*, pag. 55 e segs.

LA CASA DE GONZALEZ VACA EN BADAJOZ

POCAS casas quedan en Badajoz timbradas de heráldico blasón. El siglo XIX, eminentemente destructor, arrambló con esos escudos, la mayor parte de ellos verdaderas obras de arte, queregonaban servicios relevantes, recordaban familias que por su patriotismo, riquezas; influencia y poder, no se hubiese creído antaño que era posible que desaparecieran. Figueroas, Céspedes, Solises, Marteles, Hoces, Manueles, Sanchez de Badajoz, Aguilares, Tovares, Becerras, Alvarádos, Contreras, Arguellos, Grageras, Rochas — sucumbieron bajo los recios golpes de los martillos de los alarifes cumpliendo las ordenes de personas, quizás cultas para su época; pero enemigas del arte y de la Historia, influenciadas por el decadente gusto imperante. Y al mismo ritmo demolian también viejas y bellísimas casonas solariegas, de recio sabor regional, mixtas, con las del Cáceres antiguo, de viviendas y fortalezas, para sustituirlas por balcones y ventanas iguales, alineadas en ridícula formación. En aquellas, el genio y el depurado espíritu de los maestros de los hierros que había triunfado plenamente, a lo que era típico y proclamaba el dominio de la forja, sucedió la moldura

mas o menos bonita, pero carente las mas de las veces de estilo y siempre de tradicion...

La ciudad de Badajoz, la Muy Noble y Muy Leal Ciudad de Badajoz que pudo ser como otras museo y relicario arquitectonico encerrado en el precioso marco de sus murallas lindisimas y hechas con un plan cientifico admirable, paso a ser en ese orden poblacion sin rasgo propio, con pretensiones modernas un tanto ridiculas. El depósito santo del ayer, el caudal preciadisimo de sus canterias labradas en su mayor parte por manos portuguesas, sus formidables tapiales cuyo secreto para levantarlos se heredó de los árabes; esos brillantes y esmeraldas evocadores de guerras medievales y de conquistas propias de la leyenda, se trocó, ¡pena causa decirlo! por baratijas similares a las de las tiendas de quin-calla....

Y huelga decir que los Arquitectos y los Ayuntamientos, pues la atmosfera influye en los cuerpos y sus vibraciones llegan a los pulmones, nada hicieron para corregir o atajar el mal....

*
* *
*

Entre los blasones que se conservan figura el que está en la casa número 46 de la calle de Melendez Valdés, catalogado con el número 6 de nuestra obra *Piedras Armeras de la provincia de Badajoz*. Es partido. Primero de azur, una palmera de oro y sobre ella un cuervo de su color; en el canton diestro del jefe de plata (?) una tao; segundo, de gules, una banda de plata (?) cargada de dos leones rampantes. Al timbre celada con plumas y sobre ella un cuervo volante.

Mucho hemos discurrido sobre él. El Registro de la Propiedad, que regido por persona cultisima, de origem portugués por certo, siempre estuvo a nuestra disposicion para practicar investigaciones historicas, no nos dió la clave para averiguar a que familia perteneció, pues la simple lectura de la mas antigua inscripcion del predio probaba, a los que ya estamos algo avezados a estos estudios que de la alli hay inscrita no podia ser; un amigo nuestro,



El Escudo de la Casa de Gonzalez Vaca

caballero sin tacha, que aspiró a lucir sobre su pecho la Cruz del Apostol nos indicó que era de uno de sus apellidos; pero a primera impresion consideramos que estaba confundido y no tardamos en persuadirnos de que en nuestro juicio no habia error, y después de muchas pesquisas por los archivos, la casualidad vino a proporcionarnos la aclaracion del enigma. Nuestro amigo el distinguido genealogista lusitano sr. dr. Silva Lopes, examinando los blasones reproducidos en nuestro citado trabajo sobre *Piedras Armeras*, de esta provincia, tuvo la impresion de que era de familia portuguesa, y con sus fichas y estudio profundo llegó a identificarlo, teniendo la gentileza de enviarnos sus datos y notas. Como los archivos de los dos pueblos hermanos, son tambien hermanos, con aquellas noticias hallamos documentos en el Archivo Historico Nacional, que enlazados con los portugueses nos dan la plena identification heraldica y hasta personal de la preciosa piedra simbolica que nos ocupa.

Todo ello nos incita a anticipar este capitulo, de la que sera segundo tomo, Dios mediante, de nuestra modesta obra aludida.

De Portugal, del magnifico laboratorio de investigacion historica nos vino inopinadamente la luz y la inspiracion para redactar este pequeño articulo; vuelva con él a Pais tan querido, nuestra admiracion a los artistas que arrancaron a la dura piedra lineas heraldicas tan bellas y exactas, y a los estudiosos, que como el sr. dr. Silva Lopes, supieron traducir al lenguaje de nuestra historia comun, todo lo que el simbolo representa.

Su estructura, sus figuras, el refinamiento de su talla, la elegancia de su colocacion, tanto de su interior como de la celada, plumas, cimera y cartela, lo califican de portugués como los documentos lo confirman sin discusion.

*
* * *

Diego Fernandez, nacido en los comienzos del siglo xvii, en el lugar de Salgueiral, termino y feligresia de la villa de Coja, en Beira Alta (Portugal), era hijo legitimo de Jeronimo Jorge Gon-

zalez Lopez y de Maria Lopez, vecinos y naturales del mismo lugar, de «los mejores y principales, asi en honra como en nobleza», personas de mucha estimacion, que ejercieron en su concejo, los cargos de Veedor y demás honorificos, que solo servian los hombres principales y nobles en Coja.

En el año 1641 dicho Diego Fernandez, que en el lugar de su naturaleza habia ejercido los cargos de Veriador o Veedor, asi como el de Gobernador, pasó a España, estableciendo su residencia en la ciudad de Badajoz. Ignoramos si vino soltero o si contrajo nupcias en España, lo cierto es que su esposa fue D.^a Maria Rodriguez, de la que tuvo dos hijos llamados Mateo y Francisco.

Este ultimo apellidado Francisco Gonzalez o Gonzalez, siendo presbitero, solicitó y obtuvo una canongia de media prebenda, en la Santa Iglesia Catedral de Badajoz, que por ser de estatuto, obligó a hacer informacion genealogica, nombrando el Cabildo por comisario para practicarla, al Canonigo de la misma Bartolomé Gomes Cordeiro, que trasladandose al lugar de Salgueiral y a Coja, recibió declaración de testigos que deposieron sobre la pureza de sangre del peticionario, asi como del honor y nobleza de sus ascendientes.

Su hermano Mateo Gonzalez o Gonzalez, contrajo matrimonio con D.^a Engracia Enriquez, naciendo de esta union Diego Gonzalez o Gonzalez padre del Licenciado Tomas Gonzalez Vaca.

Todas las anteriores generaciones desde 1641, vivieron en la ciudad extremeña, con todos los privilegios, honores y exenciones correspondientes a su estado e calidad, pero nunca pudieron inscribir alli su nobleza, por vivir en plaza fuerte, de guerra o de armas, como Badajoz, donde no podia haber en consecuencia, repartimientos, padrones, ni exenciones como en las demas ciudades, villas y lugares que no tenian este regimen logico, derivado de su situacion fronteriza.

Tomas Gonzalez Vaca pensó que las generaciones pasaban y el tiempo avanzaba, que desde el paso de su bisabuelo a España, habia ya gran distancia, y al efecto para dejar sentada, declarada y definida su nobleza y determinado su blason, tenia que acudir a Portugal, su origen, para refrendarlo en España, su patria.

En el rico Archivo da Tôrre do Tombo, en su seccion de Justificaciones de nobleza (Mazo 6 n.º 13) se encuentran los autos de informacion sobre la nobleza de dicho interesado, cuyas piezas importantes son estas: Informacion de testigos a pedimento de Diego Gonzalvez y de su hijo el Licº Don Tomas, presentada el 13 de Septiembre de 1769, ante el Escribano y Notario de la Villa de Coja, aprobada por auto del 22 inmediato, que se halla el folio 17 y siguientes; 2º, Nueva peticion de Don Tomas del 7 de Febrero de 1770, en que requeria nueva deposicion de testigos en Coja, para probar la nobleza de los Lopez, folio 4, aprobada por sentencia del Desembargador José Antonio Conbeiro de Azevedo, el 9 de Marzo de 1770, en que se le declara limpio de sangre y probada la nobleza, declarandole con derecho al uso de blasones de sus apellidos. (fº 13 vº); y 3º, Instancia del interesado Don Tomas Gonzalez Vaca, en que fundandose en dicha resolucion judicial, suplica merced de carta de blason, en la forma acostumbrada, registrada el 18 de Mayo de 1770 (fº 2).

En consecuencia de dichos autos y probanzas, el Rey de Portugal Don José, dió a su favor Real Carta, en que fundandose en su genealogia, segun la sentencia del Desembargador, por la que constaba que sus ascendientes eran personas muy nobles y legitimos descendientes de las nobles familias de los apellidos de Lopes y Gonçalves, y para que la memoria de sus progenitores no se pudiera perder, asi como la claridade de su antigua nobleza, le otorgó por armas, las que trajeron y fueron cedidas a sus ascendientes, que son estas:

Escudo partido en pal: 1º En azur une palmera de oro y sobre ella un cuervo de su color (de Lopes); 2º En verde una banda de plata cargada de dos leones sanguineos (de los Gonçalves). Al timbre, yelmo de plata abierto, guarnecido de oro, lambrequines de los metales y colores de las armas. Cimera de los Lopez, un cuervo volante, con un ramo de palma en el pico y por diferencia una brica de plata con una T de negro.

El privilegio fué firmado en Lisboa el 6 de Junio de 1770, registrado en el Cartorio de la Nobleza, libro 1º, registro de blasones

de armas f° 131, en 11 de Junio (1) cumplimentado y obedecido. por el Ayuntamiento de Yelves el 3 de Julio siguiente.

Sobre esta base y siendo Don Tomas Gonzalez Vaca, vecino de Badajoz, Alferrez mayor perpetuo del lugar de la Albuera, Auditor de Guerra del Ejercito y provincia de Extremadura, Abogado Fiscal de las Rentas generales de Tabaco y demas unidas, obtuvo en España, Real Cedula de privilegio de Hidalguia, para si sus hijos y descendientes, firmada por el Rey en San Lorenzo, el 17 de Septiembre de 1771, refrendada por Don José Ignacio de Goyeneche, su Secretario, el Conde de Aranda, Agustin de Leiza Eraso y Pedro Rodriguez de Campomanes, fundada en que en el Reino de Portugal, de donde era originario, gozó y gozaron sus ascendientes del estado de hijosdalgo notorios de sangre, casa y solar conocido, como justificó ante el Desembargador y Corregidor de lo Civil de la Corte y Casa de Suplication de Lisboa, hijo de Diego Gonzalez y este nieto de Diego Fernandez, natural de Salgueiral, que fué allí hijodalgo notorio, ejerciendo el y sus padres los primeiros empleos de su estado en lo politico y militar, quien pasó a establecerse a Badajoz. Cita la Cedula del monarca portugués de 6 de Junho de 1770, de concesión de escudo de armas, com las honras y exenciones que debian tener los hijosdalgo y nobles de aquel Reino, cuya carta se mandó cumplir y registrar por el Ayuntamiento de Yelves. (Archivo Historico Nacional — Consejos leg.º 8962-8).

Posteriormente le dió por S. M. otra Cedula de confirmation de hidalguia en España, en terminos sumamente parecidos a la anterior, fechada en San Ildefonso el 23 de Septiembre de 1773 (Mismo Archivo y seccion, legº 8962-37).

Es interesante el expediente de Consulta a la Camara de Castilla para el otorgamiento de estas mercedes, pues en él se contiene entre otros la Real Cedula de blasones portuguesa; un traslado de las informaciones de nobleza hechas ante el Desembargador

(1) Documento publicado por el Vizconde de Sanches de Baena en su Archivo Heraldico-genealogico, impreso en Lisboa, 1872, n.º 2321.

Dr. Fernando José Acuña Pereira, fechadas en Lisboa el 10 de Octubre de 1772; ora informacion practicada en Badajoz; y las tradiciones correspondientes autorizadas. El informe de la Camara favorable en todos sus extremos fue acordado el 5 de Junio de 1773, firmado por los Consejeros el 21 y publicado el 7 de Agosto, apareciendo a su margen el decreto manu regie que dice «como parece a la camara». (A. H., N. Leg., 4571 — Consejos suprimidos).

En este expediente de Consulta a la Camara, se contienen todos los interesantes datos genealogicos que hemos extractado, debiendo agregar que en 1773 Don Tomas estaba casado com D.^a Maria de Godoy Caceres y Ovando, hija de Don Luis Vicente de Godoy, caballero notorio; y que él tenia un hermano Canonigo de la Santa Iglesia Catedral de Badajoz, que hizo como su tio abuelo Don Francisco Gonzalves o Gonzales (1), las probanzas de estatuto.

En consecuencia de todo lo cual el blason de la bella piedra armera que se encuentra en la ciudad de Badajoz, en la casa 46 de la calle de Melendez Valdés, es el personal del Lic.^o DON TOMAS GONZALEZ VACA, vecino de la ciudad, Alferez mayor perpetuo de la Albuera, Auditor de Guerra del Ejercito y provincia de Extremadura, Abogado Fiscal de las Rentas generales de Tabaco y demas unidas, en consecuencia de la Real Cedula del Rey de Portugal de 6 de Junio de 1770 y del de España de 17 de Septiembre de 1771 y 23 de Septiembre de 1773.

ANTÓNIO DEL SOLAR Y TABOADA
EL MARQUÉS DE CIADONCHA

(1) El apellido portugues Gonçalves, aparece siempre en los documentos y Reales privilegios españoles como Gonzalez.

MOEDAS DE D. JOÃO IV ⁽¹⁾

DAS leis monetárias citadas por Teixeira de Aragão sôbre cunhagens no reinado de D. João IV, conclui-se que após a Restauração de 1640, as primeiras moedas mandadas cunhar foram as de tostão e meio tostão, iguais às em curso no tempo dos Filipes, só com a alteração no nome do monarca.

Aragão, referindo-se a estas moedas, diz: «*não conhecemos exemplar algum destas moedas, ignoramos se chegaram a cunhar-se.*

Até há pouco, realmente, não conhecíamos também exemplar algum desta primeira cunhagem e em catálogo algum particular ou de leilão tínhamos de tais moedas encontrado referência, o que nos levava a pensar como Teixeira de Aragão.

Há tempo, porém, adquirimos um exemplar de tostão que reputamos dessa cunhagem que, dado não só que a lei de 14 de Fevereiro de 1641 apenas vigorou cinco meses, mas também o facto

(1) *As primeiras moedas batidas após a Restauração, os Tostões e meios Tostões cunhados em virtude da lei de 14 de Fevereiro de 1641.*

citado de não sabermos da existência de outro exemplar, nos fêz considerar desde logo tal moeda como de primeira raridade e interesse.

Uma referência a moedas desta cunhagem, feita na magnífica obra *História de Portugal*, publicada pela *Portucalense Editora*, de Barcelos, veio, porém, chamar agora a nossa atenção para ela, o que justifica a presente nota.

Com efeito, no volume VI dessa obra o ilustre Professor da Universidade de Coimbra, Ex.^{mo} Sr. Dr. Damião Peres, no seu erudito artigo, começado a páginas 375, contesta, na nota da página seguinte, a afirmação de Aragão, depois de transcrever a asserção dêste autor, com as seguintes palavras que com a devida vênia nos permitimos também transcrever: *...E certamente, aceitando estas afirmações, João Lúcio de Azevedo (Novas Epanáforas, 89) (diz) que D. João IV mandou cunhar tostões à razão de 2\$800 réis por marco, o que se não executou. Nada disto é exacto, visto que o próprio Teixeira de Aragão descreve um exemplar de D. João IV (n.º 5 da estampa XXX) pertencente a Júdice dos Santos, cujo pêsó — 161 grãos, que correspondem muitos aproximadamente a $\frac{1}{28}$ do marco — demonstra ter sido cunhada segundo as normas prescritas pela provisão de 14 de Fevereiro de 1641. Não é contudo natural que o número de tais moedas fôsse muito grande, dada a curta vigência do referido alvará».*

Com o respeito merecido pelas opiniões dos dois ilustres homens de ciência citados, permitir-nos-emos, no entanto, dizer o seguinte:

A afirmação de João Lúcio de Azevedo, não indicando em que bases teria sido fundamentada, não pode ser considerada como deduzida do que Teixeira de Aragão escreveu, pois que como se verifica da transcrição feita, Teixeira de Aragão não afirma que não tivessem sido cunhadas.

A afirmação do Professor Damião Peres em que a autoridade do nome valoriza a forma terminante como é posta, afigura-se-me também susceptível de reparos.

Com efeito, a lei de 4 de Fevereiro de 1641, diz que tóda a

prata devia ser lavrada em tostões e meios tostões da Cruz de Cristo, tendo de «*hua parte a cruz acima dita com huas letras que digão IN HOC SIGNO VINCES e de outra parte o escudo das armas reaes com huas letras que digão IOANNES QVARTVS DEI GRATIÆ REX PORTVGALIÆ*» e mais adiante «*que são os mesmos que ategora correrão desde o ano de mil quinhentos e oitenta e oito pela provisão passada em vinte e um de Novembro do mesmo ano sem se alterar couza alguma*», e ainda, que «*dos ditos tostões se fará de cada marco de prata vinte e oito peças e terá cada tostão de pezo duas oitavas vinte grãos e nove catorzavos*», seja 164— grãos ou 8,34 gramas.

Conclui-se, portanto, que como as moedas de 1588 (1) não tinham em qualquer parte a data, estas também não a teriam, suposição reforçada pelas disposições de lei monetária de 1 de Julho do mesmo ano, quando diz que uma nova cunhagem se fará... «*na forma costumada acrescentando sómente em todas as moedas o ano em que se laurarão ao pé da cruz com que se cunhão*».

Ora, a moeda n.º 5 de Aragão, citada pelo Professor Damião Peres, como cunhada segundo as normas da provisão de 14 de Fevereiro de 1641, tem realmente o pêso que com a aproximação de justa tolerância de fabrico e pelo uso e cerceio, essa lei lhe determina, mas têm cantonando o escudo a data 16-41, indicação que a n.º 6 que lhe é semelhante e cujo pêso Aragão não indica, apresenta também cantonando, porém, a cruz, isto é; nota-se em ambas uma característica diferencial das moedas de 1588 que vai contra os precisos termos da provisão citada de 14 de Fevereiro de 1641 e que consiste na introdução de um pormenor — a data — pormenor que depois a lei de 1 de Julho de 1641 claramente consigna como uma alteração às anteriores, nas que por esta nova lei se cunhassem.

(1) Lavrados em obediência à provisão indicada, assinada pela Cardeal Alberto Arquiduque da Austria, que em nome de Felipe II governava em Portugal.

Sem, portanto, empregar qualquer dogmatismo nas nossas afirmações, diremos que se nos afigura que tanto a moeda n.º 5 como a n.º 6 de Aragão (estampa XXX) não satisfazem ao que a provisão de Fevereiro de 1641 determinava, visto que anteriormente com data só é conhecido o «engenhoso» e que, portanto, não obstante a primeira ter um pêso que mostra ter sido batido pela estiva de 28 em marco, dessa provisão, se não pode indiscutivelmente asseverar que répresente exemplar dessa primeira cunhagem. Quanto à segunda, não conhecemos o seu pêso, mas pela forma como Aragão a apresenta na estampa XXX, julgamos que lhe serão de aplicar ainda com mais razão as mesmas considerações.

Concluimos, portanto, quanto à moeda n.º 5, a que se refere o Professor Damião Peres, que se nos afigura, com motivos que julgamos plausíveis, estar êste ilustre homem de ciência em confusão quando considera demonstrada pela existência de tal moeda a cunhagem *segundo as normas* da provisão de 14 de Fevereiro de 1641, afirmando estar Aragão em êrro, quando êste autor apenas dizia que ignorava se se tinham cunhado.

Não em abono, pois que nem nos reconhecemos autoridade para o fazer, nem Aragão carece de tal, mas como prestando a nossa homenagem a êsse ilustre numismógrafo, acrescentaremos que seria realmente estranho que a Teixeira de Aragão, que com tanto cuidado estudou as leis monetárias, indicando no texto dos seus livros o pêso de cada peça e para o caso o da n.º 5, lhe tivesse passado despercebido que esta moeda tinha o pêso que a lei de 14 de Fevereiro referida determinava e não a considerasse como de tal cunhagem.

A nosso ver Teixeira de Aragão a-psar-do conhecimento do seu pêso, muito conscientemente não considerou a moeda n.º 5 como pertencente à primeira cunhagem, exactamente por também lhe não passar despercebido que a gravura, não seguindo o determinado nessa lei, a poderia fazer incluir na segunda, mas não na primeira, o que apenas constitui prova do escrúpulo que Teixeira de Aragão punha nas suas afirmações.

A nossa moeda, como se verifica na gravura, apresenta no anverso as armas de Portugal ladeadas de L-S e no reverso é preci-

samente do tipo filipino, tendo o pêsso de 8,1 gramas, isto é, com uma diferença de 0,24 gramas para menos o pêsso que a provisão de 14 de Fevereiro estabelecia para as moedas em questão.

Esta moeda é que nos atrevemos a considerar como devendo pertencer à primeira cunhagem, porquanto, além de com aproximação tolerável apresentar o pêsso que a provisão de Fevereiro de 1641 determinava, tem só a diferença no nome do monarca em relação às de 1588.

Poder-se-á objectar que ela apresenta aos lados do escudo as letras L-S, que a lei não determina.

É certo, mas essas ou outras letras existem em moedas de



vários reinados e a elas se não faz nunca referência nas leis, sendo considerados como iniciais do local de cunhagem e dos ensaiadores.

Possivelmente, êste exemplar, será uma moeda provada na cunhagem das de 14 de Fevereiro.

Como aquela lei não esteve em vigor senão desde a data indicada até 1 de Julho de 1641, seja perto de 5 meses, e as leis de 1 e 19 de Julho do mesmo ano mandam que no prazo de 6 meses tôda a moeda antiga de 28 de Março fôsse convertida no tipo 34 em marco, as de 1 e 3 de Fevereiro de 1642 ordenam a aplicação de uma contramarca de 120, no tostão a de 18 dêste último mês e ano comina a aplicação de severas penas a quem conservasse moeda antiga sem contramarca, e a de 8 de Julho de 1643 mandou novamente desfazer tôda a moeda para ser lavrada no tipo de 40 tostões em marco, natural é supôr-se que não só poucas moedas

tivessem chegado a ser cunhadas pela primeira lei, como muito judiciosamente diz o Professor Damião Peres, como que poucas tivessem podido chegar até nós, e que, portanto, a nossa moeda se deva considerar como muito rara e ainda mais como está, pois que, contrariamente à lei de 1642, não foi contramarcada.

A estas qualidades acresce ainda, para nós, dever ela ser particularmente notável em virtude de representarem tais moedas as primiras cunhadas depois da independência nacional.

Quanto às moedas n.^{os} 5 e 6, que têm gravada a data, pelas razões expostas não as considero da primeira emissão; poderão talvez ser consideradas como ensaios nas chapas dessa emissão, a segunda do tipo precisamente indicado na lei, com a data «*ao pé da cruz com que se cunhão*», e a primeira possivelmente de tipo reprovado com a data ladeando o escudo, disposição que não se encontra legislada, se não for uma falsificação pela aposição posterior dos algarismos, como é conhecida em várias moedas, para engano de coleccionadores. Na nossa colecção e na do Sr. R. Shore existem destes casos.

É interessante, no entanto, o facto desta moeda ter a contramarca de 120, mandada apôr pela lei de 3 de Fevereiro de 1642, o que pode mostrar que correu, ou que pelo menos houve o cuidado de a colocar nas condições legais, para evitar as penas da lei.

Quanto à moeda n.^o 7, pesa ela, segundo se lê em Aragão, 126 grãos, ora os tostões da segunda cunhagem (1 de Julho de 1641) deviam pesar 135 grãos, isto é, esta moeda apresenta uma diferença para menos em relação ao determinado por essa lei de 0,47 gramas e de 1,96, seja 2 gramas, em relação ao pêso fixado pela lei de 14 de Fevereiro de 1641.

Como pela gravura parece que ela se encontra em perfeito estado de conservação e apresenta a data aos lados da cruz, é natural atribuí-la, portanto, à segunda cunhagem, e pelas letras L-C, que Aragão considera como iniciais de Lisboa e de Cipriano do Couto, possivelmente também como uma moeda provada nessa cunhagem.



Em resumo e como conclusão, afigura-se-nos que se pode realmente esclarecer a dúvida de Teixeira de Aragão, não porém pela existência da moeda n.º 5 da *Descrição das Moedas* dêste autor, mas sim pela do nosso exemplar, que não era conhecido do Sr. Dr. Damião Peres, mas ainda assim apenas o faremos no que diz respeito aos tostões, porque os meio-tostões continuam desconhecidos.

Como muito bem diz o ilustre Professor da Universidade de Coimbra, as moedas desta primeira cunhagem devem ser consideradas muito raras, visto que não obstante as investigações a que procedemos, consultando catálogos e coleccionadores, não temos conhecimento de qualquer outra com o conjunto de condições que se realizam na que possuímos.

RAUL DA COSTA COUVREUR